



ESTADOS UNIDO

SECAO 11

ANO XVIII - Nº 10

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 30 DE JAMELRO DE 1983

1 NACIONAL

Presidência

Paço sober que o Senado Federal aproyou, nos térmos do artigo 64, da Consequção Federal, e eu Auro Moura Andrede, Presidence, promulgo a segunite

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1933 Surpende a execução da Lei número 23, de 6 de selembro de 1959, no Estado do Paraná.

Artigo 1º. E suspensa por inconstitucionalidade, nos técnos da decisão

definitiva proferioz pelo Supremo Tribunal Federal em 50 % de 17 de outubro de 1900, na Representação número 425, do Pre dá, a calculân da Lei número 23, de 6 de selémbio de 1939, do mesmo Estado.

Artigo 2º. Rezogam-se as disposições em contrário,

Senado Federal, em 19 de jonairo de 1988. — Auto Maio Andrede, Presidente do Sensco Federal.

MESA

Presidente - Moura Andrade :رر≳(`

vice-Presidento - Rui Palmeira JUN.

Primeiro-Semetário - Argemiro do

Figueirido — PIB. Seguido Taretário — **Bilberto** Ma Finha — Fild. Tarceiro-Eccretário - Mourão Visi

- UDN. Querto-Etereterio - Movaes Filhe - PL.

Princire-Systemte - Mathias Olym-

ि (जाएठ-Suplento - Guido Montiin

red ro-Suplente - Joaquim Pacon a - UDN.

MORNES E VICE-LIDERES

B9 ELICRIA

orthographic Lima felicia (PTS). A Theiro da Jama (PID). Lende da Sacrata (PED). Tenno in re e Pal. Golde Mer an (PSD). unite exertato (22P). Saulo Bance (PIB).

02 2 2 2 2 1 6

3 de Vidantes (ULS).

DOS FARTIDOS

aatibe bekingt to Belaebelme

LIDER

Bir dho Vadadarec.

fice-lideres

Gaspar Veluso. Victor'r, Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA MAUIONAL

Daniel Erieger. Filinto Müller (PSD).

FEDURAL. CHANADO

Consides programidates de 1º punto legislados entirdade de 5º legislature.

Faço saper que, de acôrd com o disposto no art. 2º do Regimento Interno, no dia 1º de fevereiro próximo terão inicio as reunides propulatorias da Iº sessão legislativa ordinária da 5º legislatura.

Na primeira dar-se-à a prestação do compromisso regimental pelos Srs. Senadores eleitos a 7 de outubro último, rio dia segumenta ser eleito o Prestánte e no subregiente os demais membros na Mese.

Senado Federal 22 de janeiro de 1963.

Acro Moura Amprade

Prasidente

VICE-LIL LIS

Afonso Arinos. Afrênio Lages. Patire Calazano.

ed faithe frabalfista maine re

44.

Barros Carvalho.

VICT -I Trans

Faurio Cabrai. Arlindo Retargues. Nelson Maculan.

AS PARTED TOUGHTABOR

LILL

Mem de Si.

೯೮-ಬಿಂಗ

Aloysio de Corvuit.o.

DO GALLES CONTAIL SHUG LUSSISAA

Lider

Jorge Maynard.

WES-LIBERTS Miguel Couto.

DO PARTIDO CRITCHEISTA NAUTONAL

LTDLE

Lino de Mattes.

DO MOVIMENTO FRABALHISTA RENUVADOR

LÍDE

Paulo Fender.

DO PARILDO MARCOLLEANO Lipin

Mendonça Clark.

Alb Gulmarites

REPRESENTAÇÃO FARTIDARIA

PARTIDO LLUVI DILLOLENTIL

Paulo Cosho — Arna res. Lobso de Specim — Para Victorino Press — Marabio.

Sebastilio Archer -- 3 aranbao.

Eugenio Bartos - Maran lao.

Rus Carnetro — Faralha.

Jest is Merchan — Control
Silvesire Periols — Alaquas.

Ary Vianna - Espirio Surto. Jefferson Azimi - Espirio Sunto

Gilberta Marreo — Comercia Luttert in muner — Rio de va-

neiro.

Moura Andrade - San Paulo.

Gastar Veluco — Pur sua. Alo Guimardes — Purus. Guido Mondin — Rio Granda Ca

18 Benedito Valladares - Adinas Go

rais.

Filinto Müller - Mate Grosse. Jusceline Equisches (Literaciade Em exercicio o Sr. Joe 3 acticique) 20

Golás. 21 Pedro Ludevico - Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NASIONA:

Mourão Vieira- Amazonas.

Zacarlas de Assunção — Pa Joaquim Parente — Piaul Fernandes Fávoro — Centá

Reginaldo Fernandes -- Rio.

6 Bérgio Marinho - Rio Grande do Norta. João Arreda — Paralba.

Afranio Lagos - Alagos. Rui Palmeira - Alagos.

10

Heribaldo Vicina - Sargipo. Ovidio Teixeira - Ben'a.

Del Caro — E putto Eleto.
Alonso Aribes — discontado Em
oxercicio e regionte Verancia Ejesjust — Guenalera.
Padre Cal eles — São Paulo.

Irineu Bornsausen - Sinta Co-

tarına. 16 Daniel Krizger - Rio Grande co

Su.

Milton Campes — Minas Gernis, Jeão Miasbens — Mato Grosso, Lopes do Carta — Maro Gresso, 17

20 Coim in Steins - Com?.

ATPLICATION OF STREET

Viralio Linis — Amaiones M. hi : Olimpis — Pout Fausto Capral — Cebra. Percit.

٥ Antonio de Comunica -- Paros

ñ

Barros Correctes - Principiose.
Louriya: Lenio - Semino.
Lima leixeira - Bonio.
Cando de Ca tro - termabasa.

Arlindo Roor ques — Res Al moit Coute — Luc de harcero. Nelson Machien — Parezo.

Saulo Ramos Sunta Calarina.

Negueira da C una - Miner Gorais

Electrizedo e Er LELian Molle - Pinni). Em exercicio o Supiente, Sr. viendonca Glass (ELD).

FARELDO LIBERTADOR

Novaes Filho - Pernambrea. Aloisio de Carvalho — Bahia. Mem de El — Rio Grande do El

DATION SOLIAN ALCIDENCE

1 José Maynard - Sergipe,

Partido frabalrista NACIONAL

1 Lino de Matos - São Paulo.

ESCALMENTO FRABALHISTA RENOVADOR

Paulo Fender - Pará. PARTIDO REPUBLICANO

Mendonca Clark - Piaul.

SEM LEGENDA

Dix Huit Rusado - Rio Grande do

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Argemiro de Figuetredo Moura Andrade - Presidento Gilberto Marinho Mourão Vieira Novaes Filho Mathias Olympio Guide Mondin Joaquim Parente (9) Rui Palmeira

Comissão de Constituição e . Justiça PSD - Jefferson de Agular - Pre-

idente _ Milton Campos - Vice ULIN Presidente PSD - Sylvestre Péricles PSD - Ruy Carneire PSD - Lubác da Silveira UDN - Heribaldo Vieiro ULN — Alonso Arinos
ULN — Alonso Arinos
ULN — Alonso Arinos
ULN — Alonso Arinos
PTB — Lourivai Fontes
PTB — Nogueira da Gama
PL — Aloysio de Carvalho

SUPLENTES

PSD - 1 Ary Vianna PSD — 2 Benedicto Valladares
PSD — 3 Gaspar Velluso
PSD — 4 Memezes Pimente UDN - 1 João Villasboas UDN - 2 Daniel Krieger UDN - 3 Sérgio Marinno UDN - 4 Lopes da Costa PTB - 1 Barros Carvaino PTB - 2 Lima Teixeira PL - 1 Mem de Sá

Reuniões: Quartas-teiras às 16 horas Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Economia

PSD - Gaspar Velloso - Presidente PTB - Fausto Cabral - Vice-Presidente.

UDN - Sérgio Marinho. UDN - Fernandes Tayora UDN - Del Caro UDN - João Arruda

PSD - Alo Guimarães PTB - Nogueira da Gama (9) PSD - Paulo Fender

SUPLENTES

PSD - 1 Eugênio Barros

PSD - 2 Sebastião Archer

PSD - 8 Alô Guimarães

UDN - 2 Ovidio Teixeira

TIDN - 1 Irineu Bornhausen

TILIN - 3 Zacarias Assumpção

UDN - 4 Sérgio Marinho

PTB - 1 Lima Telxeira

PTB - 2 Saulo Ramos

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

Secretário: José Scares de Oliveira Filho.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL!

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

. CHESE DO SERVICO DE PUBLICAÇÕES MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SECÃO DE DEMACEO FLORIANO GUIMARAES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

· Impresso nac oficinas do Departamento de Imprensa Nacional BRASILIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS		
Capital e Interior		Capital e Interior		
Semestre Cr\$	50,00	Semestre	. `Cr\$	39,00
Ano Cr\$	96,00	Апо стеновачения	. Gr\$	76,00
Exterior		Exterior		
Ano Cr\$	136,00	Ало	. Cr\$	108,00

· Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas peder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses on um ano.

- A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento do Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

· O custo do número atrasado será acrescido de Crij 0,10 o, por exercicio decorrido, cobrar_se-flo mais CrS 0.50.

Comissão de Agricultura

PTB - Nelson Maculan - Presidente PSD - Eugênio Barros - Vice-Presidente

PSD — Alō Guimarāes PSD — Paulo Fernandes UDN - Lopes da Costa

UDN - Ovidio Teixeirs PTB - Fausto Cabrai (7)

PSD - Pedro Ludovico PSD - Jefferson de Agular PSD - Sebastião Archer

UDN - Dei Caro

UDN - Irineu Bornhausen

PTB - Caiado de Castro, PTB - Lima Teixeira

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-

Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

Comissão de Educação e Cultura

PSD - Senador Menezes Pimentel -Presidente.

PL - Senador Mem de Sá - Vice-

SENADORES

PSD - Jarbas Maranhão PTB - Saulo Ramos PTB — Arlindo Rodrigues
UDN — Reginaldo Fernandeo
UDN — Padre Calazans

LUPLENTES

Senadores

PSD - Lebão da Silveiro PSD - Alo Guimaraes

UDN - Lino de Matos (PTN)

PTB - Caiado de Castro PTB - Lima Teixeira

PL - Aloysio de Carvalho

Reuniões às quarta-feiras às 16.00 horas. — Secretário: Cia Brilgger.

Comissão de Finanças

UDN - Daniel Krieger - Presidente

PSD - Ary Vianna - Vice-Presidente

PED Eugênio Barros PSD - Paulo Coelho

PSD - Gaspar Velloso PSD - Lobão da Silveira PSD - Victorino Freire

UDN - Irineu Bornhausen UDN - Fernandes Tavora

PTN - Line de Mattes UDN - Lopes da Costa PTB - Nogueira da Gama PTB - Barros Carvalho

PTB - Saulo Ramos - Dix-Huit Rosado PL - Mem de Sá (17)

SUPLENCES

PSD - Silvestre Péricles PSD - Ruy Carnetro Jorbas Maranhão Menezes Pimentel PSD -PSD -PSD - Pedro Lucovico PSD - Filinto Müller UDN - Colmbra Bueno UDN - Zacharias de Assun São UDN - João Arruda UDN – Milton Campos UDN – João Villasboas

MCICI - Del Caro PTB - Fausto Cabral PTB - Vivaldo Lima PTB - Arlindo Rodrigues PTB — Calado de Castro PTB — Lima Telxeira PL — Alcysio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 ho-

Secretário - Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

Presidente:

Senador Lima Telxeira - PTB. Vice-Presidente: Senador Ruy Carneiro - PSD.

Membros

Senadores:

Lobão da Silveira - PSD. Menezes Pimentel - PSD. Afonso Arinos - UDN. Afrânio Lages - UDN. Lopes da Costa — UDN. Vivaldo Lima — PTP. Arlindo Rodrigues — PTB. Suplentes:

Sebastião Archer - PSD.

Sil estre Péricles - PSD.

Eugênio Barros - PSD. \

Dix-Huit Rosado - UDN.

Padre Calazans - UDN. 1 Heribaldo Vieira - UDN.

Barros Carvalho - PTB.

Lourival Fontes - PTB.

Nelson Maculan - PTB .

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 ho-

Secretário: Cid Brügger,

Comissão de Redação

Sérgio Marinho - Presidente (UDN) Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD),
Alò Guimarães (PSD)
Affonso Arinos (UDN)
Lourivai Fontes (PTB)
Padre Calazans (UDN) Heribaldo Vielra (UDN) Calado de Castro (PTB) Lobão da Silveira (PSD)

Secretário - Sara Abraão - Oficial Legislativo.

Comissão de Segurança Nacional

UDN - Zacarias Assumpção - Prosidente, Jefferson de Agular PSD -

PSD -Silvestre Péricles UUN - Sérgio Marinho - Calado de Castro

PTB - Arilindo Rodrigues (7)

SUPLENTED

PSD - Jarbas Maranhão - Vice-Presidente.

PSD - Ruy Carneiro
PSD - Jorge Maynard

PSD -Victorino Freirs UDN - João Arruda

UUN - Afrânio Lages

PTB - Saula Ramos PTB - Neison Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 nocas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos San-

Comissão de Saúde Pública

UDN - Reginaldo Fernandes Presidente.

PSD Alō Guimarães - Vice-Presidente.

JDN -- Fernandes Távore PSD -- Pedro Ludovico PTB -- Saulo Ramos -- (6)

SUPLENTES

PSD -- Eugânio Barros PSD - Jarbas Maranhão
UDN -- Lopes da Costa
UDN -- Sérgio Marinho
PTB -- Arlindo Redrigues Reuniões: Quintas-teiras, às 16 ho-

Secretário: Eduardo Rul Eurbosa, ras

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

PSD — Senador Jorge Maynard -Presidente

Senador Coimbra Bueno Vice-Plesidente.

PSD — Senador Victorino Freire
Di. — Senador João Arruda
PTB — Senador Fausto Cabral

PSD - (19) Senador Jefferson de

Aguiar

ID — (2º) Fenador Paulo Coelho

UDN — (1º) Senador Sérgio 'arinho

U. J. (2º) Senador Lino de Mattos PTB - Senador Nelson Maculan

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias Reunices: Quartas-feiras, às 17,00

Comissão de Serviço Público

Presidente: PL. Senador Aloysio de Carvalho Senador Jarbas Maranhão Senador Silvestre Perfetes - PSD. Senador Padre Caiazans — UUN.
Senador Coimbra Bueno — UUN.
Senador Caiado de Castro — PTB.
Senador Fausto Cabrai — PTB.
SUPLENTES: PSD. Senador Ruy Carneiro - PSD.

Senador Benedicto Valladares PSD.

Senador Sérgio Marinho – UDN. Senador Reginaldo Fernandes UDN.

Senadot Nelson Maculan - PTB. Senador Meison Machian — P13. Senador Lourival Pontes — PTB. Senador Mein de Sá — PL.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias - Oficial Legislativo - PL-8.

Reunió:s: Quartas-feiras, às 16 ho-

Comissão de Relações Exteriores

PTB - Vivaldo Lima - Presidente ULIN -- João Villasboas — Presidents.

UDN - Afrinic Lages.

UDN -- Heribaldo Vieira. PSD -- Benedicto Valladares PSD -- Gaspar Velloco

PSD - Filinto Mülier PTB - Lourival Fontes

PL -- Alovsio de Carvalho (8).

FUPLENTES

ATAS DAS COMISSÕES

3º REUNIÃO, EM 29 DE JANEIRO DE 1963

Convecação Extraordinária

As 16.00 horas, na Sala Gas Comis
tões do Senado Federal, sob a presidencia do Sr. Senadores V.valdo
Lima, Sehastião Archer, Pedre Colazens e Arlindo Rodrigues, reúne-se a Comissão de Legislação Scolal.

Er dispenseda a leitura da ata da reunião anterior.

Iniciando es traball.

Iniciando es trabalhes da Comissão.

O Senador Lima Teixeira, envía na forma do Art. 81, do Regimento Interno, o Sr. Senador Sebistião Archer para substituí-lo na presidência, a fim de emitir parecer pe'a aprovação do Proieto de Lei da Câmara número 169, de 1962, que altera dispositivo do Código Brasileiro do Ar.

Submetido a dicussão e votação, é o parecer aprovado sem retrições.

Nada mais havendo a trajar, encernas e a reunião, lavrando eu, Cidente de Experimento Interno.

EXPEDIENTE

Nº 346, de 17 do corrente, do Sechibra do Tribunal Registração, nos seguintes têrmos.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vestas Excelência, para es devidis fins. que nas eleições realizadas em 7 de outubro do ano passado, neste Estado.

ra-se a reunião. lavrando eu, Cid Brugger. Secretário, a prosento ata que, uma vez aprovada será assina-da pelo Sr. Presidente.

Comissão de Redação

5º REUNIÃO REALIZADA AOS 29 D'AS DO MÉS DE JANEIRO DO ANO DE 1963

Convocação Extraordinária

As quinze horas e trinta minutos do dia vinte e nove do mês de janeiro, do ano de mil novecentos e sessenta e trsê, reúne-se a Comissão de Redacão sob a Presidência do Sanhor Sanador Sérgio Marinho. Presidente, presentes os Senhores Senadores Ary Vianna e Lourivel Fontes.

Deixam de comparecer, por moti-vo justificado, os Srs. Sepadores Alô Guimarães e Padre Calazans.

E' lida e aprovada a ata da reu-nião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que os Senhores Senadores Ary Vian-na e Lourival Fontes apresentam as seguintes redações:

Senador Ary Vianna:

Redação final do Projeto de Decre-to-Legislativo nº 10, de 1962 (número 86-A-61, na Casa de origem) que aprova o Convênio sôbre Textos de Ensino, firmado entre a República dos Estedos Unidos do Brasil e a Repú-blica do Paregual.

Senador Lourival Fontes:

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 9. de 1962 que regula a declaração de inconstitucionalidade nara os efeitos do art. 7º, nº VII, da Constituição Dederal.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavran-do eu, Sarah Abrahão, Secretária a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente

ATA DA 16º SESSÃO. DA 5º

Gomissão de Legislacio Social de Calezans — Combra Bueno — Gaspar Velicso — Social Reducidado — Combra Bueno — Gaspar Velicso — Social Ramos — 3º REUNIÃO, EM 2º DE JANEIRO Mem de Sá — Guido Mondin (22).

outubro do ano passado, neste Estado. foram eleitos Senadores os cidadãos Aarão Steinbruch e J ão Balista Vasconceles Torres, e seus suplentes, res-pectivamente, os cidendos Olegário Bernardes e João Pedro Gouvêa Carvalho Vieira.

Sirvo-me do efisejo para reiterar Vossa Excelência es meus protestos de elevada estima e distin a considera-- Alvaro Ferreira Pinto, Presi dente.

Oficio de 18 de janeiro, do Senhor Deputado Elias Adaime — Comunica que o Clube Monte Libano de Brasilia deliberou homenacear o Congresso Nacional em recopção que se realizará no salão de banquetes do Hitel Nacional, às 1 horas do dia 3 de fevereiro próximo.

TELEGRAMAS

Do Sr. Covernador Maguhaes Pinto, come seguem:

Senador Auro de Moura Andrade, Presidente do Senado Federal Brasilia - DF.

URGENTE. Tenho o brazer de enviar a V. Exa. vy të. hes da ceclaração firmada por mim et pelo gover nador eleito do Espirito Santo 7g dia 25 vg último vg em Belo Horizonte bipts "Em seguimento aos entendimentos iniciolas pelo givernador Machando de la companya iniciolas pelo givernador Machando de la companya iniciolas pelo givernador Machando de la companya iniciolas pelos givernador Machando de la companya iniciolas pelos givernador Machando de la companya de la com bipts "Em seguimento aos entendimentos iniciados pelo givernador Magalhães Pinto vg em sua recinte viagem a Vitória, o governador eleito do
estado do Espirito Santo, Dr. Francisco Lacerda de Aguiar, acha-se de
visita a minas Gerais vg tendo ambos
assentado o reinício das negociações
concernentes à fixação de limites comuns, nos têrmos mais elevados pt
No sentido de facilitar a apreciação
do problema da parte dos poderes
competentes vg o governador eleito
do Espírito Santo et o governador de do Espírito Santo et o governador de Minas se acham realmente animados do propósito de porém têrmo a uma controversia indesejável vg sobretudo controversia indesejável vg sobretudo se consideram os numerosas vinculos se consideram os numerosas vinculos que ligam as duas unidades da federação, ao longo de nossa história. Das conversações que se processo n decorrerá a formação de nova comissão mista para dar processo n decorrerá a formação de nova comissão de nova UDN -- Milton Campos

UDN -- João Arruda

UDN -- Sérgic Marinho

ESD -- Menezes Pinientul

PSD -- Aló Guimarães

PTB -- Nogueira da Gama

PSD -- Jefferson de Aguier

PTB -- Barros Carvalho

PL -- Mem de Sá

Reuniões: Quintas-teiras às 16 hoas.

Secretário: J. B. Castejon Branco

Secretário: J. B. Castejon Branco

- Jefferson de Aguiar -- Arlindo | Jução imediata et feliz vg que vg além dos intercises puramente locais ve tem em vista os propósitos de unidiade nacional que seinare inspirarem Espírito-Santenses et Mineiros pt Fechaspas CRDS — José de Mogalhães Pinto, Gov. Est. Minas.

Senador Auro de Meura Andrade,

URGENTE. Tenha hanra comunicar UR BENTE. Tembo houra comunicar V. Exa. cue, depis de ponderado recas ne matéria o governador éleito do Espírito Sanlo, Dr. Francisco Lecarda de Aquiar, et Eu, deliberantes der solução imediata ao antigo himo de limites entre os nosses estados va pondo têrmo a uma contreversia que controvia frontelmette as vinculações de toda sorte que nos tem ligado ana de to la sorte que nos tem livado, nun permanente intercambio afetivo, Fro permanente intercambio afetivo, Freritual Material pt Dauro-nos nice a
em utimar quanto antes os orte, imentos, norque es nossos dois estedes
defectem, necte momento, problems
comuns de interesse estadua, et necienal vi em especial a conjuração des
sis emas de produção de energia de
CEMIG et da OMISA que visa o vie
do Rio Pece et o Porto da Ponte do
Tubação, bem como um est reo corjunto or ra o orossegumento das obres
da BR 3! ot Estamos certos de que a
consideração objetiva do poblema, a
que precedem a muito contribuirá pora finalizar o litigio há cantos ones
pendentes no egrégio Supremo Tritunal Federal pt Fedendo a Vossa Exceléncia a fineza de levar a noticia des
negociações a seus eminentes pa es
vey bem como a cônia de ferbaçação
firmada por mim et pelo governador
cestou enviendo em outro radio vej envincilha condição condeções no ritual Material pt Dame-nes n.a. s estou envierno em outro radio va en-vio-lhe cordicis saudacions pt — Insé de Magathées Pinto, Governador do Estado Mines

Parecered ns. 30. 31 c 32, de 1963

Nº 30 DE 1933

Da Comissão de Constitute o e Justica, sobre o Projeto de Lei do Senado número 24, de 1969, cue estabelece normes de entre a-mento entre os su essivos " eríodos de Govárno (Per. de Govár e os Planos "Quinquencis de Le-senvolvimento Francimico e So-cial" (Pl. Q.), a partir de 1910, em Brasilia

Relator: Sr. Aloisto de Carvelho.

O Projeto de Lei/do Sanado número 24, de 1930, estabelece a ourigiterie-dade de os Presidentes eleltos da República submeterem ao Congresso, dentro dos nove primeiros mases opás a sua posse, o plano quinquenal de dosua posse, o piano cantico e social co senvolvimento eccisômico e social co país, englobando as realizações po-gramados para o con coverno. Tal plano abrangeria co últimos guatro piano abringeria de latrimos quatro anos do sea periodo e o primeiro do periodo subsequente, entrando em tisgor, desde que aprovado, no inicia lo segundo ano de cada periodo governimenta..

quais scriam como que os elos que lece normas de entrosemento entre suo veriam emociar una ens outros rão cessivos periodes de go trão e os pla-no tais planes como es periodes go-vernementais, essiguendo-se a ne-vernementais, essiguendo-se a ne-cecaômico e social do pris, a partir Ceveriam escociar una ens outros rão con tais planes como es periodos governamentais, escopurando-se a necestra combutânte administrativa.

Taitreese dires tirmes da justifica ete um nobre profisão, que a Consilhação, todavia, não amparava, carto, co ao é, que ao sidada presidente profisão não será impor no chefe do governo limitado da ação que não oriendas da Consilhação em de prómia organização político-administrativa. i trativa.

n. Stretura.

Inceto memes recommendate to formous a providingle grands a providing to the description of Providents to Emphasized, alim de swickt fossive examinal descriptions, prio Congress, do sen plano de portant, fire on recirio, no primarine and de governo, a creveium ware ethicade convolta discha. Commendesce a interface de finer deformineda confinuidade de gardinifo incromes à funda de grandschie de Romiblica. c., co Presidente da República.

E' oportuno ressultar que o Sunrema Tabunal Federal, conhecendo de in Juguações feitas peto govêrno do Lo Grande do Sul, à Constituto à Fotalual votada em 1917, decretou a incansituações indea do maiso VI do constituto de sul do maiso VI do constituto de sul companyationalinate do misso VI do artigo 45, que dava à Assantiala Legillativa; com a sanção do Governador, a atribuição de "pitovar pienos de como o serviços de computência do Este 20".

Não se desfigura a situação, an-tes ainda melhor co coracteriza, em se trocando o pleno estadual nelo fed. cel. Nem sorà para desprezar à cir-cunstància de, na constituição do : o cunstância de, na constituição do lo Grande do Sul, cogilar-se somente, de "aprovação da planos de obras e serviços", a que não falteria a sanção do governador, ao passo que acui, além de se tratar de disposição de lei ordinária, a vincularão de apão do Presidente da República se operaria, necessáriamente, até em relação ao que o seu antecessor houvesse projetado. tado.

Com a instauração, em setembro último, do sistema pula nentar de govêr-no, não se medificam substancialmenno, não se medificam substancialmente, os têrmos da questão, do artigo 9º
Co Ato Adicional esté cito éue o Conse ho de Africional esté cito éue o Conse ho de Africional esté cito éue o Comerado comparacemi parante a Camara
dos Danutedos, "a fim de apresentar
se a programa do governo", que a
me ma Cômara aprovra ou rojeitará,
re diente modo do conflanca ou descorfience, ren'uma restricão censigru e emendo constitucional to Conselho de Ministras, que não à sea essello de Ministros, quento à sua es-preffica atribuição de organizar o pro-granta de coverno.

Liello não serie, portento, ao legis-lectr orditário, actor restrições de q a quir riclustra, nem mestro as cultirates do projeto, que obseccem, in restaurimente, a um alto pro-

in estaurinente, a um acto pro-pó to. Per estacio, estrios eos fundamen-tes de naturare constitucional, somos pela rejeição do projeto...

Sala des Sassões, em 15 de l'evereiro de l'il. — Jossepon de Aguiar, Piesdonte; Alorsio de Orrvatho, Reintar: Daniel Kriever — Silvatte Pé-

Nº 31, DE 1963

Lo o Frejao de Lei do Serado próptia esculvidade, está, a posso nº 14, de 1518, que estable ene nortro, caracterizada a incentania de mes de calcos mento entre os successivos "Feríados de Gorárno" (F.r. de Gov.) e os "Planas Güncülnais de Desenvolvimento Econômico e Social" (Pl. Q.), a partir de 1810, em Brasilia.

Relator: Sr. Aló Guimarães.

A proposição, apresentada pelo noble despector de la successiva de l To Camistio de Econumia, so-

de 1000.

Pela disposição priceleda no artigo 19 do Projeto, os Pre tientes elertos de Alepública es inticado eo Con-gresso, dentro dos nove paixos nagrando, dentro dos nove grintonos me-ses apus sua polos, o punho charitenal já rossido, cum e reciro de chies a ser entricho e no printo do neso-to sua priledo e no printo do neso-terrá o munho cua visor no infeio do segundo ano le printo generalmental do Presidena da 11 púnho Cura o en-lara à ocusida e por de Lagis ativo.

Tem a promitio um aspecto de incrável importación um o pris, qual acia o que ce not no o significa de implantar un administ. In brothera distema de trabillo de com a boa tinto, en contormidade com a boa tinto, unada universalmente. Acontece que, com vistas a asse fim de entrer a continhacia toma o interesso publico, e posicio fivou normas não acides, de posicio de statuda constitução e Justifa dos a Contrato de Constitução e Justifa dos a constitução e por contrato desta constituição e por contrato de Constitução e por contrato de Constituição e por contrato de constituições de constituição e por contrato de constituições de consti Tem a pict "it o tra s'yecto de

Paspeilando, pois, a criniño desfa-verátel à matéria execude pelo árgão técnico em referência, formasmos nosso pronunciamento contrário ao projeto. E' o parecer.

Sala das Corrissões, em 4 de julho de 1932. — Gesnor Veiloto, Presidente: Alo Guimerães, Relator; Fausio Cabral — Irineu Bornhausen — Perpandes Távora — Sérgio Marinho — Del Caro — Roguniro da Gema,

Nº 33, DE 1963

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Frojeto de Lei do Senado número 24, de 1800, que estabelece normas de entresemento entre os succeives "Periodes de Govérno' (Per. de Gov.) e os Planos Quincienals de Decervol-vimento Ecopômic e Social (Pl. Q), a partir de 1980, em Brasi-lia.

Relator: Sr. Lima Telxeira.

Por disposição cont da no artigo 1º do projeto, os Presidentes cicitos da República submeterão ao Congresso Republica submittrao ao Congresso, dentro dos note primeiros mises tros sua pesse, um plano quinquienal de desenvolvimento exclunto e social do país, finitado progresian de obras a ser cumprido nos áttidos quatro apos do seu perísto pretido subsequente.

Fermulando ob cenes à constitucionalidade do projeto, a Comissão de Constituição e Justina manifesiou-se pela sua rejeição, acompanhando o ponto de vista do relator da matéria, o nobre Senador Aloysio de Carvalho

A Comirsão de Economia, por sua vez, alegando respuitar a opinião emi-tida pala l'astroda Camissão de Jus-tion, fambém opinea contributamente à

refes — Afrano Ioges — Ary Vian-na — Harbeldo Vichs — Milton Cam-pos — Negucira da Cama — Laurival ned representa inegavelmente o aspecto substantivo.

Condencia a r operinto, em face de quecides que se elas cuem com a sua protria essen inidad e, está, a posso ver, caracterizada a facenvanifacia de exame do especio adjetivo da mesma,

Pareceres ns. 38 e 34, da 1833

Nº 53, do 1933

Da Contecão de Cam livinão e

tre seo igulimente il noffota i s com a iscrito prevista es madingos que, empora coltum patie de seus salvi-pai, princem os radures désles de-correiles em assistència, grainita a icenes. moce:

necemicas.

A Lai n 4.089, evocada ne proposição estabilite que masa as organzeções prividas que passivan folha
de empregados estabilitas, obrigatóriamente, ao pagamento do 18c
mês. Os Senadores Padra Chiazana e
Afrânio Lages, autores da Proposição,
ponderam, technia, que as receitas
das instituições enquadradas has caterporias mencionadas são mínimos e
não supertoriam o importo do novo
ancargo, sem que ficana hastante
compremetido o proprio trabalho social que executam
Score o mérito da preposição terá
oportunidade de pronunciar-se a Co-

oportunidade de pronunciar-se a Co-missão de Legislação Scoial. Exami-mendo-a, poia exclusivamente quanto à constitucionalidade e à juridicidade, nada se encontra que impresa sur

aprivação.
Sala des Comisãos. 22 de novembro de 1832. — Jejict on de Aguiat, Presidente. — Silvetro Pirties, Relator. — Liy Vicana. — Ruy Carnet-ro. — Heribaldo Vieira. — Milion Campos. — Lourival Fontes. — Sérgio Marinho. - Mem de Sa.

Nº 31, 4e 1933

Da Comissão de Legislação So-cial sôbre o Projeto de Lei do Senado no 44, de 1962, que tienta das prescrições da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, as insti-tuições de caráter beneficente, cultural e essistancial.

Relator: Sr. Vivalco Lima.
O projeto de Lei n' 44, de 1652, de autoria dos liustres Senadores Padre Calazans e Afrânio Legas, determina, em seu artigo 1º, que às instituições de caráter beneficente, de assistincia social hespitales, religiões a autoria. de caráter beneficente, de assistância social, hospitalar, religiosa e cultural, que não visem a fins lucráticos, não se aplicam as disposições da Lei número 4.090, de 13 de julho de 1832 (Lei do 189 Sciário).

2. O parágrafo úbico do artigo 1º teneficia, igualmente, com a isonção do artigo 1º, as institutões que, "embata rotrem porte de seus striicos.

bora contem porte de seus saviços aplicam os recursos distes decorrentes em assistência gratuita a necessitados *.

3. Em defesa do projeio, es autores esciarecém que:

"Todos confecemos es dificuldedes chormes que passam essas
entidades, para pereren sorreviver. E é da sua sobrevivência
que se menten milheres de necesetades. Da cridade, praticam
a caridade. São meras intermediários na particia de óbules.

aos necessitados e menos favoreados fola sorto e pouco recesom do lista-do. As verbas, os auxillos, as dou-cões que lhes são destinados no Or-camento Geral de Unido, quase nun-ca são recebidos".

Justica, score o Projeto de Lei da Cilina de 4. Co 10 il, que isonia des preceicies da Lai mi do chambe a velicari consciunte des preceicies da Lai mi do chambe a velicari consciunte des preceicies da Lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do chambe a velicari consciunte de la lai mi do consciunte de la estariomos. permitindo a realização de uma discriminação cue a: 62r ludo a uma e nada a caires, quendo a coldição é a mesma — são todas "empregados".

5 Na lor legão do tralcho pre-domina um emphito de selidade se-cial que não pode e não deve ser quebrado, nem subordinado a deterquebrato, nem subordinado a deter-minados eticôncios de cardier por-ticular. Deve-se ter em virto, aindo, o princípio contitucional de que todos são iguais parame a lei.

Agora, quendo já se cogita da ex-lensão dos beneficios da Lei número 4.00, de 1032, a cultas cata arias de profissionais, inclusive nos funcioná-rios públicos, não é possível, nem cabivel, excluir-se o pessoal assalariado que trabalha nas instituições a que se refere a proposição.

- 6. O mais aconselhavel, no caso, não é isentar tais instituições do pagamento do 13º mês de salário, mas, sim, adotar providências no sentido de que o Poder Executivo não corte ou reduza queisquer das verbas, dotações ou auxílios destinados a esses instituições, pagando-os integral-mente — o que possibilitaria aten-dessem às obrigações decorrentes da aplicação da Lei nº 4.00, do 1022, sem grandes ônus. Este é o apêlo que fazemos àquele Poder.
- 7. Em face do exposto, opinamas pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 25 de janeiro de 1963. — Lima Teireira, Pre-sidente. — Vicaldo Lima, Relator. — Menercs Pimentel. — Subastido Ar-cher. — Dir-Hait Rusalo.

Pareceres ns. 35 e 36, de 1963

Nº 35, de 1963

Da Comiscão de Constiluição e Justica, ao projeto de lei do Sernado nº 48, de 1862, que citera disposições do Decreto-Lei número 7.036, de 10-11-1944.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O projeto de lei no 48 é de autoria do nobre Senador. Paulo Fenaer e tem por objetivo alterar disposições da Lei de Acidentes do Trabalho (decreto-lei nº 7.336; de 10-11-41) no sentido de incluir, entre os acidentes "considerados como producidos pelo exercício do trabalho ou em conseqüência ócio" (art. 6º daquele diploma legislativo), os conritos "em viagem de ida ou volta do empregado para o trabalho, saja qual for o meio de lecomoção utilizado, inclusive veiculo de sua propriedade".

a caridade. São theras intermediárias, na partição de óbulos.

Sustentam-se à base do esfê con abnegado de alguns, de dedicacão cristã, do altrustão, da remuncia.

4. Realmente, mencionedas instituições vivem em eternas dificuldationes de sua propresado de sus propresado de monecial dos em "condução e pecial fornecida pelo empregador" ou, quando a "lotuições vivem em eternas dificuldationes de sua propresador virial de sua propres

oftreson roofs perisos, a quo não E, em 10 A, Acelifora, fondêmo filos telesco o público em gerei". Tota 7, leita e) do descela-lei 1823).

T, lette e) do decrela-lei 7.007).

T, lette e) do decrela-lei 7.007).

To a manifeld em en en en opposits

To a manifeld em en en en let

To a manifeld em en ellette

To a manifeld em en el

The first of the f

volta do empregado para o trabelho, esta qual for o melo de locomoção utilizado inclusive veiculo de sua propriedade".

2. O autor do projeto, justificando-o, estarcos quo à lei específica não recenhese como acidante de trabelho a ida ou velta do empregado entre o local de suas atividades e o sou dos icilio, salvo se houver conducido e pocifica, salvo se houver conducido e pocificado e que tal foto já é obsolado m levidação e calada, membra na firmidades de travajorio año que as directadades de travajorio año na opinar, prime primente nas grandes condes, pois são conhecidos as periodais por cue pasam os eperática e consecidades de descom dos econocidades do consecidos do consecidos de consecidades de consecid e compreieries que se deslecem dos montroles para a cidade.

Mira, cirla, em sua juririenção,

times difficulted de divincado, a recome les communes de divincado, a commune de divincado, a commune de commune de commune de commune discolar de commune discolar de commune discolar discolar

3. Enrimente, arsiste ravio ao nobro autre do projeto. A legislação etral, expforma lembrou muito bem a Con lo de Consultuirio e Justi-

der der in profesers conforbellen der der in femilie, an entenie, tro de der eine om in in sit teleprie mit in de right, de collection de right and makes enties, a last -remain and makes enties and a last

8. This is not a car filter in the William Street County of the County o

Nº 37, DE 1003

Da Comissão do Con tituisão e Do Compare de Con titules e Jutiles, sècre o l'roirle de l'et le Samao nº 25, de 1922, que eltira a redacció de arti so 116 da Consolidação des Leis do Trabelho, aprovada nele Decreto-lei rêmero 5.432, de 1º de maio de 1813.

Relator: Er. Lourival Tertes:

Dispõe o natico 110, da Consalida-ção dos Leis do Tarbaño, no capal:

"O decreto firmado o salário mínimo, decercido do dos do sua prilitação na Elicido Oficial, — obrinará a tados es que utilizam o trabalho de outra a modiento remuneração".

Peto mierzala nucielo, de autoria do eminenta coundos Futo Fonder, a re-

nes precedente.

le em vivor do novo mirrio.

Billion observation in enfanto. At-me a respection no milito de taxi ide. Institution of the standards Co. its of the Fundation of Co. int.

and de Co. in 3 control of the contr

O chirério contratado num pro del 1 M. — Jestrator del 2 M. — Hestrator del 1 M. — Hiller Connecte desde o monero que inicia a locomo eja — Ruy Connecte — Fre Vinnero del 1 M. — Fre Vinnero del 1 M. — Hiller Connecte — Hestrator — Hiller —

The Commission of Indianates of the Constitution of the Constituti and for the Tomas Time.

#1 % stg. O door to do it or for the form of the form

2. A sodicto stud for this tract align 113 citabling cua:

"O dramin ti, mila o militar minimo, ci, ar in martina di artina d

3. A Cominão de Comitivida e Judies, se colorer pois empoyacio de projeto, cuento co seu sencelo judides-constitucional, escierecou:

tom susciledo centes décidas e o mano sil estabolicido não tem sido sennre respeitado. O Diarecto re 30.5 a
d. 24 de desembro de 1971, or estabnlo, instituiu novo estato mínimo a
nortir de 19 de inneito de 1772, ou seta, cinco dias anás a sua publicano.
Teis fatos tâm dado marmen a inimeros questises nos tribunais que,
cumbre notar, vêm renendo o direito
nos sous e vidos tirras delapriminaformado à mei rio de initio de
combre notar, vêm renendo o direito
nos sous e vidos tirras delapriminaformado à mei rio de initio de
formado a mei rio de initio de
formado à mei rio de initio de contratario de contratario

Do Continto do Centilidado entre en seña por el manera en seña de continto de continto de continto de continto de continto de como en nº 51. Continto de continto

1, 6 7 3 7 أبيك للعراجية

Da Green to de Ameterium Pagerinia Pignis on Comp e Direct و دخاري جاء الحرارة فالأوارية في المراجع في المراجع nº 55, 65 12 8 (47 2.013 > 0. ~) Come de Orland une notorina a Poter Mercettes a cinin, pois 7 (n'allito da Articulitza, o e idito especial do Oth E0.000.000 %, imilatori o Thatilato de Orfalei Anticole, e dá outras providin-

fixação do selário, e atendides a circunstâncias inhefendas com o resenta, no maiorio do producto e atendides a come, no describ comunicatio, no maiorio com identido com metal de Cra E0.000 00000 (officio a provo com identido em vicos de conversa, no metal de Cra E0.000 00000 (officio a provo com identido em vicos de conversa, no metal de Cra E0.000 00000 (officio a mulhara de conversa, no metal de Cra E0.000 00000 (officio a mulhara de conversa, no metal de Cra E0.000 00000 (officio a mulhara de conversa, no metal de conversa, no metal de conversa, no metal de conversa, no mesas de inclehes de conversa, no ali estabolacido não tem sido sema conficio 2º da nivossida conversa de ali estabolacido não tem sido sema con de conversa de alicidad de nivossida conversa de alicidad de conversa de inclusiva de conversa de alicidad de conversa de inclusiva de conversa de conversa de inclusiva de conversa

O patino 20 da minuestado concero à Produitimo do Intelato tendante que torinação local para desa à Maria

Prio missals projeto, de autoria do missals concientes concientes

Projeto de Lei do Senado nº 3, de 1963

Da Comisção de Finances são-bra o Projeto de Iri da Câigara rº 54, de 1962 (nº 2.042-8-60) ri Câmara que autoriza o Prior Frantivo a abrir, pelo Minhié-ra da Agricultura o crédito es-ra da Agricultura o crédito es-Fractivo a abrir, pelo Minkve; Instituto Universitario de Pesquis-ria da Agricultura, o crédito es-prairel de Cré se 1969.000 00. para construcção do prédio opde se ins-teira o Instituto de Otimina Arricola, le dá outras providên-landamento de Projessor de Instituto Universitario d

Ractor: Sr. Barros Carvalho...

O presente projeto visa a autorizaa obertura de crédito especial de 50 millos de cruzeiros para instalação em Brestin, do Instituto de Química An cola (art. 19). Tinto art. 2º a Prefeitura do Dis-

trin art 20 a Prefeitura do Dis-trin Enderal fina autorizada a dour do immon para construción de práctic As Comiscões do Constituição e Ins-tica e de Agricultura, Peculária, Flo-reitas Creo e Pesca, orinsuam pela sua aprovenção, salientando esta fil-tima a ventacem de "traver o Institulo de Oufmira Arriecia para o Distrita Redevol paravanto será coledo-The north-de visit thansons bage the holder of the bar of the confinition of the confinit

็อทาง อาเลทร์ด & aproveção do há a onor, duanto à aproveção prilita em evame Sa a das Confesões em 99 de

no to de 1982 - Daniel Brieger no to de 1922 — Itania Erieger, pre-sicante — Barros Carratho - Bolgtor — Ara Vicana — Fancto Cabral — Nomicia da Cama — Del Caro — George Vellose — Fernandes , Ta-vora — Paulo Rava.

O Sr. PRESSRAME.

Fett finde a leitura do executente Sobre a maso projeto que vai ser Ildo pelo Sr. 19 Secretário.

E' lido, apoiado e despechado ès Comissões de Constituição e Justina, da Rausseão e Cultura: de Servico Público Civil e de Fi-nanças o seguinte:

Dispõe sobre o corpo científico des Institutes Univer Pesquisa Fundamental. Universitários de

Art. 1º Nas Universidades onde ha-ja Institutos de Pescuisa Funcamen-em autonomia científica, didática e administrativa face às facuidades e escalas prefissionais sem prejuizo da necessária cooperação.

Art. 2: O corpo científico de qualquer dos Institutos Universitácios de Pesquisa Fundamental será constitutdo exclusiva e efetivamente de pes-sola dedicado à pesquisa básica nos diferentes ramos da ciência.

Art. 39 Nos Institutos Universitários de Pesquisa Fundamental que ministrem cursos de pós-graduação inclusive o Doutorado em ciências, os membros do corpo científico se dis-tribuirão nas carreiras de Professor de Instituto Universitário de Pesquinental ou Pescuisador de Universitário de Pesquisa Fundamental Instituto Fundamental.

Art. 49 A carreira de Professor de nstituto Universitário de Pesquisa Instituto Fundamental, de acesso gradual e sucessivo, é composta de pesquisadores com funções docentes e se estruturará nos seguintes cargos:

a) Professor Assistente de Instituto

Universitário de Pesquisa Fundamen-

tal. b) Professor Adjunto de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamen-

tal.

c) Professor de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental.
Art. 59 O provimento no cargo de Professor Assistente de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental dependera de Mestrado do Instituto Universitriao de Pesquisa Fundamen tal, ou equivalente, a critério do corpo científico oc Instituto.

Professor Adjunto de Instituto Uni-versitácio de Pesquisa Fundamental detenderá de Dortorado do Institute

Paragrafo único. Só serão aprecíarus os títulos ciencificos, isto e, contribuição originais à ciência e sua repercusarc nos meios científicos.

Art. 89 A apreciação de títulos a

que se refere o artigo ahterior será juigada exclusivamente por membros do corpo científico do Instituto Univer ità lo de Pesquisa Fundamental, ou de Institutos análogos de Pesquila Fundamental, nacionals ou estrangeiros, on por cientistas de renomes intruscional.

Art. 9º Os cientístas de efetivo re-nome internacional poder o ser admi-tidos ao cargo de Professor de Insti-Universitário de Pesquisa Fundamental mediante apreciação de seus iti'es, na forma do artigo 8º

Os membros de qualquer 10 categoria da carreira de magistério dos Institutos Universitários de Pesqui a Fundamental serão científica e diuaticamente autonomos entre si subordinados apenes à Divisão ou De-partamento do Instituto de que façam

Art. 11 O pesquisador provido no cargo de Professor de Instituto Universitário de Pasquisa Fundamerial era equiparado para todos os efeitos, execto a vitaliciedade, aos atuais ca-tedrá icos das faculdades e escolas profissionais.

Art. 12 A carreira de pesquisador de Instituto Universitário de Pesquia Fundamental de acesso gradual e sucessivo é composta de pesquisadores que não queiram exercer funções doestrutura nos seguintes centes e se carges:

 a) Assistente de Pesquisa de Insti-tu o Uinversitário de Pesquisa Fundamental.

Adjunto de Pesquisa de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental.

Pesquisador--Chefe de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental.

Art. 13 O provimento e a promoção na carreira de Pesquisador de Instidamental se fará do mesmo modo que na carreira de Professor de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental, valendo para os cargos sucessivos dessa carreira o disposto para os car-cos correspondentes de Porfessor Assistente, Professor Adjunto e Professor de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental.

Art. 14 Os membros de qualquer categoria da carreira de Pesquisador de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental serão científicamente autônomos entre si e subordinados aprnas à Divisio ou Departamento do Instituto de que façam parte.

Art. 15 O Pesquisador provido no cargo de Pesquisador-Chefe de Instituto Universitário de Pesquisa Fundamental será equiparado, para todos os efcitos, exceto a vitalicicade, aos atuais catedráticos das faculdades e

escolas profisionais.

Art. 16 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Justi/icação

Universidade brasileira é sobretudo inautêntica.

a) na seleção de seu corpo docen te e consequentemente, na formação

de uma minoria detada de condições, ucassivos e didáticamente

Art. 6º O provimento no cargo de econômicas que possibilita mo estudo nomos de Professor Assitsente e Pronas Universidades

Esta minoria privilegiada constitui insignificante percentagem da popu-laçuo do país, e geralmente distanlaçuo do país, e geralmente distan-ciada dos problemas do povo. E la segunda inautenticidade básica está diretamente ligada à situação

atual do país no domínio sócio-econômico. Somente poderá ser superada na micida em que o processo desenvolvimentista do país obedecendo e diretrices nacionalistas lhe assegure indopindencia econômica e compelido prias reivindicações sociais conàs clastes trabalhadoras maior fira participação na sua riquesa, estimu-lando as assirações da juventude de rigem proletária, pela disponibilidade de meios de elevação do seu nivel cultu.al.

A primeira inautenticidade a que diz respeito à seleção do corpo docente, es á menos estreitamente ligada à situaç o econômica do país. Pode, por isso mesmo, sér enfrentada e cor-rigida com brevidade e eficiência. E um problema específicamente universitário.

O êrro fundamental está em que o pensamento não é devidamente valo-rizado, para efeito da seleção de pro-fessores senão muito acidentalmente, ao invis de necessáraimente. O resultado disso é que, embora contem nos quadros dos seus magistérios com alguns dos valores exponenciais do pensamento brasileiro, as nossas Universidares, consideradas de modo glo-tal, quase não pensam, limitando-se a transmitir conhecimentos, o que è confraditório com o conceito mesmo de Universidade em que se inspira o artigo 6 da Lei de Diretrizes e Bases.

Em sua prática atual o concurso de títulos e provas para docentes-livres e catedráticos, exigido pela Consti-tuição Federal, pode ser vencido por candidatos que apenas memorizaram e compilaram, sem que jamais hou-vessem pensado de modo original. Não só isso pode acontecer, como fre-quentemente acontece: E é óbvio que u'a maioria de professores que ordinariamente não pensam não só não desperta, como até esclarosa a aptidão a vocação pensante nas Universiou dades. Professores que não têm o há-bito do pensamento, dificilmente poderão firmar e transmitir uma consciência crítica em face dos grandes problemas nacionais.

Com efeito, o concurso de títulos proves, que tem sido entes, na prática, um triplo ou quádruplo concurso de provas (prova escrita, às vêzes prova prática prova didática e defesa de tese, que geralmente não é tese, mas apenas dissertação) para um de mas apenas dissertação) para um de títulos (e títulos que geralmente não são títulos científicos, mas apenas de ensino, e geralmente mal adquiridos) não está vinculado de modo necessá-rio, à qualidade de pensador, que é indispensável ao professor universitá-rio e que o dictingua do professor serio e que o distingue do professor secundário. E como êsses concursos são julgados por professõres escolhi-dos pelo mesmo critério de provas e títulos, nem sempre bem providos uma elevada mentalidade científica, fecha-se um circulo vicioso hostil ao pensamento não-convencional e ino-vador, a tal ponto que na prática. o pensamento original chega a tornarse, paradoxalmente, o grande empe-ciho para a promocio no magistério. Evidentemente pois, deverá futura-

metue ser reformada a Constituição Federal no que diz respeito à exi-tência do concurso de títulos e provas. Tal reforma no entanto pressuporá, naturo mente, o funcionamento eje-tivo de um critério mais satisfatório de seleção. Esse critério poderia ser o de um mestrádo e de um doutorado érios, realizados nos Institutos uni-resitários de pesqu'sa fundamenta!, mionomos em relação às faculdades de s'us estudantes.

b) no constituir-se em privilégio andidato ao magistério aos cargos

fessor Adjunto. A promoção subsequente ao cargo de Profesosr Titular seria sobretudo ligada à contribuiclo original no sentido de desenvolvimen-

to das ciências letras e artes. Enquanto, porém não haja condi-ções para o funcionamento sério de um doutorado nos Institutos. um dottorado nos institutos, e se mantenha a exigência constitucional do concurso de títulos e provas, tal concurso poderá ser modificado, de modo imediato, sem ferir-se o texto da Constituição. Pelo contrário.

Na verdade a Constituição Federal prescreve concurso de titulos e pro-vas enquanto o que se vem fazendo é concurso de provas e títulos, pois para três ou quatro provas há um só exame de titulos. Assim nem mesmo a inadequada disposição constitucional vem sendo cumprida realmente, pois o concurso de títulos, a que se refere em primeiro plano, constitui apenas 1/4 ou 1,5 dos atuais concursos.

De imediato, poder-se-ia sem divida exigir que os concursos para profes-sor passassem a ser realmente de titulos e provas, como Constituição. determina

Para tanto, se começaria por eliminar uma das três ou quatro provas tradicionais dos concursos: a prova tradicionais dos concursos: a prova escrita. Com efeito, tal prova não implica necessàriamente senão numa atividade de memorização e é essencialmente artifical, não correspondendo de modo algum à realidade do mado de modo algum à realidade do magistério. No magistério universitário,
o professor deve preparar críticamente cada aula, é só assim cada aula
será renovada: E' artificial pretender-se do professor uma memorização prévia de tedos os "pontos" de
um programa feito por outro professor, geralmente com outra orientação,
como se fásse conveniente e exiguest como se fôsse conveniente e exigível que um professor desse aulas de imque um professor desse aulas de im-proviso. Tal enciclopedismo tem de-sembocado na superficialidade e na rotina e não poderia deixar de ser assim. O professor universitário deve antes ser notável em alguns capítulos de sua ciência aqueles para os quais contribuiu ou pode contribuir pelas suas investigações.

Em seguida, se modificaria a prova de defesa de tese no sentido de sua autenticidade, isto é, no sentido de que fôsse necessáriamente a defese de uma tese e não, como geralmente tem sido, a defesa de uma dissertação, de uma compilação. A publicação sub-metida a concurso de defesa de tese haveria de ser sempre original se se deseja que as Universidades sejam centros de pensamento fecundo, em permanente gestação, e não centros desprovidos de criticismo, de mera repeticão

Depois, se conservaria quase totalmente a prova didática, eliminadas apenas minúcias de um artificialismo apenas minucias de um artificialismo medieval qual seja por exemplo, a de exigir-se um tempo cronológicamente predeterminado, nem mais nem menos, para a "aula de mestre" — exigência esta que não se verifica, nem se pode ou deve verificar, na prática de mestre de mes

do magistério.
Finalmente, o exame de títulos pesaria o mesmo que as outras duas provas juntas enquanto a defesa de tese, considerando-se a importância da valorização do pensamento na Universi-cade, passaria a ter valor duplo em relação a prova didática. Evidentemente, que os títulos científicos te-riam uma acentuada prevalência sôbre os demais títulos, inclusive os apenas de magistério: a proporção seria a de valerem os títulos científicos três vezes mais que os outros.

E' intuitivo, enfim, que à luz de todo exposto o pessoal docente universitário que deesje fazer carreira nos Institutos de prsquisa básica, em regime de tempo integral, não poderá ser julgado, em seus concursos de títulos e provas, por professores das facargos culdades ou escolas profisionais. mas auto-apenas por professores ou pequisado-

res de Institutos de pesquisa fundamental. Antes, é oportuna a conti-tuição imediata de uma carreira especial de magistério nos Institutos universitários de pesquisa básica sem a exigência do concurso de provas, que desviaria o pesquisador de sua tarefa especifica.

Enla das Sessões, em 29 de janeiro de 1963. — Jarbas Maranhão. Está finda a leitura do expediente.

Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Sanador Vi-

O SE VIVALEO LIMA:

(LL o seguinte discurso) — Sr. Pre-sidente, sómente à noite, de sexuastenie, somente a none, de sexu-feira, me foi possível folhear, como sempre faço, o vispertino carioca "O Globo", daquele dia, 25, lendo, entre o sea farto e interessante noticiário, um cuitorial sobre tema discusido e muito explorado neste época de inquietações político-sociais, através do qual a ilustrada recação empõe o pensamento do combativo e conccituado samento de companyo e centraliso periódico a respuito de um nomento-so assunto, divilgando-o em dentrada componeção nob o Minio "A verdade activo a ajuda antericana".

Ei-lo em sun integra :

A note recente disultadaspila A note recente dividual de la l'autilia de Brasil ein l'avi-langion restabelece, em tâmos eiros e vigorores, a verdide sâ-bre a ajuda financeira americana ao Brasil.

ao Brasil.

Ra diffeil face que as relacesa Brasil-Estados Unidos atraversam, os fatos têm sido frequentemente deturpedos, aqui e
naquele pera centribuindo pera
envenenar aindo mais es sentirentos de crerente desentendirentos de profesionale pera

envenenar einda mais es sentimentos de eresconte decentendimento que, infelimente, prevalecem heje entre os dois petes.

Nos Edados Unidos alguns órcitas de immunes e rigumas dederactes de homens públicos
orierem a fete, impresmo de que
o Barsil vera recebando mecica
ajuda i nerceira, qua nem semme encontro a derida enlicação
no precuso de nece desmolviinterto ectuánico. Tech imagem
do sero sem fundo cala sóbre o
capidia do conhibitada do Tecursos, os quais, em áltima enáilso, seam de seu bólia.

Trata-se de uma prame injustim feita a recto país, conforme
compastre. Careparde a nota
emitida pela Embaliada.

De fato, con tesa an dedos
encidas ada tesa feitada.

De fato, com bese un dedos sometidos volo "Columba Londo" naco e diale da A como Littera, 1921," o, mindo pala OLA e colo Climate e primer dado 4 coll Cliff of the field of the

FL 480 envolve, integavelmente, seus aspectos positivos para os

simila a absoluta correção com que toram aplicados no Brasil os reclues provenientes da ajuda reclaires provenies da ajuda e mejeciane. Nunca se alegou e equer desvio desse fluxo de corréstimo de aua aplicação prevista e normal e a próphia tixa de crescimento da economia brasileira ladica a aplicação legiuma e eficaz desses di-

E' preciso que se reconheça e verdade dos fatos e ento jornal se considera com autoridade para finitio, de vez que tem side sem-

finilo, es rezigue tem sido sem-pre um defensor constante de metas tradicionais relações de e irece com os Estedas Unidos. O Escell muito recebeu de constanção econômica dos Esta-das Unidos. Mas tembém es on amiros americanos devem emiror o esfóreo do povo milato, no senido de vencer ŗ.20 the little, no sentido de vencer the and difficuldades para constituir uma patria forte e prosper, independente de qualquer fivia de amparo elheio.

Ta riada não atingimos o entigio de uma relativa autonomia ecolumica, imo se deve primetal na comunica, imo se deve primetal.

economica, imo se deve, princi-pulmenta, à detarioração cres-ciale des prejos de norsos pro-dicis principios de exportação. O declinio no priço de nessos publica nes rousou muito mais do que o total recepido, sob to-des es formes de ajuda exter-

Os importadores por court min.o, compram por fights for a vez ma's beixes o fruit én nomos trabalho, enet de monde de mosses importa-ce de producis manufaturados de convenidacia americana, so-ficia a sobrecerga dupla da alta de projes e da desvalorização da motida.

nicua. A bolo da Embalhada do Brasli cai Washington foi justa e or ortuna. Esperamos que seja de demonte comprendida pela ortuna o publica dos Estados Unidas e que contribua para uma motor compreensão entre os compreensãos entr process de norses dols polses, cuja prises de norses dols polses, cuja prises prises en la processa de norse de ser de la processa del processa de la processa del processa de la processa

Até mesmo a ajuda através da República do Norte, foi a de que os empréstimos americanos estavam, 40 momento, sustados para o Brasil, enseul aspectos positivos para os interesses imediatos da economia quanto não se formulasse uma pofamericana, embora constituía um tem considerável densfôgo dos me com v. Exa pula leitura que fêz distributo justamente a nota assima a absoluta correção com sustante a positivo por la la la a absoluta correção com sustante por la la la a absoluta correção com sustante por la la la a absoluta correção com sustante em muito justamente a nota assima a absoluta correção com sustante em more formados. Para la la la absoluta correção com sustante em morento, sustados para o Brasil, enquanto não se formulasse uma pofamento, sustados para o Brasil, enquanto não se formulasse uma pofamento, sustados para o Brasil, enquanto não se formulasse uma pofamento acordina de conômica adectada aos dois para o Brasil, enquanto não se formulasse uma pofamento acordina de conômica adectada aos dois para o Brasil, enquanto não se formulasse uma pofamento acordina de conômica adectado aos dois para o Giobo.

note.

O SR. VIVATOO LIMA — Agradege o sperie fel sée V. Fre, que vem em relação de propos edistrial de "O Globe" confinence à improje vem em respres de propos editofial de «O Giobo" coa interpo a impressão que ou bu libros (mi — com quelquer sombre ce d'obes —a respeito do nos o la la moia conômicofinancello com a manda nação do confinante capitam.

continents english ..

(LE):

E qual a Mola, orn crip; ifernos ce bascou o articilista purca Cirulgada, alida, face da atticida a qua massabriamento se contra ura atticho esclereciranto do palvi ente resunto?

Nas Pigina do da San Talor, de 21, ca se revela em na contri o carnolel na latra complete do com viardo do Italiatra complete do com viardo do Contra marati, da forma afina di virias declara-

"Em visia de viries declari-ções sibre a riven enterna co Brasil, que percen conter uma interpre ação e conce, no mon-tante desta acesta no o ônus real sabre os concessos iscans real sôbre os recursos fiscais americano: e e e e do util-zarão da ajuda concecida, a em-baixada do Brasis em Veshingto, solicitori distribuir à im-prensa daque a Capital, uma nota com os esciencimentes seguin-

tes:
"O montante das recursos real mente postos à dispessita da ecc-nomia brasileira é muito inferier nomia brasileira e minio ano que geralmente sa imagina.

ao que veralmente se inacióna.

Usam-se, fréquentemente, no imprensa nocle-mericana, effres relativas a comprensicos ou autorización en realización con una dre referentes e desembolnes realización es recursos americanos como es efectos económicos no nele recebedor só pedem ser medidos velos desembolsos efetiros. Anda mais o famo do reforno a título de amortizacións e juna cina estre reduzido das cifras brutes de acuda, a fim de medir-se a transepticia líquida de recursos de concentra ensertema para a bresileira. Os dados revistos são então es seguindos revistos são então es seguin-

Desembelson llouidos de ajuna dos Estados Unidos no Brasil en-

dos Esta dos Unitios do Bresil entre 1940 e estembro-outubro 1912, em milhio a de défar, i:

Frimhant — primento- hratos — 1 230,811, tenta america- gão e juros do 211,826, num desembôleo Herica de 32,811 do total:

Pl. 480 — 36 300 — 24,7% do total:

totel.

Agéne'a Juintancloani para o Agéncia Inicrancional pero o Desenvolvinamo (incluindo operações do "CA o Dispendenciares a 1961), 12 % (1975) — 12 % de total; Tesouro dos Escados Unidos, 39.160 — 6.7% do total; Banco Intercinericano de Desenvolvinamo (Cacial Trust Fond), 2.071, 0.2% do total, ao todo USA 1.034 503.000, O composión initiatión e a consequente que selo do continua de consequente que selo de continua de consequente que selo de continua de continua de consequente que selo de continua de c

O consequente entração do contribuinte rentramente do ajuda ao Brasil tem sido enagerado.

Os dados acima indierm que: a) côrea de metada das contribuições foi faita seb a forma de empréstimos do Eximbank, cujos fundos provêm da venda de letras do Tesouro aos investidores. O Eximbank tem consistentemente aufarido lucros em suas operações;

b) trinta e cinco por cento de pagamentos representam forneci mento de excedentes agricolas, d acordo com o PL-480. O ônus fis ca idestitul parte do programa d minutenção de preça agricolas A ajuda externa não ioi a causi principal da sobrecarga fiscal mas apenas um método constru tivo e engenhoso de utilizar pare a promoção do desenvo vimente a positivado de deservo minera e constitución no exterior mercado rías que, de outro motesta, ficariem objestas, sujeitos e alto evidos de ermazentem e no risco de deterioreção.

O Sr. Peulo Fénder — O 2011. ora-

dor formits um aparte?

O SR. VIVALDO LIMA — Fois

O Sr. Paulo Fénder -- It o coro da intervidade ún se colorer en sweedon-les apricoles de qualquer medo O SR. VIVALEO LIMA -- Itu-O SR.

(Cortinua lendo)

Bonofieles

iOs consumidores e consulta ntel emaricanos tem-se binificiathe emericanos tember la medicaldo nos últimos enos (1031-1831)
do uma queda aunitm el dos
prenos pagos por predices presellinos as importação, emportações dos estados Unidos crestações dos Estados Unidos crescalire em cêrca de 16.1. O efeito
cossa queda de preçis nos afilmos anos tem sião unido do que
o total da ajuda di traba a proedo
de após guerra:

de spós guerra:

a) valor cumulativo corrente
do total das exportacios inustidares em 1955-81 a nonta itrachtes — USS 9.424 minima.

b) poder aquisibro cumulativo des masmas exponérant, consi-derando as relavões de trosa do Basil no paríodo 1250-13 — US\$ 10 sag milhoss.

c) perfor em poder a risello da emportación bravicio de choortación bravicio de de choortación bravicio de choortación bravica de portación de poder de contractor de cont in~s:

o) contemia passivel de recip-sos para a contemia observadada, considerando que era región delle des esportendos bases della destinam nos las comos la con-la con militare.

destinam cos Lista is la la como US; cos miliboss.

Priviormente todo a civila coda ao Bresil foi condiciona la la compra de bens e cervoca acte luca nos, contribuindo en re preu a utilização de capacidado actes em indústria de exposição a foi costa com resulta, dos sectiones de costa costa com contribuida dos sectiones de costa costa com contribuida dos sectiones de costa com contribuida dos sectiones de costa com contribuida dos sectiones.

Jero results are expensed to:

All a melon north do all in tem
sido hade he forme do all in tem
timos do Trimberale do all in
tabilità girmante l'arriche accome
de bone e estricos area in lest
hi a ciudo etropio (a li l'o
6 dade cob a forme il arriche
tes oferidos, principula em a les

tes efecidos, principale en a ce terion;

n) teda Cinicipa C 170 tra
sida dada nala media Card di Cinicipa
ta diredininadari, conditioni di
sa as negamentos transcriptione

noticeno de bons e su transcriber ricenos.

O dimeiro de apula franció bem utilizado, seta nota en a trajetor enecificados de ún trajeto estenciales de ún trajeto estenciales.

Indica dedun de dues consideracións a dedun de dues consideracións.

Indica deduc de des consideracios:

a) o tema de crestinanto de economia hassilata napa a lancia 1859-1991 tem ello, em tidado resis e à luz dos dados dismativels, uma des mats altre da Smatrica Latina, incloando um caso de recursos. No vertada não há melhor indice de utilização adequada da ajuda externa do que a obtenção de uma atta tora de crescimento;

senciais produtos alimentícios básicos equipamentos e peças. senciais,

A pequena porcentagem restan-'mp'uta ões vão essencials, provém, na sua maior parte; Ce Greas de moedas não conversi-vels".

Crescimento

A nota contém ainda um quadro estatistico sobre o crescimento econômico e populacional de v. los prises da América Latina, v. los prises da America Latika, em que se demonstra que no período de 1950-57 e crescimento "per cepita" do Brasil foi de 2 menor do que o Peru, o México, a Venezuela e o Chile.

"Il no período de 1957-61, embora com uma taxa de cresci-

mento populacional das mais elewadas, 3% ao ano, o crescimento per capita" do produto foi de 3,9%, a mais elevada, enquanto cafa a taxa de crescimento de todos os outros países, baixando a Argentina por exemplo a apenas 0.1%. No biênio 60-61, a taxa de crescimento "per capita" do Brasil novamente elevou-se a 4.5% enquanto vários países, como a Venezue a o Peru, o Equador e a Colômbia, registraram taxas negatives"

Esta a nota, na sua conclúsão, da Embrixeda B esileira, através do co-municado do Itamarati.

(Continua lendo)

SR. PRESIDENTE:

Se os comentários tão judiciosos pondarosamente formulados pelo "O Globo" merecem es mais calorosos encomics e aplausos dos que acompa-nham de perto as flutuações da polícham de perto as flutuacoes de portica internacional, no que tange, em particular, às relações econômicas e financeiras entre o nosso país e a particular acesas estadunidense, se não grande nação estadunidense, se não ainda dos que se interam e se esclarecem através da leitura do que a respeito divulgam os órgãos de publicida-de, falada ou impressa daí o porquê da iniciativa dêste mandatário investido iniciativa dêste mandatário investido na Presidência da Comissão de Relações Exteriores, de faê-los constar dos Anais desta Casa, dada a elevação e superioridade dos conceitas que enobrecem um lema jornalistico, de independência e ação construtiva, lon-ge, dêsse modo, de uma linha ou la-ços de interêsses subalternos ou comprometedores

Colaborações como esta, não hó dúvida, é que auxiliam os governantes a obter do povo, na sua expressiva maioria, ou totalidade se tôr possível, o indispensável respaldo para as justas reivindicações no sentido do desenvolvimento e do progresso, a que po-dem aspirar comedidamente as quantas nações ainda atrasadas estejam, em bem da convivência e da paz so-

O SR. PAULO FENDER

O SR. .VIVALDO LIMA Com muito prazer ouvirei V. Ex², não obstante encontrar-me nas derradeiras palavras do meu discurse em tômo do palpitante tema.

O SR. PAULO FENDER

Permite V. Ex². um aparte?
Há de se tírar, necessàriamente,
uma nega do episódio. Não basta que
nossos amigos americanos, através das
suas notas oficiais, digam que c Brasii não está em condições de lhes dar lucro com os empréstimos que nos fazem. Acaba V. Exa^a de ler estatisticas que já não impressionam. Os dados americanos se referem a texte tivas iguzes — e lembro particular-econômico populacionais. Examinam mente o Pano SALTE — plano êsse o crescimenta apenas em têrmos de que era mais uma coletánea de da-relação entre a população e a sua ca-dos, especialmente dados estatísticos pacidade de absorção econômica Num quase sempre superados os quais espaís cuja população esteja equitatitudiosos manipulavam ou engendrativam ou engendrativam ou engendrativam ou engendrativam ou engendrativam ou engendrativam ou expansivam ou expansivam

mos que grandes aglomerados popu-lacionais não têm esta capacidade, as taxas são falsas. Não podemos admi-tir, para argumentar em têrmos de desenvolvimento, o mesmo raciocínio que admitimos para argumentar pura priamente em têrmos de est tisticas. Se majorarmos com o coeficiente da população de São Paulo ou do Rio de Janeiro, teremos uma taxa econômico-populacional razeável, equilibrada; mas, já o mesmo não acontece com identico número de habitantes do Nordeste, onde a enorme miséria campeia. Por conseguinte, quando o americano examina o poder de absorção através da taxa econômico-populacional, êle o faz friamente, e verifica se temos ou não capacidade de emprestar, de investir seu dinheiro. Ele não examina como um amigo que quer nos ajudar, quentão formularia una po-lítica econômica em relação aos cen-tro populacionais adiantados diteren-te da do Brasil e de outras áreas subdesenvolvidas, onde não há uma ta-xa econômico-populacional equilibra-da. Esta a diferença que fa?o ques-tão de assinalar no discurso d V. Ex². para que dai se tire uma lição, para que dêstes debates no Senado pelo menos haja uma luz nessa treva que perduram entre os entendimentos eperdiram entre os entendirentos conômico-financeiros do Brasil com os Estados Unidos. Eram as ponderações que desejava fazer à margem do brilhante discurso de V. Ex'.

O SR. VIVALDO LIMA

Mais uma vez agradeço a V. Exª E devo fazer-lhe justica, que não obstante ser um médico renomado, especializado na cardiologia, como Se. naunt tem-se revelado conhecedor da realidade brasileira e un estudioso problemas econômico-financeiros. sobretudo aquêles que re relacionam com nosse intercâmbio com a grande nação norte- americana.

O aparte de V. Exa, ven justamente enriquecer as considerações que acabo de fazer. Mais uma vez, reno. vo-lhe meus agradecimentos.

Assim, sendo Sr. Presidente, nada mais há que articular em adição às palayras já proferidas.

Era o que tinha a dizer. (Muito

Durante o dicurso do Senhor Vivaldo Lima, o Senhor Moura Andrade deixa a Presidência, assumindo-a o Senhor Guido assumindo-a 0 Mondim.

& SR. PRESIDENTE:

Tem a paixvra o nobre Senador Coimbra Bueno.

- SENHOR SENADOR COIMBRA BUENO PRONUNCIA DISCURSO, QUE, ENTREGUE A REVISAO DO ORADOR, SERA PUBLICADO POSTERIORMENTE.
 - Durante o discurso do Senhor Coimbra Bueno o Senhor Guido Mondin deixa a Presidência, assumindo-a o Senhor Figueizado. Argemiro de

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN:

(Não foi revisto pelo orador) — Zenhor Presidente, Senhores Senado-res, serei muito breve na tribuna.

A Nação inteira tem conhecimento do Plano Trienal, elaborado pelo úl-

timo Ministério em nosso ensaio de sistema parlamentarista de Governo. Tivemos, no passado, outras tenta-

b) na pa 113 brasileira de im- de de absorção, essas taxas são fide- Plano, quando nada mais se tratava portações, mais de 30% é repre- dignas; mas, no nosso, quando sabe- do que um diagnóstico que qualquer centado por matérias-primas es- mos que grandes aglomerados popu- pátricio nosso poderia fazer se se dedo que um diagnéstico que qualquer patricio nosso poderia fazer se se dedicasse a tais estudos. Entretanto, parece que o Plano Trienal é algomais sério. Pelo menos, com patriotismo, todos, particularmente os par-lamentares, deverão encará-lo como

Temos necessariamente, neste îns-tante tão conturbado da vida nacio-nal, de dar êsse crédito de confiança aqueles que elaboraram o Plano Trieaqueles que elaboraram o Plano Trie-nal, seja um ou sejam trezentos os colaboradores conforme tem a Im-prensa noticiado. O que desejo es-tranhar nesta intervenção é o fato de que neste instante eu perguntar a qualquer um de nossos colegas se é conhecedor do Plano Trienal, tenho certeza absoluta de que a resposta se-

Hoje, acidentalmente, li no boletim "Analise e Perspectiva Econômica", uma síntese do Plano, apresentado num trabajho mimeografado de cennum trabano immeografato de cen-to e trinta páginas. O Plano comple-to, tal qual foi elaborado, está sendo impresso em número de mil exempla-res. Tenho a impressão de que tão racionado é esse número que poucos racionato e esse ininero que pontos realmente dele tomarão conhecimento, visto que, sabemos, o Parlamento Brasileiro, hojo, é composto de mais de quatrocentos e cinquenta representantes. O que estranho é que o Senhor Ministro Celso Furtado não estranho e que o senhor Ministro Celso Furtado não se tenha preocupado, pelo menos, em enviar às duas Casas do Congresso Nacional, para cada um dos represen-

racional, para cada um dos representantes, um exemplar do Plano, para que o pudéssemos estudar.

E' isto que venho estranhar, Sr.

Presidente, de minha tribuna. Já estamos sentindo os efeitos do Plano —

é curioso — porque duas medidas, pelo menos, temos conhecimento de que foram tomadas e cujos efeitos estão sendo colhidos: uma, a que alterou fundamentalmente o preço dos combustiveis, ou tra a eliminação do su-

bsidio a respeito do trigo.

Assim, com relação aos derivados de petróleo e ao trigo, medidas já foram adotadas e suas conseqüências, como vemos, são as mais desastrosas, por isso que a elevação do custo de vida se processou de maneira fuminante, em Brasilia e no resto do País. Na verdade o custo de vida subiu cinquen-

ta por cento. Ora, conhe conhecemos as consequências do Plano mas não o conhecemos. Então o que desejo é apenas, precisamente, dizer ao eminente Sr. Ministro Celso Furtado que se lembre do Par-lamento e que envie aos representantes do povo um exemplar dêsse Pla-no, para que possamos estudá-lo e comentá lo, com o objetivo honesto de coloborar com o Governo, porque todos estamos preocupados, da mesma for-

ma, com a situação nacional. O Sr. Coimbra Bueno — Permite V

Exa. um aparte? O SR. GUIDO MONDIN — Pois

não. O Sr. Coimbra Bueno — Agregaria as palavras de V. Exa. uma solicita-ção no sentido de que S. Exa. reme-tesse também aos ex. Senadores e ex-Deputados exemplares do Plano pois continuaremos interessados nos problemas nacionais,

Também os jornais de todo o País poderiam dar à matéria larga divulga-

O SR. GUIDO MONDIN - E' evidente, Sr. Presidente, que o aparte do nobre Senador Coimbra Bueno tem tôda procedência, particularmente por-que o aparteante é um homem estu-dioso dos problemas econômicos e da situação nacional. Então, que se mande imprimir

Entao, que se mande imprimir o Plano largamente, e não apenas mil exemplares, como anuncia "Análise e Perspectiva Econômica", pois dessa forma não será possível atender à série de pedidos, dada a importancia

O SR. GUIDO MONDIN - Pois

O Sr. Coimbra Bueno - Esse Plano. em minha opinião, representa, de qualquer forma uma grande tentativa que podemos agregar ao Plano SALTE pôsto em vigor durante alguns auos Quero também usar da liberalidade de V. Exa. ao me conceder êste aparte, para fazer um apelo ao nobre Sr. Mi. nistro Celso Furtado, autor do Plano, no sentido da continuidade do mesmo, nos próximos periodos governamentais. Que se faça o encadeamento dos planos em projeção para os próximos governos, de maneira que os futuros candidatos à Presidência da Repúbli-ca, em suas campanhas eleitorais, te. nham em mão os planejamentos que poderãoa aprimorar e executar. assim se poderá estabelecer a continuidade de govêrno, evitando os governos canguru, que dão saltos cada um a seu modo, de acôrdo com os tendências de cada Presidente da República.

O SR. GUIDO MONDIN - Obri-

gado a V. Exa.

Sr. Presidente, considero prematura qualquer manifestação a favor ou con. tra o Plano. Precisamos, antes, conhece-lo e conhece-lo profundamente, estudando-o com o major cuidado.

Esta é a nossa preocupação.
Quero concluir, lendo o tópico final
do comentário que faz o Boletim a res.
peito do Plano. O autor desse comentário teve a ventura de ler, pelo menos, a síntese do Plano,

Diz o tópico.

"Muitas são as observações que ocorrem à simples leitura do Plaocorrem a sinples televia do I la no, a começa pela programação financeira do Tesouro para 1963, que nos parace inexequível. Acreque nos parece mexequivel. Acreditamos, entretanto, que o do-cumento é útil e serve à sua fi-nalidade de primeiro espoço de programação a ser aperfeiçoada e detalhada, e que é dever de todos a sua crítica honesta e objetiva, com a finalidade de escoimálo de erros e imperfeições, para que se transforme, realmente, em instrumento eficiente de administração As perspectivas econômicas e nanceiras do Pais não permitem que aquêles que têm consciência dos perigos e das necessidades do futuro próximo adotem, por ra-zões politicas ou ideológicas, posi-cões negativas que em nada contribuirão para que em mana con-tribuirão para que possamos ven-cer nossas dificuldades. Com êsse espírito pretendemos voltar a comentar, em seus diver-

sos aspectos, o Plano Trienal.'

Para que o nosso comportamento em relação ao Plano Trienal possa ser este, muito bem espelhado no último parágrafo dêste comentário, é preci-so, realmente, que tenhamos conheci-

mento do Plano.

Els por que estou nesta tribuna.

Que nos mandem o Plano a cada um de nos, representantes do povo. Mais do que outros, temos nos eportunida-de de comenta-lo e de oferecer-lhe nossa contribuição — também sabemos dar contribuição a Planos dessa natureza — escoimá-lo de possíveis vícios, aperfeiçoá-lo no que puder ser aperfeiçoado para que se transforme, realmente, num Plano exequivel. Que nos mandem êste Plano, para

que o Congresso Nacional dê a sua contribúicão neste momento histórico da vida brasileira. (Muito bem! Muito bem!)

O SE. PRESIDENTE:

· Sôbre a mesa requerimento de ur-gência que vai ser lido pelo Sr. 19 Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 33, de 1963

Nos têrmos do art. 330, ætra b, do Regimento Interno, requeremos ur-gência para o Projeto de Lei do Se-

de 26 de ryôsto de 1960. Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1963. — Jejferson de Agular

t) SR. PRESIDENTE:

O requeramento que acaba de ser lid) será votado ao final de Ordem do Dia.

Está finda a hera do expediente.

Cassa se à

CRDEM DO DIA

Comparecem mais os Srs. Eunadores:

Vivaldo Lima - Lobão da Silveira — Sebastiao Archer — Eugênio Bar-ros — Fausto Cabral — Dix-Hait Rosado — Novaes Filho — Barros Carva ho — Silvestre Péricles — Lo Vi-val Fontes — Heribaldo Vielra — Lima Teixeira - Gilocrto Marinho mi Teixeira — Giloctto Marinho — Nogecira da Gama — Milton Campos — Lino de Mattos — Filinto Müllei — Nelson Maculan — Irineu Bor-nhauser — Daniel Krieger — (18)

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento que acaba de ser lido, nos têrmos do Regimento, será vetado ao final da Ordem do Dia. Passa-se à

Ordem do Dia:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1963 (nº 4.476-B/62, na Casa de origem) que reestrutura o Quadro da Secretaria do Pribunal de Contas da União e dá outras providências (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330 letra b, do Regimento Interno em virtude do Requerimento nº 27, de 1862. 1963, aprovado na sessão ante-rior) tendo pareceres (proferidos ora mente em 5 do mês em purso das Comissões - de Servico Público Civil e de Finanças, favoráveis ao Projeto e contrários às emen-das: — de Constituição e Justica, nela constitucionalidade das constitucionalidade pela emendas.

Na sessão de 25 do corrente, sub-retido a votes o Projeto sem prejuidas emendes, verificou-se falta de n imero.

Vai, assim, ser renovada a vitação em escrutinio secreto, usando-se p ocesso eletrônico.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto, (Pausa) Vai-se proceder à apuração, (Pausa) Votaram favoràvelmente ao projeto 28 Srs. Senadores, e contra 4 Srs. Senadores, tendo havido uma abstenção

o projeto está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 6 DE 1963

4.476-B, de 1902, na Câmara dos Deputados.

Pleestrufuca o Quadro da Secretar a do fribunal de Contas da Un ão e dá outras providências.

O Convresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criades no Quadro do funcionalismo do Tribunal de Contus da União os sequintes cargos:

20 (vinte) na carreira de Oficial Inguni vo simbolo TC-5;

5 (cinco) na carreira de Datilógrafo simbolo TC-8; 5 (cinco) na carreira de Da'ilógrafo simbolo PC-9;

5 (cinco) na carreira de Escriturá rio símbolo TC-7; 3 (cinco) na carreira de Escriturá-

rio simbolo TC-8;

5 (cinco) na carreira de Escriturá-rio simbolo PC-9; (um) cargo isolado de Viédico cimbale TC-3;

da sm. belo TC 13.

Art. 27 Figura ribintos, e postis em dispensiblecco es seus titulares, os seguintes e richt

Cha) Eduricinación, símbolo TC-6:

1 (um) Energiannador, simbolo TC-7: 1 (ura) Encedernador, símbolo

Art. 3º Ficam exilatos quando va-

garem os seguintes cargos:

2 (dois) Auxiliares de Portaria, simbolo TC-9; 2 (dois) Auxiliar de Portaria son-

belo TC-10; Art. 4º Provides todes as vagas decerrances das niemogues, acessas e nomeacies de que trata a presente lei, norm à proporção que forem vagando, qualmente extintos es cargos de Au-

xilar Administrativo. Art. 5º Os cargos de Técnico de Orçamento e Assesso: Administrativo, em número de 13 (treze) e classifica-dos no simbolo TC-3, passam a ter a denominação comum de Oficiais de Orcamento.

Art. 69 A primeira promoção, depois da presente lei, para cada uma das classes que compôem as carreiras, obedecerá ao critério de antiguidade, observado, porém, quando for o caso, o dispos o no art. 3º da Lei nº 4.954, de 2 de abril de 1962.

Art. 7º As vagas nas classes ini-ciais des carreires do Quedro do Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União serão providos mediante concurso público de provas.

Art. 8º Os cargos isolados de pro-vimento efetivo, que se vagarem de-pois de entrar em vigor esta lei, serão providos mediante concurso público de titulos.

Art. 9º As vegas que ocorrerem na classe inicial da Carreira de Oficial Instrutivo serão preenchidos metade por concurso público e metade, alternadamente, pelos ocupantes da classe final des carreiras de Escriturário, Auxiliar Administrativo e Datilógrafo. na base de 2 (dcis) Escriturário, 1 (um) Auxiliar Administrativo, 1 (um) Datilógrafo iniciande-se o acesso peles ocupantes da classe final da carreira de Escriturário, observado o critério de merecimento absoluto, de acordo com o art. 255, II, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952

Art. 10. Os cargos isolados, de provimento em comissão de secretário da Previdência e de Diretor yrão provides por ocupantes de cargos de carreira de Oficial Instrutivo do mesmo quadro, escolhidos fivremente pelo Presidente do Triounal de Contas.

Art. 11. As vagas que ocorrerem na classe inicial da carreira de Auxiliar de Pertaris secão providas metade mediante concurso público e metade por acesso dos orupantes de cargos de Auxiliar de Conservação, observa-dos, quanto a êstes, também o critério de merecimento absoluto, na for-

ma da Lei.

Art. 12. Os deiegados do Tribunal de Curtas junto as Delegadas do Tescuro Nacional nos Estados terão a gratificação mensal de 178 25.000.00 (vinte e amos mil cruzeirys), os Assistentes a de Crs 3 620.00 (quinze mil cruzziro), es Auxiliares da mesma cruzziro I, es Auxiliares da riesma Delegação Crs 10.000,00 (dez mil cru-zeires) e os Auxiliares de Portaria e Auxiliares de Conservação que servirom nes mesmes órgãos estaduais, ... Ora 5.000 00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 13. São criedes, outrossim, 15 (quinze) carres islades, para provimento mediante concurso rúblico de titulos e de provas de Auditores iti-nerentes, com funcies de contrôle, inspeção e sindicância, entendendo-

a) exame de comprovantes; b) verificação da equivalência das situações contábeis dos órgãos interdependentes:

c) análise dos levantamentos sintéticcs;

2) por funções de inspeção, as apurações e exemes de existências físicas e custos de materiais e serviços pro-cedidos nos locais de obras, teviços, almoxarifados e tiepósitos da União e autarquias;
3) por sindicancia, a investigação

e o procedimento administrativo através des quais se objetiva apurar responsabilidaces nas conferens de negligência, mau emprêgo ou desco des dinheiros rúblicos a cargo de funcionários ou repartições feuerais e autárquicas.

§ 10 Os cargos criados serão preenchidos por 10 (dez) engenheiros diplomades e registratos no Conselho Re-gional de Engentaria e Arquitetura CREA) e 5 (cinco) contadures habilitados e regisados no Conselho Re-gional de Controores (C.R.C.). § 2º E' reguísito essencial para ha-

s 2º E' reguisto essencial osta interpolation de la concurso de Auditor não de la correda na sessão anterior.

Este projeto teve a digital de correda na sessão anterior.

Em volação.

§ 3º Dos contreles, inspeções e sin-dicância que devem ser realizados nas repartições públicas federais e autér quicas serão encarregados, pelo Presi-dente do Tribunal de Contas, os Au-ditores em rodizio, de forma a evitar que tals dilivências sejam feitas pelos Auditores sempre junto às mesmas ropartições.

\$ 49 O simbolo correspondente Auditr intinerente serão o de TO-4 Art. 14. Qualquer das duas Casas do Congresso, em carater experional poderá requisitar o servidor do Tribunal de Contes, de reconhecida capaci dade, pera funcioner como assesser parlamentar, em Comisião específica. da no Regimento da Câmara des Deputades ou do Senado.

Art, 15. Esta lei entrará em vivor na data de sua publicació, revogadas as dispesições em contrário.

As Combisões de Serviço Pública Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação as emendas nº 1 e 2 que tem nareceres contrarios das Co missões competentes:

O SR. PAULO FENDER:

(Para encaminhar a votação — Sem revisão do orador) — Sr. Presi-dente, não está entre nós o eminente Senador Gilberto Marinho autor de uma das emendas. A outra é de minha autoria. Entretanto, depois de apresentadas, tendo tomado maior contacto com o projeto e com aquê-les que o defendem mais diretamente, chequei à concluato de que, embora justificíveis, deveriam ser rejeitadas as emendas para não re.arder a tramitação da matéria, que necessita de urgente sanção presidencial.

Declarei, então, na sessão passada, Sr. Presidente, que minha emenda era emenda contingente, porque se subordinava à emenda principal e deveria mesmo, ter sido apresentada como subemende, mas não o foi. E'a como sub-menos, mas nao o ior. E a diz respeito ao aumento, no Quidro do Tribunal de Contas, de un carra de atendente, porque a emenda do Senedor Gilbrito Marinho advorce a criação de mais um cargo de mêdico.

Como acredito que o Flenário, sensivel às pende reces que nes cheram oficiesamente de Tribunal de Centre rejeitorá as emendos, quero dizer desde logo que estaria disporto a reparación junto às republições federais e tuan minha cuienda, no meso de que autárquicas, da corregão dos registros (se tornasse necessário. Estas declaauc)

nade 17.2, de 1863, que ecrescente um 1 1 (um) carso isolado de Atendente e das informações por estas encami-pará arto ao antigo 67 da Lei nº 3.867 de Englande simbolo TC-12; hardas ao Tribunal de Contas, poden-de 26 de egôsto de 1960. 4 (quatro) corgos isolados do Guar-do constar de: Tações faço-as ao encaminhar e vo-lação que, naturalmente, control a aprovação do projeto sem encama-do constar de: tação que, naturalmente, con e ará a aprovação do projeto sem encues. (Muito bem).

O SR. FRESIDENTE:

Passa-se à votação, cia ciado, dos emendas dos Senadores Paulo Fender

e Gilberto Marinho, cola pureceses contrários des Comiscoes tropices.

Votaram 32 Srs. Senadores, Val-se proceder à apuração. (Pausa)

Votaram contra 30 Srs. Senadores, 1 a favor, tendo havido uma obsten-

ção. As emendas foram rejetted s O projeto vai à sancis.

Votação, em turco único, do Projeto de Lei do Came a nº 16, de 1052 (nº 2.960-P-31, 10 Casa de origem), que site a a conominação do Instituto Joing im Naburo, para fortido de Constituio Constituio de Constituio Constitui Nabuco, para in diulo deagam Nabuco de Pesquisas Sociais, com scule no Recife, Escado de Per-nambuco, tendo Farceros favo-ráveis (sob ns. 776 e 777, de 1962) des Comísices; — de Cons-tituição e Justiqui; e de Entração e Cultura c Cultura,

Este projeto teve a d'anu- do cu-

Os Srs. Senadores que o apacion, queiram permanecer sent des grau-

Está aprovado. O projeto vai a sancio.

PROJETO DE LET DA CTIARA Nº 96, DE 1032

(Nº 2.960-B, de 1901, na C. mara)

Altra a denominar o lo Inctituto Josquim Namen de Instituto Josquim Namen de Pecavisas Socials, con a de no Recife, Estado de Permisso.

O Congresso Nacional de care

Art. 19 Passa a ser d'incidinate Instituto Joaquim Nubure de Procti-sas Scoiage o Instituto Joaquim Na-ouco, come sede no Reafe, a tuto de

Pernambuco.
Art. 29 Esta lei entra à un dispr na data de sua publicación de sua as disposições em contrado.

Discussão, em turno crico Discussão, em tunto (145, 100 Projeto de Lei da Cânara nº 120, de 1962, (nº 2.568-8 61, 12 Cana de origem) que transcrimi en unidades universitárira ra Canada Canada Canada (150 Canada unidades universitàrics es Cussos de Odontología e de Farrarcia da Universidade de Manas
Gerais (incluindo em Onter de
Dia em virtude de de nare de
intersticio concedida na la cusnhor Senador Noqueira da Genma), tendo Pareceres fette recs,
sob ns. 26 a 29. de 1933, de Comai, tendo Pareteres fill 11.3, sob ns. 26 a 29, de 1933, de Comissire: — de Educido e Cui-tura; — de Saúde; — e de ricagos,

O SR. PRESIDENTIL:

Em discussão o projera Se nenhum Sr. Senador de las fac-zer uso da palavra, em la dia car-cuelo. (Pausa) Está en la ala votação o prejeto. Ēη

Os Srs. Senadores que a el ma, que rem permanecer como se el una . ∵m. (Pausu). E tá aprovado.

E o requinte o proteo de la do que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CELLEIA Nº 120, de .932

Trensforma em Ja 1/2 versitàrias es Cultura de la competencia del competenc devis de Minas Germi.

O Jongresso Nacional de retu-

Art. 19 A Faculdade te Continuita e Farmácia da Universida le e Minas والمان المنافعة والمنافعة المنافعة المن

de control A distribution on The did de de comment of the comm

dos Regimento pera as novas Faculdads, as outis se regerão provishriamente pelo Regimentos do esubelecimento ora decabrado.

Art, 6º Esta lei entrará em vigor tia data de sua publicação, revogadas av dispostedes em contrário.

Discussão, ou turno único, da redecás final (oferecida pela Co-missão - Estrção em sed Pate-car nº 8, de 1963) do Projeto de Resolução nº 17, de 1962, ve sus-pende a execução de Le nº 23, da 6 de recembro de 1969, do Estado de Paranà.

O ÉP. PUCSIDENTE:

Em discussão a redação fine?.

Se nonim Sr. Senadr desejar fa-zer uso on oritors, declaratel opera-rada a disturció. (Pausa), Está en-

Os Srs. Senafores que aprovam a redação final, queiram permanecor como se encontram.

Esté aprovada.

E a seguinte a redação inal aprovaca, que vais à sanção.

PARECER Nº 8, DE 1963

Remção final do Projeto de Re-solução nº 17, de 1982.

Relator: Sr. Lourival Fontes

A Comissão apresenta a recorno fi nal do Projeta de Resolução uº 17, de 1872 que suspende a exposção de Lei nº 23, de 6 de setembro de 1959, do Estado do Parana.

Sala das Essões em 22 de itneiro de 1963. — Sérgio Marinho, Presiden-te — Lourival Fontes, Relator — Alô Gvimarāes — Ary Vianal.

ANLEPO AC PARECER Nº 8, FE 1003

Reciacão final do Projeto de Re-solução nº 17, de 1862.

promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº - 1963

Suspende a execução da Lei nº forem 3 (23 de 6 da setembro de 1959, do vergentes. Estado do Caraná.

Se nemhum S.A. Blancarry dereign-rem fazer uso da mila va. dalli rot ercorrada a disculsio. (2003). Està er arede,

En votação. Os Senhores que arrirem o projeto, cieliam personecer como se en-conciem. (Pau a). Está aprovado.

E' o seguin e o projet, apro-vado que val a Cal allo de Re-ಡಬ್ದರಿದೆ:

PROJETO DE LET CO SENADO Nº 9, DE 18-12

Regula a dec' ração de inconstitucionalia de para os efeitos do art. 7º, nº VII, an Constitução Federal.

O Congresso Nacional decreta: -

Art. 19 Cabe so Procutador-Geral da República, ao er conhecimento de ato dos poderes es aduais que infrin-

ato dos poderos es aduais que infrin-ja qualquer dos princípios estatudos no art. 7º inciso VII, da Constituição Federal, promover à declaração de inconstitucionatidad- perante o Su-pramo Tribunal Faderal. Art. 2º Se o conhecimento da in-constitucionalidade resultar de repra-centação que lh seja dirigida por que que interessação, o Procurador-Geral da República terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do receimen-to da representação, para apresentar to da representação, para apresentar a arguição perente o Supremo Tribu-nel Federal, desde que a considere procedente.

Art. 3º O relator que for designedo ouvirá em trinta d'as, os orgãos que hajam claborado ou praticado o ato arguido e, findo essa têrmo, terá azo igual para apresentar o relaprazo tório.

Art. 4º Apresentado o relatório, do qual se remeterá cópia a todos os Ministros e Presidinte designará dia para que o Tribunal pleno decida a espécie, cientes os intrespados.

Parágrafo único. Na ressão de jul-gamento, findo o relatírio, poderlo usar de palavra na força do Resimento Interno do Tibunal, o Procura Jor-Geral da República, sestentendo a arquição, e o Procurador dos órgics estaduais interessados, deferdando a constitucionalidade do ato impugnado.

Art. 59 Se, ao receber os nutos, ou ro curso do Process , o Ministro Re-'ator entender que a decisão da esnécie é urgente en fra: de relevan-te interêsse de ordem pública, polleté toquerer, com prévia cièrcia des parrequest, com preva corres es partes, a incedente conveccede de Tribunal, e este servinur-se eccurecido. Dodará suprimir os pranes de artigo 3º e profetir o seu promunciamento com as ratifera de apiso 200 oc Coastituição Federal.

Art. 69 36 cabarica embargus, que se processarió na forme da Legiale-cão em vigor, quando, da decisio forem 3 (três) ou mais os votos di-

Estado do Carana.

All 79 de a decisió dinel for pela continuirão mensal, na Casa d. Tar
Art. 19 É suspensa por inconstitucionalidade, o Presidente do larinato a que estiveram vinculados dos Parlamentares é impenhorável e tucionalidade, nos térmos da decisão Supremo Tribunal Federal imedia
grando do Carana.

All 79 de a decisió dinel for pela contribuição mensal, na Casa d. Tar
inconstitucionalidade, o Presidente do larinato a que estiveram vinculados dos Parlamentares é impenhorável e sucionalidade, nos térmos da decisão Supremo Tribunal Federal imedia
grando do Parana.

All 79 de a decisão dinel for pela contribuição mensal, na Casa d. Tar
inconstitucionalidade, nos têrmos da decisão Supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal em sessão de 17 de ou
bunal Federal em sessão de 17 de ou
grando de Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal em sessão de 17 de ou
estaduzis interessados e, publicado contribuições mediante desconto em lação de pensão do Montepio dos de la decisão de la contribuição mensal, na Casa d. Tar
tar
Art. 13 — A pensão d. Lionicolo

dos Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares é impenhorável e supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares de supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares dos Parlamentares dos Parlamentares de impenhorável e supremo Tribunal Federal imedia
grando de Parlamentares dos Parlamentares

Profile 16 Lei de Commin nº 41. de 17 h journais de Commin nº 41. de 17 h journais de Commin nº 41. de 17 h journais de Commin de Sancia de Commin de Lei Ca Dameira de 17 de 1934, que cria e Institute de Previoncia des Comminais, ce 1934, que cria e Institute de Previoncia des Comminais de Previoncia des Comminais de Commin €3

O ET. PRECEDENTE:

Esta malíria está prejudicada. Displo o Relmonto, no seu artigo 221, que surá considere a prajudi-enda e motária dependente de de-libaro o do Plenário nos seguintes

a) per haver perdide a opor-

tunidade;
b) em virbude de seu prejulga tento pelo Plenário en outra del teracão.

1º A r claração de estar prejurilonda a proposicão será feita em Plemátio, incluida, para êsse fon, a metéria em Ordem do Dia

guando nela rão figure, ao se dar quando nela rão figure, ao se dar o ato cue a tenha prejudicado. § 2º Cabe do Presidente, de oficio ou a requerimento, decla-rar propudicada qualquer propo-siado, ressalvado recurso para o Plenfrio.

O projeto ficou prejudic de com a aprovinca, e 25 do corrente, de substitutivo do Senado ao Projeto de Lei de Comera nº Si, de 1881, que oria o Instituto de Previdência dos Condibediette

Se não houver qualquer contesta-ção ou menitostação em contrario, considerar-se-A prejudicado em defi-nitivo o projeto. (Peusa). O projeto está prejudicado. E' o seguinte o projeto preju-dicado, que vai no Arquiro.

FROMETO UN LEI DO SENADO Nº 41, DE 1950

Dispõe sôbre o Mortepio dos Parlamentares.

Art. 1º E' criado o Montepio dos Per'arien'ares.

Art. 2º São contribuintes obriga-tórios do Mentaplo dos Piramentares, mediante desconto em ffina, os Parirmenteres no exercicio des respectivos mandatos

Art. 39 São contribulaçes faculta. tives:

- e) o Vice Presidente da Repú-blica:
- b) es suplontes não convecados;
- c) or Funcionarios de qualmer na-turera do Congresso Nacional.

\$ 19 C3 Parlamentares, o Vica-Pra-18 19 C3 Parlamentares, o Vita-Pra-ricenta da Revialida é os Suntentes não convecadas, terminados es rés-transferência de direito entre es he-nectivos morbidos, poderão continuar necitários de mosma eldem, salvo como contribuintes do Montepo des quando expresemente declarado o lo Parlamentares, decde que requeitam a contribuinte na forma dos artigos 7 efetuera o paramento da respectiva contribuir no mensal, na Casa da Tran-lamento a que estiveram viverendes de Revienantares á impenhorável o

due pesser (A) vinte e durid neva sem recolher sua contribuição, perderá o direito ao Medienio.

Perferato único — Se felecer, antes de completar os (24) vinte e quatro mesos de atrazo, os seus beneficiários deverão soldar a dirida no atrado permetro recolimento de pensão do permetro recolimento de pensão do permetro recolimento de pensão do permetro recolimento. meiro recebimento da pensão do Monteplo.

Art. 7º O Montopio dos Parlamentares defere-se à pessoa ou passoas designadas pelo respectivo contribuin-

Art. 8º A habilitação dos beneficiarios será feita na Casa do Parlamento a que o contribuinte estêve vin-culado e obedocerá a ordem estabelecida pelo contribuinte, na forma do

artigo enterior. Art. 9º Todo contribuínte é obrigado a fezer sua decláração de bene-ticiários, que prevalecerá p: a qua-lificação dos mesmos, à pensão de muntepio.

- Art. 10. A declaração de baneficiá-Art. 10. A decisração de do rios será feita de próprio punho, em livro especialmente destinado a esse fim, e será obrigatoriamente acom-penhada de uma cópia datilegrafeda, ce memendas ou rasuras, devidamen-te assinada pelo declarante para efelto de arquivo e centrôle.

Art. 11. Qualquer alteração na de-claração a que se refere o artiro enterior, obriga o contribuinto a fezer outra, aditiva, que obedecerá às res-mas formelidades exigidas para a declaração inicial.

mas formelidedes exigidas para a deceleração inicial.

Art. 12. A paisão do Montepio entrepondente, sempre, a onime (15) vizes é contribuição, e será paga menselmente, aos beneficiários decelerados, na forma do artigo 7.

Art. 13. O direito à marrão está condicionado ao pagamento de 24. (vinte e quetro) contribuições menseis, que poderão ser antecipadas a critério de contribuinte.

Parárrafo único. Se o contribuinte falecer entes de ter efetuado o pagamento das 24 (vinte e quatro) prestações a que se refere este artigo, os beneficiários poderão soldar de uma só vez as contribuições restrintes ou pará-les em três (3) prestações, descontadas na ceasão do recebimento da pensão.

Art. 14. Parderão o direito à pensão:

នគឺ០;

a) o beneficiário do sexo marculi-no que atinía a majoridade, válido e canaz, ou co completar 24 anos, nas memas condicios, ausudo estudinte matuloulado em Escola Sucerior;
b) o benefición que tenha sido continha do mor crime de returcia do-

ipsa, do qual resulte a morte de con-

Art. 15 — Não havera reversão de passão de Pronterio, nem ha i

em récurs roma gantimore outre ja deula Cura. Acres, también, a Ain ferniciana, a conta sul a propis. In la guarda de la guarda de la compania de la guarda the first and in the second second t — Nomerska de timberte Visik Suluk (1987)

1 6- 10 , c.... 5 -

n i Thin 2 I in contratts is no in

The control of the co ريا المنظم والمراجع المراجع ا

Order order). — Sr. Pro Frents, remains a mais a retir da do recommisso por mão mais intocapar por volução.

SON CRUCIONALES

A Maia defece o requerimento de V. Ett.3.

Ainda his orndorn, para esta oporturiar in.

Tem a ralavia o nobre Senador Lim . Tair eire.

O ST TUTY TOTAL TO

Nun foi revisto pelo oragor) — in Paridonte, actile tribuna, quando and sectoral area a divergincia entre onte in des Músices e o compositor dei lui de a Músices e o compositor dei lui de a fizza um cuilo para que in la desa por ene ma ao o incidente, nota vell que se tra ma de um grando con pulor bre licho que levara nos a melica para fora das noses finate las.

figora, é com sollifação que vejo qua o meu clamor roj ouv do. Recebi im o icio do Ordeja dos Músicos do Suest que diz o seguinte:

Olicio nº 57 63

Pio de Janeiro, 22 de janeiro $\epsilon + 1963$.

Do Presiliente

As Emmae, Sr. Sol. for Life, time.

Umado Frieril - Brasilia.

Timão no "O Clibo" de 22 de Timedo no "O Clino" de 22 de findro de 1833 um apolo foto ra V. Eve mart que a OliB pue se vare "puta a pendancia" entre o compo licr Aly Berrese e esa enidace de clacce, tomanio a libradade de comunicarlie e la o Con elho Regional de Illitio de Capachera, em re 230 circo cintar, becrou as anui-coe deguese compositos.

ce apresei reliae es proestes do nosso prolando respeito e a exnessão da nosa distinta consicaração. — Artimo Gentil Gue-

di v., o Com no criminho in una por un i importante de crimina de criminho de

reducio de compo de trabelho dos reducios.

Initio de Canadatre, em se são de rió leta.

En Pario de la la estada de la estada de la Calada de la Calada

The state of the s in the state of th to technology of the land of t

DISCURSOS DO SR. JARDAS MA-RANNICO TINTUTOS A MESA. PARA BLUDIL LUTTICIDOS DO ACUEDO COTO CUIT DISTOLIO ARTICO 201, § 27, DO REGIMENTO INTERNO.

Tentou-po, firer hoje e shifter des geachmence e rolling de l'alage afo-

AFRICA OTHERS OF TA CANTAGE - SURGUES

Compremes prio F lado de Direito de apresei or-line es projestes do nosso projetio e a exnosso da nossa distinta consida aragão. — Artônio Gentia Gueda Siria e consulta de literaturante de Siria de Artônio Eximate de Artônio Gentia Gueda Artônio Gentia Guede Artônio Gentia de Consulta de Con discrel-burguês que encerna bem a case do Estado. Que não é a crisa da democracia, e sim a da individua-

So of the thought of the control of

O FOTABO TOTALLO Ticcicia

O Tinda intelligate familia and a unit of a distribution of a control tado moral, e francesante um conto (a evolucio do explais) como ;
musica no chiabitamo menal e colltico do Pindo. Anturo granar de la mamy estudiula disso techno e mai se
axomatar do Fegel pare cuar o matado é a realidade da fetir si ca o
usolumo exteri a concenção abon sista — no político e no meral — do 20tado. E, loro em seruido e la lituratado. E, loro em seruido e la litura-

blico.

O Estado fascista realiza-se através da forma monarquico - presidencial, com o poder absoluto e totalitário nas mãos do "Duce" que é o chefe do govêrno — órgão supremo do Estado - e o chefe do Partido político único. O monopartido é uma monstruosidade política, uma deformação. fascismo é uma concepção aberrante. Sufoca e esmaga pela violência e arbitrio (seus fundamentos) tcda ideia de liberdade. Os valores humanos, as liberdades essenciais do homem e dos grupos são totalmente absorvidos pelo Estado e apenas permitidas em função do seu esrito interesse.

O Estado fascista contraria a natureza da pessoa humana, desconhece-lhe a dignidade e poder de criação. Esteriliza a inteligência, negando-lho a autonomia de dirigir-se. Constrói um novo tipo de sociedade, onda há am senhor governando homens que nho são livres. Para êle o homem é um ser sem personalidade.

O ESTADO NAZISTA OU NACIONAL SOCIALISTA .

No Estado Nazista ou Nacional-Socialista estamos em pleno campo de patologia política. Sua cosmovisão é uma visão mórbida do mundo. Fundamenta-se no racismo. Da raça emana o direito, a arte, a política, a Cultura. ciência, a vida autêntica e A Cultura que — segundo Hitler nos seus delirios paranoicos — tem por unice fonte a capacidade dos arianos e a pureza da Raça. Da Raça que e exclusivamente sangue e que determi-na e cria o pensamento alemão, o na e cria o pensamento alemão, o pensamento nacional-socialista, o destino, o caráter e a orientação do povo.

Raça que fecunda o imperialismo germânico e o impele a dominar as 01-tras raças — as raças impuras tras raças como um dever e um destino.

Sendo esia filosofia a do nacionalsocialismo, isto explica sua intolerân-cia absoluta e seu despréso pela humanidade.

O Estado Nacional-socialista transformou o Estado Alemão da Constitui-ção de Weimar, de Federal e Demo-Liberal em um Estado Unitário e Totalitario. Nele não há lugar pare, os direitos pessoais. O homem só pre-valece como cédula da comunidade do povo, que, por sua vez, só subsiste pela unidade rácica. Neste Estado de arianos e de únicos criadores da cultua, a lei é um ato da vontade de Hitler e o povo não é governado nem dirigido, é conduzido pelo poder do "Fuehrer", podei — sem nenhum condicionamento ético ou jurídico -"originário, autônomo e autoritário". Do "Fuchier" que "não é um ditador, nem um órgão do Estado, nem um delegado do povo; e o medium — no sentido dos espiritistas —do espírito do povo".

O navismo raci, uma afronta à ciência e ao espirito, nada é senão que uma forma nova e mais virulenta do velho pan-germanismo. Tens) à de-nominação política dos homens e dos povos.

O ESTADO DEMOCRATICO

Vejanios agora, o Estado democrático. E' um Estado cujo por er político emana do povo e é exercido em seu nome. Sua forma mais evoluida é a democracia econômica ou social. Seu pensamento estrutural é o humanismo político, ou seja uma filosofia política que tem por centro de gravidade o homem na sua utalidade de pessoa hu-mana, de pessoa cívica, de ressoa social ou operária. Uma concepção com a justa consciência da dignidade do

abstração. Não há outra vontade da cepção totalitária) nem como o con-dos indivíduos, do representante pú- junto dos bens individuais (concepjunto dos bens individuais (concep-ção atomista da sociedade) mas que o entende como um bem ao mesmo tempo de todo e das pessoas. Um bem que reverte sobre as pessoas. Aliás, a pessoa é também um todo, um mundo consciente e livre, um mundo aci-ma da sociedade porque tem uma alma de destino supra-temporal.

Realiza, ainda, o humanismo po-lítico, o equilíbrio dos principios de liberdade e autoridade. Se a liberdade individual tem limites no interêsse da vida comum, a autoridade só subsiste e se explica no bem público. Ao contrário da autoridade nos regimes totalitários onde ela exerce função de feitor sôbre escravos, em um regime conformado no humanismo o bem comum é o fundamento da autoridade que dirige homens livres par aaquele fim.

Na vocação do humanismo personalista, está a segurança dos direitos do homem, a compreensão da sua tendêncriadora, da sua liberdade de expansão e da ânsia de libertar-se de todas as servidões. E' uma constante aspiração de justiça.

E' O SEGUINTE O DISCURSO DO SR. JARBAS MARANHÃO

Política é cultura, cultura que se renova, e o seu trabalho é o de rea-l'zar uma civilização sempre mais perfeita.

Nosso século é o século da revolução e o nosso signo é o signo da crisc.

A interdependência — o maior fa-tor politico da época — é cad_a vez mais sensível.

O esfôrço dos homens tera de ser ingente e tenaz.

O grande trabalho será o da integração das culturas e esenomias nacionais na soc edade internacional ou mundial. E não há como criar um mundo novo dentro na grande crise histórica.

Mundo que não será do totalitarismo, nem poderia ser, mas que o não será também do liberalismo. Mundo da democracia personalista, do hu-manismo político, da democracia social. Onde os princípios a vivificar se-jam os da justiça e solidariedade.

Onde o homem seja o valor supremo da civilização e as categorias predo-minantes as de liberdade e dignidade humanas. Os fatos, mais que as dourumanas. Os muos, mais que as dou-trinas, quase sempre messaánicas, ensinam que esta deve ser a configu-ração espiritual dos novos tempos. E indicam com melancolia, que só a sinceridade poderá construir aquele

Ousemos uma reconstrução em bases novas. .

O mundo não pode retroagir to li peralismo agonizante, nem se amesquinhar nas concepções totalitárias da vida.

O homem deverá ser o centro da civilização, será livre no humanismo político e se realizará na democracia social.

Uma democracia inspirada no numanismo político nesta concepção do homem como valor fundamental da sociedade e que o envolve e con-sidera nos seus aspectos de pessoa humana, de pessoa política, de peshumana, d soa social.

De pessoa humana com o direito de escolher seu destrno, de querer sua profissão, de realizar seus con-tratos, de criar e de ter crença, de construir sua própria vida:

De pessoa politica, com o direito e o dever de servir à vida pública.

que lhe permita viver feliz com os nantes e dar sua colaboração à vida seus e com os vizinhos.

Uma democracia que se realizara pela integração dos homens nos seus designios que são os mais sensiveis e espinauai. Pela colaboração e soli. dariedade dos brasileiros, nos seus intentos patrióticos e generosos.
E O SAGUINTE O DISCUESO DO

SR. JARBAS MARANHÃO

A democracia social é uma nobre atitude diante da vida, no conceito do seu pensamento politico e da organização social que defende e quer criar. Porque o que se propõe esti-mular ce construir é o regimem de-mocrásico, livre do lirismo e dos vicios da democracia puramente políti-ca, para se impregnar de ideias novas ditadas pela realidade do adven-to indiscutivel de uma nova era. Deliberdade politica, assim como a seguranta dos direitos individuais no que concerne à vida, à integridade física, à associação, ao poder de criar e comunicar o pensamento. Mas não se esqueco de unir às liberdades individuais, os chamados direitos so-ciais, que representam hoje uma obrigação positiva para o Estado. Não se escuece de unir o respeito do Estado dante da personalidade hu-mane, com sua vocação política, seus direitos naturais e inalienáveis, ao dever de cooperar Estado e individuo dever' de cooperar Estado e individuo para a realização do bem público, que é o esjetivo da sociedade política, assegurando a todos possibilidades de seducação, de saúde, de bem estar e seguranda econômica, a nsia de expansão física e espiritual. Uma democrana, portanto, informada não na injustiça do liberalismo econômico, que garou têda a guerra social do seculo AIX e que ainda atormenta nosso século. Informada não nesse liberalismo, que não é nem liberades estimulou o pauperismo com suas conspirações, e na França, co prese e lock-outs, de lutas ásperas que os homens travaram na defesa do relações do trabalho à lei da oferta direito; a uma situação comantível com relações do trabalho à lei da oferta direito; a uma situação comantível com relações do trabalho à lei da oferta direito; a uma situação comantível com relações do trabalho à lei da oferta direito; a uma situação comantível com relações do casa consultação comantível com relações do trabalho à lei da oferta direito; a uma situação comantível com se comantível com relações do casa consultação com relações do comantível com relações do casa consultação com relações do casa consultação com relações do comantível com relações do casa consultação com relações do comantível com relações do casa consultação com relações do comantível com relaç relacões do trabalho à lei da oferta relações do trabalho a lei da dierta, e da procura; que não deu ao homen, realmenta, o direito de ser livre, pois que lto negou as condições favolaveis para gozar dos direitos fundamentos ama cotes à democracia

Mas um regimem informado uma concepção de vida capaz de cul-ficar uma organização social que de aos individuos iguais oportunidades, as mennas possibilidades de assistência e educação, fezendo-os iguais porante a lei aproximando-os, assim, pela s mipatia, pelo respeito mútuo, pela supatia, pelo respeito mútio, pela configiaça e desejo comum de cooperar e servir. Um regimem de liberdi de em que o homem possa expandir idéias belas nobres e generosas, um regimem onde só existam as diferenças difadas pelos talentos e qualidades de cada um, as diferenças emulcido de expecidade em todos es quadres socialis, e onde impere forte. quadres secilis, e onde impere forte o sensimento de fraternidade, pois homers todos têm a mesma origeni, a mesma natureza e o mesmo fam.

Umi democracia que — atendendo à reclicade rusca e à geografia hia recitatio risaca e a geografia hanama do pois, com suas peculiaridades regioneis — quella a pratica no
cgime faterativo para o Brisal, mmado tanto des perigos da cent a)
meão positira como dos excessos do
federati no, pugnando pela formação
de part des nacionais ou seja com a
os tatanhementes, de fragmentucio
excessiva das formas políticas; so excessiva das formas políticas; so nesta temo que almeje a descen-litalização acoministrativa, que nos s absolutamen e necessária diarte da extensão e complexidade das cona-ções do território e em face da ve-riedade da populações diferençadas por descios e formas de vida promas. Um recime que, como fundamento democrático da sua concepção de vida, entenda o voto como um direito

pública; e que, recomendando sere-nidade e elevação nas campanhas o debates políticos, afirme uma lição de educação política e de sensibilita- de democrática.

E' O SEGUINTE O DISCURSO DO SR. JARBAS MARANHAO:

A Grande Revolução, a Revolução da Liberdade, a Revolução Francesa trouxe para o mundo, em todos os angulos da atividade humana, um viço novo e grande desenvolvimento. Progrediram o comércio, as vías de comugreuram o comercio, as vias de comu-nicação, os processos de transporté — e as artes floresceram. A ciencia foi mais ampla e mais profunda. A téc. nica e a maquina conheceram majores perspectivas. O fabuloso surto do in. dustrialismo criou a super produção e o fenómeno impetuoso das massas pro letárias. A super-produção gerou a concorrência desenfreada nos meica. dos, o excesso de especialização, im. possibilitando a recuperação econô. possibilitando a recuperação econo.

mida por novas aptidões. É o egoismo
humano, estimulado no individualis.

mo, fez crescer as horas de trabaino
sem compensação pecuniária; deferminou o espirito e a prática do salário-fome; a exploração de mulheres o manores, executando a mesma tarefa, mas recebendo remuneração inferior a de operários adultos; o desleixo, o desinteneses pelas condições higiênicas

que os homens travaram na defesa do direito, a uma situação compatível com a dignidade humana. Surgiram leaders e as ideologias mais diferen. tes que, contudo, afirmavam ambicio-

nar o mesmo fim; justica... O Estado liberal, inerte diante da exploração do homem pelo homem, só conhecendo as obrigações negativas de respeitar as liberdades civis, de bracos cruza los, sem cumprir o dever o exercitar o direito de criar condições favoraveis à cooperação e à coexistência mais feliz; o Estado liberal foi ccc endo l'igar a um Estado solidarista ou social, que exige iguais oportunida. des, que hisca a paz social, fundamen-tada na justica e na colaboração. O fato sindical vitoriou no mundo

depois de um século de lutas e decepções. O direito social, com seus principios reconnecidos e aceites pelos paí. ses mais democráticos, fixou como me.

ses mais democraticos, fixou como medida de natureza pública as condições e as relações de trabalho.

No Brasti, a sindicalização tem a originalidade de haver sido o próprio governo, depois de 1930, quem determina a organização do sindicato força o de funções constitues. como órgão de funções especificas o o colaboração com o Poder. Medida es a de grande aicance nacionai, poi-quento, em um peis de mentalidade n.tidamente individualista, as associa. ções significação um esfôrço de criar solidariedade os sindicatos, principal. mente, porque têm para ligar es ho.
m ns o centro comum dos interessas professionais. E porque, além da competência que lhes foi delegada de criar
normas obrigatérias para comnormas obrigatórias para seus associa. dos, representam oportunidade e maio de arrai los e identifica-los na vida da comunhão.

Tôdas essas idélas, que implicam em uma progressiva redução das desigual-dw es sociais, criando para o maior divies sociais, criando para o inimero ambiente de segurança homem e do valor da liberdade e que tentende o bem comum, não como um bem próprio (exclusivo do corpo social em detrimento das partes (con- la um mínimo de condição de vida têm o direito de escolher seus gover- pela saúde do trabalhador e elevação e bema

sa trio que compense, pela habitação higienier, pela educação, inclusive pela extensão e renovação do seguro social que é uma forma de equilíbrio econômico e social ao mesmo tempo, relevando-se o pensamento certo de dar uma maior assistência aos dispositivos e medidas da Consolidação Leis do Frabalho — todas essas idélas devem acompanhar a democracia brasileira no seu esforço pelo desenvolvimento e emancipação econômica do

E' O SEGUENTE O DISCURSO DO SR. JARBAS MARANHAO:

Se o objetivo supremo do Estado é prover o bem estar da coletividade, é evidente sua obrigação de realizar uma política econômica e financeira capaz de garantir uma alta produtividade e um padrão de vida que as-segure e facilite aos homens a conquista de bens temporais e espirituais.

Com percepção clara da realidade económica de nosso país, de cujos problemas as soluções transcendem às possibilidades financeiras, é, mais do que nunca, imperativo, na hora atual. o intuito, que é fundamental para a nação, de criar riquezas.

Politica que se aspira concretizar, pelo planejamento econômico de nossas ativ daues produtivas, pelo es mulo à formação de capitais nacionais, pela ampliação, sistemadação e coordenação dos serviços de transporte e comunicações, pelo incentivo ao de-senvolvimento do comerctivismo, em suas madalidades, para a sistencia ao trabalho agrico a e o len ação da pecuaria, pelo ensino tecnico-profissional e intenutação dos estudos gegológicos que visal o conhecimento e consequente exploração dos recuesos na-turcis do pais, pela locislação especial contra os cur eis, trustas e monopólios, delest dos centros de produção e enação de novos centros produtores, pela concessão de facilidades às indístrias básicas que constituem o elice ce da économ a nacional e apôio à iniciati-va privada. Trabalho êssa que dará geir a uma exponsão de riqueza, que deve ser o mais postivel registribuida e que não é ilusório precenier conquis ar ante a quentidade de nos-sas ter as e a fertilidade de nosso solo, pemitindo nos criar uma forte economia agricola. E que pela exploracio de nos as mines, des melores e mais ritas do mundo, des riquezas do sub-colo, das quedas d'agua, geradoras ce força hidro el trice, fará erguer — junt mente a una sabla e colato-sa política de imigração e aprovena-mento de téculcos estrençeiros — uma civilização industrial edercaa Brasil.

D' C SEGUENTE O DI MURCO DO SR. JARGAS MARANEL'O:

Din (Tima anchise, o dever by Estado sala o de tagnier a oldem imerna es for which Post Control as the success, as the for freedom, as the former and the formal and the freedom, as the form of the freedom of the 11 / .. spillede, e de maa s pure nordical que toma sierie os ciudicas que toma mais rico nos o, a de de guerra, e no de adicio de mas política rocalizar poro a adicio de mas política rocalizar poro a acies de, per o deservo e, per o de to corso o mas reco e, e sim para producta de par, bio productar i de para bio con de tenar o Bracil e no cos e de con de tenar o Bracil e no cos e de con e e torte para sua que de la constanta de para para sua que de constanta de para sua con en de tenar e sua que que en constanta de para sua constanta de para sua constanta de para sua constanta de la constanta de para sua constanta de para sua constanta de para sua constanta de para sua constanta de la con pals fine — torte vara sua an a e dos seu compromissas, exclusiva. pose Pimentel. — Sergio Maritino e dos teu comprenissas, exclusivas mino de Figuer aco. — Novec Frinc Ino patriófico, desenvolvido pelo par cifista Barão de Rio Branco, para re novação de nossas forças. Ou então serviria esta frase do Presidente Rodo de Carvalho. — Del Caro. — Arly nesserviria esta frase do Presidente Rodo de Carvalho. — Del Caro. — Arly nesserviria da Guna.

| Comprendes. — Argelações, em de de carvalho de la servicidad de 1962 — Jefferson de Agrario do 1968 e prazos acessiveis que forent lator. — Lourval Fontes. — Elvitor la de agricultores que notas cese lator. — Lourval Fontes. — Elvitor la de agricultores que notas cese de Carvalho. — Del Caro. — Ary nesse Pimentel. — Lobéo da Silveira. Venham a flear deslocadas em las, às margens das cidades, ou cin

Na verdade, nossa política externa sempre teve e terá uma norma de histórica da nacionalidade, do nosso conduta. Esta conduta é a vocação conduta. Esta conduta é a vocação tradicional pacifismo, de nossa indole para os processos da paz - até onde o esfôrço pela paz não avilte o brio nacional. Define o graú de cultura de um país novo e eleva a formação brasileira, que nos faz preferir, aos mé-todos deformadores da violencia, as soluções construtivas do direito. Orientação avivada na linguagem direta dêste conjunto de principios: solidariedade continen al, respeito mu-tuo e cooperação com tôdas as nações, principio de arbitramento obrigatório para solução dos litígios internacionais respeito escrupuloso dos tratados e repudio à guerra de conquista.

E' O SEGUINTE O DISCURSO DO SR. JARBAS MARANHAO:

Animado de um vivo sentimento de justiça social, não me dominam preconceitos anti-democráticos nem o meu espirito conhece nenhuma ortoconceitos doxia pelas inclinações e erros huma-

Entendo necessário um profundo esforço de canalização de forças sadias e patriolicas em busca de um ideal clevado: uma autentica democracia social. Um grance esforço pelo bem comum. Bem contum da sociedade e das pessoas que são mundos conscientes e livres e com uma dignidade da do corpo social; que significa "re-distribuição, justiça e retidão moral"; segurança dos direites de criar de se expandir e de libertar-se de todas as servidões.

Assim, com Karl Mannheim, acredito que assistimos à passagem da epoca do laissez-faire pera da plani-ficação, que pode ser para a liberdade e variedade, como para a disciplina e obediência cega. E que nesta conjun-tura histórica, ante a a stenção passiva do liberalismo, incapaz de tomar posição na defesa dos valôres básicos da democracia e dos fins supremos da vila, não há que escolher, só há que lutar por um novo ideal social, uma democracia superior à do século XIX, uma democracia militante que, concretizando principios essenciais, como os de ajuda mútua e respeito à pessoa, realize a justica social, não apenas como uma questão de ética, senão combém como de segurança para a sobrevivência da demogracia.

ATA DA 17ª SESSÃO, DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA EX-TRAORDINÁRIA, DA 4ª LE-GISLATURA, EM 29 DE JA-NEMIO DE 1963.

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS. MOURA ANDRADE E ARCEMIRO DE FI-GUEIREDO

As 21 horas e 3º minutos actum-se presentes os Srs. E. nidorisk

Mourto Vieira. — Vivaldo Lima — Pallo Fender. — Lobão na Silvera. — Juaquim Parente. — Frest: Cabrat. — Fenne ces Iátora — Menere Pimentel. — Sergio Marillino Parinaldo Farmandos Ave

do seu nível de vida, preocupação palo i tivemos a ilusão de que a paz e a lia berto Marinho. — Coimbra Buero. berdade pudessem ser baseadas na de Gaspar Velioso. — Saulo Ramos. — bilidade". — Daniel Krieger. — Guido Mondin — (25)

O SR. PRESUDENTE:

A lista de presença acusa o com-parecimento de 25 Srs. Senadores, Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sen debate aprovaça

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE:

Pareceres ns. 42 e 43, de 1953

N? 42, DE 1963

Da Comisão de Constituição e corporado ao patrimônio da Unido.

Justica sóbre o Projeto de Lei A vista dos precedentes havis se da Câmara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a composta do patrimonio da matrimonio da composta do patrimonio da Unido de composta do patrimonio da Unido de Camara do patrimonio da Unido de Composta do patrimonio da Unido de Camara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a composta do patrimonio da Unido de Camara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a composta do patrimonio da Unido de Camara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a composta do patrimonio da Unido de Camara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a composta do patrimonio da Unido de Camara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos acomposta do patrimonio da Unido de Camara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a composta de Camara nº 44 de 1962 de composta de Camara nº 44 de 1962 de composta de Camara nº 44 de 1962 de composta de comp de São Paulo,

Relator: Sr. Heribaido Vieira.

O Deputado Paulo Lauro é autor do Projeto de Lei da Camara munt-ro 44, de 1962 (nº 2.001-B-63, na Câmara), o qual manda desincorporar do patrimônio da Unilo e devolver à piena propriedade da Sociadade Fi-larmônica "Lyra", o imóvel situado na rua São Joaquim nº 329, na Capital do Estado de São Paulo.

Esta Sociedade foi fundada em 1884 e tem por escôpo a cultura da acte e da música alemã e prasileira, 30× bretudo coreis masculinos. Não telo propósitos raciais, religiosos ou poli-ticos, estando os seus prodros sociais abertos a decendentes de qua quer Nação, em que pese predominarem nêles os de origem germanica.

A Sociedade adquiriu o imbvel em tela, em 1925, por escritura publica. Na segunda guerra mundial fol o prédio confiscado e incorporado ao patrimônio da União, pelo decretolei nº 7.732, de 12 de julho de 1945.

Sociedade esforcou-se, pelas vias judiciarias, para reacquirir o imóvel, sendo, porém, baldados todos os pas-SOS.

Agora, através de proposição legislativa do ilustre deputado bandei-rante, procura-se atingir o tão perseguido objetivo.

condições, O Projeto estabelece para que a devolução se faça, a sa-ber: renúncia de quaisquer reivindicedido em comodato à União; recebimento do imóvel no estado en curê êle se encontrar no têrmo final do comodato.

dida pelo Projeto, que foi elaborado lidades outras, que não as conservan-com boa técnica legis ativa. Assim, listas, e sem prejuizo das utilizacios achamos que pode ser aprepado, futuras, serão apenas locadas pera t com boa técnica legis ativi. Assim, futuras, serão apenas locadas para i achamos que esta Sociedade tem produção de alimentos — o devolvima vida longa e ininterrupta de 1884 aos nossos dias, toda ela dedipundos; nos demais casos, serão alecada à cultura da musica e cantos nadas à femilias de produteres.

Art. 2º Fica o Poder Executivo anacessiveis a brasileiros e estranguidorizado a premover o parcelamento de áreas devolutas em proguenas produces despida de quaisquer precesarios de áreas devolutas em proguenas por priedades ou adoutir com a menua

Nº 43, de 1963

Da Comissão de Finanças, sce-bre o Projeto de Lei da Câmera nº 44, de 1962 (nº 2.001-B-60, na Casa de origem) que desincorn-ra do patrimônio da União e develve à plena propriedade da Se-ciedade Filarmônica "Lyra" o iniovel situado na Rua São Joc. quim 329, na Capital do Estado de São Paulo.

Relator: Sr. Ary Vianna.

Pelo presente projeto, é de r-corporado do patrimônio da Uniác e devolvido à plena propriedade da Sociedade Filarmônica "Lyra" o imóvel situado na rua São Joaquin nº 329, na capital paulista.

Por ocasião da segunda mundial, o referido imovel, por fo ca do Decreto-lei nº 7.732, de 12 : julho de 1945, foi confiscado e 1-

da Câmara nº 44 de 1962, que em relação aos bens de súditos a de maes que passaram para o dom do Estado en termino da do Estado en termino das atividos meramente lucrativas e culturas quim nº 329 ha Capital do Estado en terminos decênios, per quim nº 329 ha Capital do Estado en terminos decênios, per aquela. Sociedade, as Comissões Tendos decênios de súditos a decênios aquele. Sociedade, as Comissões Tec-nicas da Câmara dos Deputdaes, b a como a douta Comissão de Consu-tuição e Justiça do Senado se ma 1fes.grem favoravelmente à restição do imóvel, com a aprovação co projeto em exame.

Sob os mesmos fundamentos, e atendendo a que nenhum intere e meior, do ponto de vista finance..., decorrerá com a devolução do ima d expromissio, on namos tambim, pila

aprovação do projeto. Sala das Comissões, em 29 de cneiro de 1963. — Daniel Kricaco, Presicente. — Ary Vianna, Relator. — Fousto Cabral. — Barros de Carvalho. — Noguerra da Gama. Saulo Ramos. — Gaspar Veloso. Fernandes Tavora. - Lima Texteria.

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a mesa projetos que vão ser lidos, pelo Sr. 19 Secretário.

São lidos e apoiados os seguin-

Projeto de Lei do Senade nº 4, de 1953

Art. 1º O Poder Executivo promo-verá dentro de noventa días o levantamento completo das áreas rurais o: lo legis- propriedades des repartições públicas bendei- civis e militares, bem como de en idades estatais e para-estatais da Uni-ão, inclusive, do Banco do Brasil S.A.

e estabelecimentos congêneres. § 1º Tais propriedades que oferecerem condições adequadas para expioração intensiva agrícola e pecuária, serão loteadas em áreas com dimensões compatíveis, em cada região, cor-o trabalho e búa ambientação de uma familia.

\$ 29 Fais propriedades, quando mi-Não há norma constitucional ofen- tundas em áreas reservadas para in a-

nutos acham-se despida de quaisquer preconsidades ou adquirir com a monare despida de quaisquer preconsidades ou adquirir com a monare despidade de quaisquer preconsidades ou adquirir com a monare despidade de quaisquer preconsidades ou adquirir com a monare despidade pela forma mais conveniration de silvera.

— Frust Ca a final despidades pela forma mais conveniration de se monare despidades pela forma mais conveniration de successivos grupos de com a restituição.

— Republica de quaisquer preconsidades pela forma mais conveniration de successivos grupos de com a restituição.

The second second second of the second of th rd exist of the specification of the specific for the specific of the specification of the sp

do existion servins thereby di-no busine medio du com the do 70%, quado inclision tols secr-

8 29 O sodrabni a que se reiner o Bala lur, aor reido den polucios Ligilo den asia renevado, en da-a electro arrato goldi do 1944.

Att. 2 for edge stands, man voz ains in a united do 82% de aprovidentarios con deces depointes, i as a fi-mus do Art. 22, a Pader Breading, a modica des environs de algoritation de dese de mon has been de disconding michia das entitucios de clipació indade da poqui ans propriedades, pera atendir a product, pronover a descripción de la product, pronover a descripción de la productión de la

forira diretimente na produção egro-pecuária de reromanbilidade da ini-

\$ 2º Alum dos filhancientes to § 3º Alum dos financiamentos pre-visios necla lei, e Poder Enerutivo es-timulará a produçã, privada medien-ta a finação de menos privada, com perentia de equisição de ercesentos e safres — for comando de recumenta de revidos de pervihas recourantes dos vendo financiada de trataces, má-quinas, implementos e afectas e adia-hos, armasencom e cutras medidos de auxilio nos produtores.

Art. 5° O Poder Executivo através do Eanco do Brasil S.A., e órgãos competentes, regulamentará e fecilitará aos pequenos proprietários, bem como, aos incluidos nas classes 1º, 2º, e 3º de artigo 3º, financiamentos adequados para a ambientação humasa e atividades agropecuárias, de 80% do valor de garantias e penhor da pro-dução financiada.

§ 19 Aos atuais proprietários que cas 1º Aos aparis proprietarios que ca-pacitadamente se comprometerem a dobrar ou multuplicar sua prodyção agricola ou pecuária, dentro de prazo ajustado, o limite de financiamento a que se refere êste artigo será elevado para 30%.

Art. 42 Termin 140 o endanteo a que e reine o perarrefo único do Art. Po o Peter in 20 vo clamiticos e incorevers na thrum co Criteria do incorevers na thrum co Criteria do int, nos cous dive sos graus, os pro-numes pro-victários de áreas lacidi-nas na 10 classe.

Art. 60 Reserin-se as disposições

em com rário.

Erio die Conson, em 29 de jandro de 1803 — Colubbis Bismo.

O CT. COT. T. BUENO:

(Nes) foi revisto pelo ortdor) — Gr.

Trest ente, nenhum homem des interior do Fels 20 responentale pela presupzo, nem em só fazendeiro, remos, médio er proueno, é contra una tretrenerio cristão e uma legislação guencado de efetivo amparo ao homem do campo; são contra a ta
legão guencado de efetivo amparo ao homem do campo; são contra a ta
legas arrêtia, elles são contra a tapecuaria de rerprenentificade de inicettive priveda, nem a operara com
a menutenção de Institutes, comiscomen de campo; são contru a taceação agrária. Ales são contru a taceação agrária. Ales são contru a dequento não attura inevações— enquento não attura inevações— enquento não attura o india de 50°
fitero deste argino, e emprendo de 50°
riser utimidas nas propriedodes rurais, previstan nos artigos 1.9 a 2.2, de
indiativo, e responsabilidade eficias,
rituria de procedifidade eficias,
rituria de procedifidade eficias,
rituria de procedifidade eficias,
rituria de procedificaç velume, que
fidede e prêco, que comprorademento
superem es vigences no Pala. mas posses 520 serimente massas ambiciosos, voreso do e falto, in ividuos ambiciosos, pacifico e agrícola, gastamos mas sem nombum contato com a religirada da terra, e quarem dela titar provelto atrivés de polpudos capios des tributárias com as Fórças Armados em nevos e sonhados institutos, des e, telver, menos de cinco por campara dar a poucos, vida foigada nas pode se mesmas rendas com o Micidades, a custa do trabilho árduo mistério da Agrícultura. E esse Michadades, a custa do trabilho árduo nistério, com tera dotações, não tem positivamente, no momento, capacidade nem experimentados nos estados nem experimentados nos estados nos estados de como momento, capacidade nem experimentados nos estados en estados de como momento, capacidade nem experimentados nos estados en ofdenes, à custa do transimo arquo de muitos, no campo. Aprezento um interprojeto de lei cuje, ertitos erabo de elinher; à base da experiència vivida en cères de vinte anos, quer como governador de um Estado Central, quer como lezendeiro que sou, descendente de fazendeiros, deide os tempos coloniais.

Justifico um an e-projeto de lei para o camoo, e divulgo uma pequena contribuição de quem honestamente viveu e vive o problema da terra que e receber luzes mais esclarecidas, entes de tomar forma de projeto definitivo, para sua oportuna proposição arsta Casa.

The Cartiflas constituting to give a fair of solutions and good of Radion to the fair the first and the cartiflast of the Cartiflast and the carti

inem polymers empregos à custa do inement do rempo.

O pertou rão têm, no momento, especificia especia especial mente sei den nvolvido em relação ao cameo, não tem esperiência e nem

tenno, no ten enfericar e nem enparidade para enfectar o proble-na. Tudo empirico!!!

Não será através do Ministário da Ajarcullura, possimamente dotado de valuar, que recebe exatamento o inverso do que deveria recebor que o

nomem do campo; são contra a ta-peação agréria. Eles são contra a de-no caia prária, porque na realida-no caia prária, porque na realida-no, alé hoje, as autoridades constitui-de, alé hoje, as autoridades constitui-del neste País, não de ajerem, (m) tempo algum, fazor referma agréria, r norgo de guerra externa que, fetismente, não tem sentido na Amelica do Eul, nos nosas dias, para fellcidade no ta.

O que vem prevalecendo é uma in-versão to al dos papers. Num pais pacífico e agrícola, gastamos mais de cinquenta por cento das nosas rennstato, ce a te a dotavies, neo tem, positivamente, no momento, capacidade, nem possibilidade, nem experiência para refirar uma reforma agrária. Mas a maioria dos que depatera êste problema, entre nos, sopretudo es que empem columas de oretudo es que evenem columas de jornais, nunca plentram, nunca columam. São meros consumidores. Por isto é que essis reformas demazócices se arroxam de ano para ano, de quinquênio - para quinquênio, de decânio para decênio, entulnanco bibliotecas e deixando o composito de la columna de composito de la columna de composito de la columna de columna de columna de la columna de la

A construction of the cons de iniciativa privada e paucas da an-ciativa pública. O Sr. Frimeiro Minica tre poticrá busear a cooperação de avides das FAB ou de companhias particulares, com serviços aero-foto-grame ricos organizados, pera atedar o proclema do parchamento de fazon-das atlajas a crasa devolutos. des oficiais e áreas devolutas.

> O território do atual Distrito Fe-O território do atual Distrito Fo-deral enté englobado numa área maior tos ceres do 5050 mis quilômetros qua-drades, que foi totalmente aero-foto-grametrada, antes de sua escolha. Isto, há des anos. Temos no País, en-tidedes privadas e públicas, como o Ministérios da Aeronéutica, da Agri-cultura e da Guerra, todos altamente caractérdos e com aparelhamentos de sercolatores metria ió intribados o que acrofotegrametria já instelados o que, atualmente, curtariam centenas de milhors do cruzciros. Dispomos sinda de técnicos habilitados e podemos proniamente realizar o leventamento das áreas pecessárias para loteer cérca de cem mil ou mais propriedades per ano.

> No Estado de Goiás, com téco-têco cedido pela Marinha e que foi recupe-rado para esse serviço, num Estado que rendia há quinza anos apenas milhões de cruzeiros, conseguimos fazer umas quatro mil propriedades num so ano.

Cito cato exemplo pará afirmar que se o Governo Federal entinder, po-derà com os servicos que tem insta-lados no Puís, logar mais de cem mil propiedades por ano.

Concito o atual Primeiro Ministro. apelo mesmo para que S. Excelência que sel ser um riograndense bem formado e segundo informações obtidas nesta e na outra casa do Parlamento de seus próprios adversários é homem de seus proprios adversarios e homem de grande valor, altamente cepecitado homado e que como tal, ama o seu País, ama o seu Estado, para estender a outras regiões do Brasil aquilo de que o Rio Grande do Sul já gora, isto é, um bom parcelamento de suas terras, que não foi feito por inexperientes a base de reformas extemporanas nem à base de demagogia mas de invirtução estrangeira iramas, de imigração estrangeira, tra-zendo conhecimentos da Alemanha, da ereceber luzes mais esclarecidas, antes de tomar forma de projeto definitivo, para sua oportuna proposição arta Casa.

Sr. Presidente o anteprojeto que, antecipo nesta Casa, é também fruto da experiência que conduzi num Estado que rendia cinqüenta milhões de cruzeiros por ano, exporiência esta que constitui, hoje, uma das maiores

entulhanco bibliotecas e deixando o rando conhecimentos da Alémanha, da Itália, de Portugal e que lá no Sul forma neste Pais, agora, esta será forma aplicados com sucesso. O Rio Grande dó Sul, Santa Catarina e Paraná foram assim favorecidos com os conhecimentos seculares no trato da atemanha, da Itália, de Portugal e que lá no Sul forma neste Pais, agora, esta será forma neste Pais, agora, esta será forma policados com sucesso. O Rio Grande dó Sul, Santa Catarina e Paraná foram assim favorecidos com os conhecimentos da Alémanha, da Itália, de Portugal e que lá no Sul forma neste Pais, agora, esta será forma policados com sucesso. O Rio Grande dó Sul, Santa Catarina e Paraná foram assim favorecidos com os conhecimentos seculares no trato da terra importados através dos imigranfone, mas forme de fato. A não ser que apelemos como já fizemos em desa gente que veio de além-mar, que trouxe as bases experimentais, nas quals se baseia a melhor ambientação humana desto

12 12

Pris de que gran a emite do Cal. LA) tes mesmes fatres por praces estroubmices, loterado-na invelicarante a, forencia catale a transporte de la companya d

tel que, euro organizada a sue os tel que, euro organizada a sue os tel procede a calcular tel custo en calcular que el custo en calcular el custo mas nera decata do amor a tera. Os acretas que vivem larrendo a terra, es mái os e grandes freendeiros, numero a e requencia municipale a e requencia municipale de agricultura de feto remaintante de um Elivativio de Agricultura, mes milhares de requencia ministrica de feto, colocos ro interior pela ye esca da necusidade; assim em torno de cada qui ide e medio fezandeiros gra-vitara di sense, centenas de piquenos

proprietários.

E não é por milagre. Fite situação é e real e práe ser à qualquer momento, constanda no interior onde não eristo estinância oficial. O lainifecto de Agricultura não, passa de fice o e só funciona, e mai nas Capiteis, prique não tem recursos técnices e nem linanceiros telequados. Não ou lo reuser os homens do Ministério da Agricultura, consecudo es seus seculficates técnicos. É deamática a si uncão do Ministério da Agricultura com as dotações infinas de que disple. So de um lado não temos Ministério da Agricultura, não temos Secretarios de Agricultura nos Estados, devidemente dotadas e aperciba-Scoretarias de Agricultura nos Estados, devidemente dotadas e aprechaden, nor outro sado, milhorer e milhores de rendadeiros e poruenos "ministérios da agricultura, privados, perficultures, espalhados, par este País e representaciones pelas grances e médice forendos eño as únices entidades enforentes, cua por interêsse metro, dão assiminais às pequenas propriedades o deira recebem a mão do do assiminais de que carecem nos moces de creatures. No momento em cua o designation of que carecem nes mores de cherturas. No momento en cue o Gerrino Farierel fizer o carierto des grandes e richira fizer o carierto des grandes e richira propietades de Bresi, lié de cabrir estas muita propietades que estou revelando, funcionende como pequenes richitários de arricultura de fafo. Santo o momento, de con invés de amear esses homens que avivem no campo, derlhas o intra riemio alla produndo dequillo que se come hate nos arandem quillo que se come hate nos arandem centro. Les o momenta entre de control. Les o momenta entre de control inclusiva de campo, dan las perios alla como servicio de Caucian l'efectal volver sues virias periodo de autoritades na ordan do Caucian de Sul, como versiones Consider of the condition of the conditi due tem empl à terre, não aos co as-falto, com eauham d'uheiro fácil, em especult das, comprendo terras no interior por a deixá-los às môscos até que se volctisem por obra e grada do interior pera deixá-las às môscos até que se valeziasm por obra e grand de company a terra a conservam por obra e grand de mundo.

Não seria preferível que essas 32 das primeiras providêncies tomadas perfeditamente que poderiam de um niomento para outro vender es- jam honestamente lavrar a terra, do tura com creas superiores e 160 hectures; em zonas pastoris, de compos, de compos, com áreas superiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, a 4, ou 5 anos, a tura com creas superiores e 160 hectures; em zonas pastoris, de compos, a 4, ou 5 anos, a content de propriedades principal de compos, a 4, ou 5 anos, a content de propriedades principal de compos, a 4, ou 5 anos, a content de propriedades principal de compos, a 4, ou 5 anos, a content de propriedades principal de compos, a 4, ou 5 anos, a content de propriedades principal de compos, a com áreas superiores e 160 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas superiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas superiores a 500 hectures. Pois bem, apris deixa o govêrno, perá muito mandr do que a contecte com a procura, porque ira acontecte com a procura, porque ira acontecte com a procura, porque ira acontecte com a composition de propriedades principal de compos, a com áreas superiores e 160 hectures; em zonas pastoris, de compos, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures; em zonas pastoris, de compos, com áreas cuperiores a 500 hectures;

The test of the test rest of the test of test of the t roça, para uso e guzo de cada faivi-solado do asía to. O que precisamos de loteamento e exploração ulgun-te, de áreas que estão nas mãos do Poder Público. Areas improdutivas. Poder Sei que no Rio Grande do Eul, Estado em que es prop.iedades estáo bastente subdivididas, sobretudo na zona rural, exista n grandes fazendas do Enército. Perpunto, temos Enército para mexer com canhão ou com edião? ∟eijão?

Estas pro-riedades devem ser imediatamente locades aos lavradores, ainda que destinades a fins oportu-nos de defesa nacional, e sem prejuízo dêstes.

No anterrojeto que defendo, prevejo a locação destas propriededes oficiais, para, de pronto, produzir alimentos. Não é função do Exército mezer com agricultura em parte alguma do mundo.

Existe na Câmara dos Deputados projeto que visa atribuir ao Exército a produção de gêneros alimentícios. Era só o que faltava! Por que preço sairá cada quilo de foijão, produzido pelos homens dos canhões, treinados para defender o País?

Poderão os disciplinadores de homens para as emergências da guerra, disciplinar a terra, as fórças da natureza, para as emergências da produção?

Entreguem escas áreas militares, improdutivas, ou com produção possível a custa de ouro, ao citual Gabinete, que não precisa de novas leis, para custa la produce coloras estas por a constant produce coloras estas por a

que não precisa de notas leis, para trabalhar, e neles colorar milhares de familias. Estes familias irão producir imediatamente, com dimparillo elemin madministrações oncreses que, com tôda a certenza, aprior de hoa vontade — irão dar entradur, tuis turca poderão ser locadas em portenas glebas, para produção intensiva sem projuizo de suas finalidade.

Como e recennador de Goiás, posso assegurar ac Gabinete que, se quiser cem mil propriedades pequenes em Coiás, dentro de uma ano, as terão. O Poder Encoutivo tem em mãos tudo que precisa para tel cometimento

Ainda ontem, trecameo idáins a res-Afind ontern, tresance ideira i respeito do assunto, com o en-presunador da República, em nacu E Lado,
disse-me sua Electência que levantor
em poucos dies, la fermidas da União,
havidas por divadas medivos e em diferentes poeca, tratit s delas valiotássimas e, tôdas abandenadas porque o
Carmo não é expicuitor que preste,
nem em marta alguma do

relief secondaria com a serier de la constitución per que la comitación de la comitación de comitación contract production of the contract products and contract products are contract products of the contract products and contract products are contract products.

As umcaças que deluncio, à Na-clo, deixo-as consignadas nos anala do Senado. Talvez, contro de poucos dias, levas de homens armados devan encon rer-so com fercadeiros, tam-orm armedes, e muito songue jerraotm armaces, e mul. o strigue stata-rá no solo goiano, na generota terra de Anhanguera. As terras privadas que vão sendo invadidos estão o gran-des distâncias das vias de tran nortes de meios de comunicação. O Estado do Goias tem áreas imensas, em que caberiam, L. ovavelmento, so Jem divi-didas e cesistidos, tôdos as femilias decemperadas dêste Pris. Terros esdesemnandas dêste Pris. Terras estas meis próximas des grandes centros e totalmente abandonadas. E curioso destacar aqui a estranha preferência por aquilo que é mais dificil e pior. A denúncia que faco é grave. Anteontem partir de Goiánia um proprietatio de toria, homem out deixou a vida do estalto — sa não me emano de Pérto Alerie — e compun campos e terras, que está distrivando em Goiás, com o dinheiro e curacambos e terras, que está distrivando em Goiás, com o dinheiro e capariência que troure do Sul, e caca si
viu na contingência de ir a Culania,
não bara adquirir rolos do eramo
farpado, sal ou trature, rias para
con para tirma e comunio, para defendir-se de amenças de finhisto;
isto é grava — e com dada ma consiCralo que o govera, advisido, tomai di providências para que o micito
cm di sula de con la castiplica
cm de castiplica
cas

inca gos ferendahos.

Drixci o por pro de Golés há corrol de quinno entes, detado de malando evelutes, que publida a tenda de propriedades em zones apricolar. de cultura, com éreas superiores e 100 hectores; em zonas pastoria, de campos,

is, com o asialiamento da illustrato de illu colver o problema de acesso à la Capital, resorreu o problema du caponitato da producido agricola la Itumbiera. A imprevicância do Poder Funho é tão grande que a nois, and ar de for ima nucca o la lego em cêrca de mil quilômetres de acatas que asfairou entre Erralle Can de, eleca restem por pavinciate, há mais de três enos, erul cêrca de 180 quilometros no Trabalación. Esse trecho invalida a Patreiro. Esse trecho invalida o Paineiro. Esse trecho invilida a un namento da livação da Pre Co e do Fianalto Central, com São Paulo, c o Sal co País, concorrendo para o entracomento da vida. Os camanhites devido a estes 180 quilometros, no mendo des chuyas, ficam paranrades. A produção imeara deferieraco. Os freces que vigoran eso elevatis-cimos. Se alguém quisesse sobotar a commircio de Brasilia, em femos un reços justos, não faria colsa a a con o próprio gorê no quando dis-nou de aufaitar prioritara mente com ដែរៀបបានមេ ដែលជន្លាំ០ ស Bratilla នេះ បា

Pago a etenção do atual Cabiaria pere as politions que hojo probine, nu compar de que o recitor Primeiro control de que o l'allor etimorio de l'istro, e es senacres l'inistres, se qui sarem, poderno, em Golás, eu allo l'allo, com érees olimas para a l'allo do nomem localitar cam mil l'allilles por ano, sen traver heading choque, nom educar abeles aos l'alloque, nom educar en especiment. zonalios, que atualmente respondem pala produção agro-pecuaria existen-to no Pois.

Era pouco tampo, 3, 4, ou 5 anos, a

mento para que se deslocassem para Rubiataba, para la receberem, nos anos de 1948 a 1950 terras de cultura a 100 cruzeiros o hectare e, que hoje, valem até 50 mil cruzeiros, isto é, 500 vêzes mais.

Nenhum pequeno proprietário rural se aborrecerá com o Governo Federal, se à exemplo de Goiás, em 1948, oferecer em 1962 áreas para neles se radicarem com suas famílias ao prêço de uns mil cruzeiros por hectare, para daqui a 10 anos estas mesmas áreas valerem mais de 100 mil cruzeiros o

Fazendas de pequeno porte, de mais ou menos 30 hectares, que o Governo de Goiás vendeu em 1949 por três mil cruzeiros estão, hoje, sendo revendidas até por 3 milhões de cruzeiros cada uma. Vejam os senhores: de 3 mil cruzeiros passaram a valer 3 milhões! E' exemplo vivo, a poucos qui-lômetros de Brasilia, para servir de modêlo aqueles que querem fazer reformas efetivas neste Pais, Busquem o exemplo de Rubiataba que acabo de citar em Goiás e, poderemos imedia-tamente, começar reformas de fato. E' preciso, pois, passar das faias de reformas para ações de reformas, atra-vés do trabalho e da ação. O govêrno poderá paulatinamente, sem abasem necessidade de reformar a Constituição, radicar, por ano, mais de cem mil famílias, de pequenos pro-prietários rurais devidamente assissobretudo por financiamentos adequados para viver e produzir. En-caminharia assim a solução prática de problemas de habitação, saúde e produção. E quanto à assistência? produção. É quanto à assistência?
Voltamos ao exemplo de Rubiataba
onde há familias que conseguiram
progredir e algumas delas, hoje são até milionárias.

O sistema bancário nacional privado, devidamente amparado pelo Poder Público, bem como o próprio Banco do Brasil, através das inúmeras agencias existentes no interior, podem favorecer recursos para que centenas de milhares de famílias se fixem em pequenas propriedades à base da iniciativa privada, sem pesar ao Govêrno, nem administrativa nem pecuniariamente: com recursos adequados tais famílias cuidarão da sua própria instalação e dos meios de produção.

Se o govêrno desejar se tiver interesse, os bancos privados poderão fazer financiamentos, garantindo a vivência e produção dos pequenos fa-zendeiros em alto nível, porque os gerentes dos estabelecimentos bancarios, no interior, conhecem as reali-dades brasileiras e poderão imediatamente, desde que devidamente supridos de dinheiro e amparados pelos orgãos controladores da nossa finança eniprestar a quem trabalha e a quem produz ao invés de fazê-lo aos ex-

No Nordeste brasileiro, ha gente altamente capacitada para produzir. E' comum aos que vivem em Brasilia assistir ao desfile de caravanas e caravanas de caminhões, transportando nordestinos, famílias inteiras para tra-balhar em Goiás. Outras familias em número muito maior virão com maior prazer, entusiasmo e estimulo, para Goias, a fim de ocupar terras suas e produzir por conta própria.

Somos da zona rural e, podemos atestar que, dificilmente encontrare-mos gente melhor, mesmo na imigração estrangeira, do que as familias selecionadas no Norte e que hoje povoam as extensas regiões do nosso Estado. Como, por exemplo, citamos os municípios de Jussara. Itapírapoa, Rubiataba e outros verdadeiras colonias de baianos, cearenses, paraiba-nos, maranhenses e riograndenses do norte, que se agrupam para produ-zir, e constituem as melhores nucieahumanas existentes em nosso

Estas familias, para ambientar-se seus familiares e aos que em tôrno entra em entendimentos com os go-e produzir, nunca foram assistidas ped dele vivem, e no momento em que per-vêrnos de Mato Crosso, Goiás e outros lo Governo, e sim pelos fazendeiros grandes e medios, que são de fato os unicos produtores neste País. Os proprietários médios e grandes de Goiás há muito vem buscando familias, em caminhões, no Norte e Nordeste, para lnes dar trabalho no imenso Estado de Goiás. O governo podera, através de medidas adequadas, entrar em concontrência com os fazendeiros e tra-zer não peoes para suas fazendas mas pequenos proprietários para suas terras abandenacas ou devolutas.

Em vez de deixar essas familias passando necessidades no Nordeste, Govêrno Federal para completar sua ação até hoje ineficiente poderá, mitigar o sofrimento de grandes levas deslocando aquelas familias que nác consegue assistir, para outras regiões do Pais, mais ricas em terras de cultuia, com clima mais ameno, onde po-derão ser fixadas em terras proprias.

Se for oferecida a pequena propriedade devidamente financiada o nordestino, cenio o goiano ou qualquei outro lavrador, sabera construir sus casa, seu lar, wa propriedade. Sa-tera produzir, formara planteis de animais de pequeno e grande porte cuidará, enfim do que é seu, seu gado, suas lavouras. Instalar-se-à co-mo instalados estão todos os outros produtores rurais; — é gente de tra-balho, honesta e quando toma dinhei-ro emprestado, mesmo do Governo, paga até o último tostão.

E' a experiência que todos temos vivido. Quando estas familias vem do Norte, geralmente, com a própria passagem paga pelos fazendeiros do Sul ou do centro trabalham e sal-dam a êstes mesmos fazendeiros, pontualmente as suas dividas.

E' uma gente de fibra, que tem hondignidade e responsabilidade. Pagarão, da mesma forma, aos bancos privados assistidos pelos poderes pu-blicos e às agências do Banco do Brasil que devem emprestar dinheiro a quem trabalha. O Governo que nunfacilitou financiamentos adequados Ca para o homem do campo - se o fizer agora, estará impulsionando a produ ção efetivamente; com dinheiro em-prestado os produtores poderão cuidar de si; mas com Institutos terão é que cuidar de seus privilégios donatarios.

Com as famosas reformas de que tanto se fala — reformas de papel, de inexperientes literatura vasia e compilada de um para outro trata-dista e de que o Pais anda chelo o que querem, na grande maioria das vêzes, é fazer demagogia pura e simples. Outros desejam quebrar a rotina vigente, pois sabem, perfeitamen-te, que no dia em que se efetivar uma dessas imbecilidades de que se fala por aí, (embora, exista niuita coisa boa, muito estudo sério) atingirão seus objetivos criminosos de destruir a paz social. Reformas que exigem, reforma da Constituição e até da mentalidade braslleira, não poser improvisadas, nem impostas abruptamente: têm que ser o fruto de muito trabalho, e de progressivas experiências, de preferência com proprie dadas novas com gente nova, e assin sem prejutzos para os atuais produ-tores, que bem ou mal alimentam o País; financiando-os devidamente o fará grande coisa. Doutra forma cor-remos o risco de Rrasil ser transformarzi em pasto de combates de exremistas estrangeira ou subvencio-nados, que bem pediam ficar no ex-terior onde nasceram e onde já têm desgraçado muita cente com seus re gimes já mortos ou à caminho da azonia, como sói rcontecer com tôdas as ditaduras, desde os tempos ime-ECT27P.E

A situação da zona rural de nosso lém do Pará e Goiânia nessa imensa Podemos, sem prejuizo para nin-Pais, se esses dematêgos conseguesem area intermediária, o govêrno federal guém, deixar que grandes, pequenos e não tene organizar imediatamente estandor porque os fazendeiros, com de que não tene organizar imediatamente estando nas terras que atualmente têm amor à terra, tem também amor estando contradas cem mil propriedades dono e são cuidadas; orientar a ação A situação da zona rural de nosso

cebessem que pelo simples fato de estar produzindo, seriam objeto de perseguição do Govérno Federal — porçue outra coisa não é a desanten-ção do govérno para aquêies grandes, médios e paquenos produtores que vivem a propria custa no interior, en-tão reagiriam vendendo ou desmantelando de um ano para outro suas pro-priedades. Todos sabames que a pro-dução dos generos alimentícios é de cicio anual. No instante em que se capacitassem de que é inútil o seu esforço, que ninguém o reconhece, o que fariam? Venderiam suas propriedades a 150 ou 200 mil cruzeiros o alqueire e viriam emprestar dinheiro no es-falto! Comprar ações de indústrias protegidas pela alfâncega! Ganhar trinta eu quarenta por cento de seus rendimentes, como muitos estão fazendo, e êles sabem disso. Sabein que até o Banco do Brasil ampara letras de câmbio, com redimentos superiores a 30 por cento ao ano. Mas, foram criados na zona rural. Ali trabalham. Esta é a sua profissão. Esses homens, fazendeiros e peões, que, em Uberaba e outros centros de produção agro-pastoris estão criando as melhores raças zebuinas do mundo suplantando as da própria India — a Pátria do Zebu - porque tem amor a terra, à criação, ao seu gado, à produção, só mesmo com muito esforço poderlam suportar, além dos desistímulos e esquecimentos que sempre tiveram do Poder Público, também a verdadeira perseguição do govêrno, onerando com impostos ônus pesadissimos em decorrência da criação de Institutos e Comissões com doutores vencendo polpudos empregos e deitando regras. Se estes homens um dia se aperceborem de que todos os seus esforços são inúteis, abandonarão o campo e, então, alcançaremos o que os demagogos desejam e desejam realmente, no intimo: "Um colapso realmente, no intimo: "Um colapso da produção no Pais"!. No dia em que os grandes e médios fazendeiros vierem para o asfalto, teremos uma que-da vertical da produção. Nêsse exato momento, o Brasil entrará, realmente numa crise irreversivel e teremos a desejada revolução comunista no Pals! contra isto, que precisamos estar preparados, mormente agora que as invasões de terras vão se renovando. E não são conduzidos à invadir as terras devolutas. São conduzidos, sim, a invadirem áreas trabalhadas e já em fase de produção, deixando no seu ca-minho as terras devolutas.

Sr. Presidente, há uma outro tipo e invasão construtiva e democrática nêste Pais que deve também ser tra zido ao conhecimento desta casa. No presente momento fazendeiros do Rio Grande do Sul. do Paraná, de Minas Gerais, e de muitas outras regiões do Pais, devido aos aumentos de prêços de terras em seus Estados, ou por qual-quer motivo, estão "invadindo" terras depois de adquiri-las dos Estados sul do Pará, nas fronteiras de Goiás e ao Norte de Mato Grosso, implantanovas fazendas naquêles sertões brutos, arriscando suas vidas, enfren-tando as feras, enfrentando os miasmas, correndo todos os riscos, traba-lhando para abrir fronteiras humanas que amanhã serão de produção. Desta forma a mais de mil quilômetros de Brasilla, existe uma zona que, no momento, está sendo tôda ocupada por fazendeiros dó Sul; é uma verdadeira invasão legalizada, como tantas outras que colonizaram Golás e outros Estados. Vou seguidamente a Golánia e vejo cêrca de vinte pequenos avides, pràticamente usados apenas por fa-zendeiros vindos do Sul para adquirir terras não somente em Goiás mas no Pará, em Mato Grosso, percorrendo distâncias enormes. Porque entre Be-

vêrnos de Mato Crosso, Golás e outros Estados Centrais, fazondo o loteamen-to imediato da terras devolutas, mas próximas, mals bem situadas, bem como das trintas e duas grandes fazen-das que estão nas mãos da União em Goias, recebidas de particulares por herança jacente se outras metivações, mas que estão abandenadas? Por que não entra a União em entendimentos com êsses Estados, para o aproveita-mento imediato das terras devolutas? Se o atual Gabinete sente dificuldades, com deslocados de zonas rurais, que lotele primeiro suas fazendas, depose as terras devolutas em Golas, Mato Grosso e outros Estados centrais, in-clusive de Minas Gerais, de onoc tenho informações de que tambem lá ainda há muitas áreas devolutas. Que loteie essas terras, entregando-as aos que querem realmente produzir, pondo têrmo à essa demagogia barata, ordi-naria dos agnadores comunizantes, que está desestimulando aqueles que ainda produzem o pouco que comemos nêste País. O govêrno, o que deve, é financiar imediatamente aos que ja estão produzindo no campo; ir radicando noia estão. vos, e à base da propria experiência, obtida, fazendo com êstes suas experiências. Muitas fazendas no meu Estado estão agora, realmente abandonadas, mas há cêrca de cinco anos con-tavam cem mil e até duas mil rêzes. Isso ocorre porque o Governo Federal não agindo em têrmos de radicação imediata de familias deslocadas, fa-vorece os demagôgos, favorece a sua. propaganda demolidora, e desestimula os que produzem e criam gado no País que em muitos casos já preferiram vender seus rebanhos deixando suas fazendas ao abandono, ou loteando-as.

Somos, hoje, a terceira Nação em questão de gado vacum. Nosso rebanho bovino já ultrapasou de muito quíndice de crescimento da nossa população. Temos mais de 70 milhões de cabeças boyinas| Ocorre que no meu Estado, muitos fazendeiros, os mais. evoluidos, já perceberam que se ven-derem — suas terras a 100 mil cru-zeiros o alqueire, se venderem — seus rebanhos a 20 e 30 mil cruzeiros a unidade englobando êsse dinheiro e emprestando a juros em Goiánia, terão muito maior rendimento. Isto porque o que atualmente estão recebendo com suor e sangue e trabalho duro na zona rural não compensa. Estão com-prando ou edificando suntuosos palacetes em Goiânia e emprestando dinheiro a 3 c 4 por cento ao mês. Já. perceberam que mesmo a 1 cu 2 por cento alcançam rendimento maior na Cidade do que nas fazendas onde so-mando-se o valor atual da terra, ao do gado, ou da produção, jamais conse-guirão 6 por cento de rendimento, pelo capital empregado. Sei de varias fazendas no meu Estado, que hoje estão totalmente abandonadas. Seus proprietários venderam os rabanhos e agora estão também, vendendo a terra para tirar maior rendimento do dinheiro, com o intuito de ficarem milionários em Goiania, nesse halo de industrialização que jáestá avançando também para o nosso-Estado. Se o Governo Federal permitir que perdure esta situação, assis-tiremes, dentro em pouco, à matança-indiscriminada de vacas, do que resultará primeiro uma estagnação, no crescimento de nossa produção bovina

e, à seguir, uma queda vertical. O Govêrno precisa volver suas vistas para o campo, mas fazê-lo com vontade, realmente, de resolver o pro-blema, fazendo cessar a demagogia po's em verdade, temos terras de mais e homens de menos. Esta é a verdade, nua e crua: o que falta são homens!

Podemos, sem prejuizo para nin-

unicípios, atualmente improdutivas um donos, ou fiscal. Depois de lotea-as tais terras públicas, muitas delas tuadas mais perto dos centros de rodução, de que as privadas, depois e distribuí-las aos agricultores, de-ois de encher suas próprias terras, official será o momento de voltar às istas para as terras privadas. Primeipara aquelas pertencentes aos que vem no asfalto, despreocupados das ebas inexploradas esperando varização. Só depois chegará a vez negar, se houver homens para tanto, o Govêrno intervir nas fazendas randes, medias e pequenas, e que ja

stão profuzindo. Em primeiro lugar, é dever dos nosas governos federal, estadual e mu-icipais — como maiores latifundia-os que são — dividir suas terras em equenas propriedades entre aquêles ue delas necessitam para morar e roduzir depois acumular experiência elativamente à terra e aos homens do ampo, para, então, volverem sua tenção ao assunto. Em segundo lutar, para seus sócios, aos quais iletamente concederam grandes áreas, e mais de 10 mil hectares — sem mentimento do Senado conforme ege a Constituição. Depois então é ue os Govêrnos que até aqui nada roduziram e que têm alienado, terras os seus sócios privados, aos quais ederam parte dos latifundios oficiais, i depois de lotearem tudo isto, é que everão, com coragem e técnica, dar lativamente à terra e aos homens do everão, com coragem e técnica, dar terceiro passo: firmarem convenios om os produtores grandes, médios e equenos, por enquanto, e que estes odem esperam de governos arrepenidos e patientes de seus erros pasados, é dinheiro à juros baixos. Replantes assim os prénties problemes ilverão assim os próprios problemas e sua ambientação humana e mee sua anticientação humana e metoria dos meios científicos e técnis de produção. De conselhos e
alavras os produtores estão fartos.
o Poder Público, por enquanto, só
odem e devem esperar financiamens, porquento os Govêrnos precisam
e alguns lustros de treinamento inmsivo para se meterem no campo.

As Comissões: de Constituição e Just ça; de Agricultura, e de Finançis.

Projeto de Lei do Senado n 5, de 1963 🕠

Altera os Parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, desdobrando-se em 3 (três), com a redação reda-ção que estabelece.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. Os Parágrafos 1º e 2º do ct. 5º da Lei 11º 3.501, de 21 de de. imbro de 1958 são desdobrados em (três), com a seguinte redação: "Art. 5°. —

- § 1º. Denomina-se salário de conibuição co aeronauta a remuneração etivamente percebida, durante o ês, nela integradas todas as imporncias recebidas, a qua:quer título, n pagamento dos serviços prestados, nitada a 17 (dezessete) vezes o sa.) país.
- § 27. O provento de aposentadoria aerona ata terá por base o salário
 contribuição não podendo ser in-rior ao salárlo mínimo de maior ellor vigente no pais, nem superior 17 (dezesete) vezes o valor do re-rido selário, feitas as revisões de coventos em decorrência desta lei ou alterações legais posteriores que mentem o valor do salário mínimo rente

gente. sente.

3 3°. Ocorrendo a hipótese prevista
) parágrafo segundo, in fine os prontos que estiverem sendo pagos aos
nosentados serão atualizados, a fim

estabelece.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro
de 1963. — Jeffersod de Aguiar —
Barros Carvalho.

nediata do Govérno para colocar os de que o coeficiente percentual do le precisan de terra nas áreas de valor do provento seja mantido na ropriedade da União, dos Estados e mesma proporção do em que o aero-tunicípios, atualmente improdutivas nauta fez jus na datada sua aposenpercentual do tadoria"

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O presente projeto visa a alterar os parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, desdobrandodo os em três, para o fim de situar, em bases mais justas, os processos de contribuição e de câlculo de proventos do aeronauta,

As emendas propostas no projeto mais se justificam, vez que constituem suplementação às prescrições que se contém no projeto nº 38, de 196 aprovado recentemente nesta Casa.

De fato, as providências ora propostas já se continham no projeto nº 38, de 1962, não tendo logrado in. tegrar a citada proposição, apenas por um lapso de técnica legislativa,

Assim, a emenda que consubstanciava as medidas ora propostas, oferecida ao Projeto nº 38, de 1962 — obcida ao Projeto nº 38, de 1962 — ob-tivera aprovação do Senado, em pri-meira discussão, e, apenas por não ter sido incluida na redação do vencido, como artigo autônomo, mas no texto do art. 1º, foi erradicada do projeto, à vista de outra emenda que restringia o referido artigo a limites incompativeis com o espírito da proposição.

Desta sorte, e por inexistir no Re. imento disposição que repare tais gimento disposição que repare tais lapsos,na fase em que se encontra o projeto nº 38, de 1962, é que se propôe o presente projeto, em atenção à correção que se impõe.

Sôbre seu mérito, já foram prestados os esclarecimentos necessários, na oportunidade em que se debateu o Projeto nº 38, de 1962, através da jus-tificação oferecida ao mesmo e em discurso que proferimos no plenário desta Casa.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1963. — Vivaldo Lima.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno, orador inscrito.

O SENHOR SENADOR COIM. BRA BUENO PRONUNCIA DIS. CURSO QUE, ENTREGUE A RE-VISÃO DO ORADOR, SERÁ PU-BLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

Sôbre a mesa requerimentos de ur-gência que vão ser lidos pelo Sr. 19 Secretário.

São lidos os seguintes:

Requerimento nº 35, de 1963

Nos têrmos do art. 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos ur-gência para o Projeto de Resolução nº 2, de 1963, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 1963. - Jefferson de Aguiar.

Requerimento nº 33, de 1963

Nos têrmos do art. 330, letra b, do Regimento Interno, requeremos ur gencia para o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1963, que altera os §§ 1º e 2º do art. 5º, da Lei nº 3.501, de 21 de dezembro de 1958, desdobrandoos em 3)três), com a redação que estabelece.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados no final da Ordem do Dia.

Há, ainda, outro requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário. É lido e aprovado o seguinte

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos serão votados ao fim da ordem do dia.

Ainda sôbre a mesa outro requeri-mento, que vai ser lido pelo Sr. Pri-meiro Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 37, de 1963

Nos têrmos do art. 211. letra "n" Regimento Interno, requeiro dispensa de intersticio e previa distri-buição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 1962, que transforma em unidades universitárias os Cursos de Odontologia e de Farmácia da Universidade de Minas Gerais, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, 28-1-63. -- No-gueira da Gama.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria a que diz respeito o re-querimento figurará na ordem do dia da próxima sessão.

ORDEM DO DIA

Comparecem mais os Senhores Senadores:

Mourão Vieira. — Sebastião Archer. — Mathias Olympio. — Dix-Huit Rosado — Barros Carvalho. — Silvestre Péricles. — Lourival Fontes. — Jefferson de Aguiar. — Nogueira da Gama. — Milton Campo. — Moura Andrade — Padre Calazans. — Filinto Müller — Nelson Maculan. — Mem de Sá. Mourão Vieira. Sebastião

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1962 (nº 2.042-B-60, na Casa de 1962 (nº 2.022-B-60, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministório da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,000 para construção do prédic onde se instalará o Instituto de Química Agrícola e dá outras providências (incluido em Ordem do Dia em virtude de dispensa de intersticio concedida, na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Guido Mondin), tendo Pareceres favoráveis (ns. 39, 40 e 41, de 1963) das Comissões de Constituição e Justiça. — Agricultura e de Finanças.

Em discussão.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador quiser fa-zer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer senta-dos. (Pausa)

Aprovado. O projeto vai à sanção.

E o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA Nº 54, DE 1962

(Nº 2.042, de 1960 na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Crs... da documentação respectiva das despecido onde se instalará o Instituto de Química Agricola e dá corres providências.

1. — 10 art. 85:

Art. 1.º Forom-se no Regimento os semestre compunhação respectiva das despectos onde se instalará o Instituto de Química Agricola e dá acordo com o disposto no art. 402-A".

O Congresso Nacional decreta:

30.000.000,00 citenta milhões de cruzeiros) para a construção e instalação em Brasilia do Instituto de Quimi-ca Agrícola.

Art. 2.º A Prefeitura do Distrito Federal fica autorizada a doar a União a a-ea de 55.000m2, na extre-midade d: Asa Norte do Plano Pilôto (Jardim Botánico), para a construção do prédio onde se instalará o Instituto de Química Agrícola.

Art. 3º Esta lei enorară em vigor na data de sua publicação, revo-gadas as disposições em contrário.

Discussão, em primeiro turno, do prejeto de Lei do Senado nº 22, de 1961, de autoria do Sr. Senador Cunha Mello, que exclui da classificação declarada no artigo 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, o Município de Manáus, no Estado do Amazonas, tendo Pareceres: — da Comissão de Constituição e Justica: 1º prode Constituição e Justiça; 1º prode Constitução e Justiça; 1º pro-nunciamento (666-62); pela re-jeição; 2) pronunciamento (783 de 1962); confirmando parecer anterior; — da Comissão de Se-guyança Nacional (667-62) pela refeição. rejeição.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador quiser fazer uso da palavra, encerrarel a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação.
Os Senhores Senadores que rejeitam o projeto queiram permanece sentados. (Pausa). Está rejeitado.

O pro eto será arquivado.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 22, DE 1961

Exclui da classificação declarada no artigo 1º da Lei nº 121, ce 22 de outubro de 1947, o Munici-pio de Mcnaus, no Estado do Amazonas...

Art. 1º E' excluído da classificação declarada no artigo 1º da Lei nº 121, de 22 de outubro de 1947, Município de Manaus, no Estado do Amazonas

2 ? Esta lei entrará em vigor Art. na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Na hora do expediente fol lido o requerimento de nº 35, pelo qual o Senador Jefferson d. Aguiar requer, nos têrmos do Art. 330, letra b, urmos termos do Art. 336, tera 6, yrgêncio, para o Projeto de Resolução
nº 2, de 1963, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.
Em votação o requerimento.
Os Srs. Senadores que o aprovam
queiram perme ocer sentados. --

(Pausa) .

Está aprovado.

Em consequência, passa-se imedia-tamente à discussão da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2, de 1963.

Ao projeto, na fase própria, fo-m apresentadas duas emendas que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

EMENDA N.º 1

Art. 19 Façam-se no Replacente os seguintes acréscimes:

10 - No art. 85:

29 - No art. 93:

O Congresso Nacional Cecreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo aumestrais da Comissão Direiora, de torizado a abrir, pelo Ministério da acordo com o disposto no set. 402-A, Agricultura, o crédito especial de Cro oferecendo, quando for o caso, o Pro-

jeio do Resolução que deva ser sub-inetido à deliberação do Plenário". 39 — Em seguida ao art 402; "Art. 402-A. No final de cada se-mestre a Comissão Direvira apresen-

mestre a Comissão Direvuta apresen-tará, para exame e deliberação do Se-nado, o balancete das affresas efe-tuadas no semestre anterior.

Parágrafo único. O balancete, a-companhado dos comprovantes, deve-rà mencionar, por extenso, a natureza e os saldos referentes a tada documen-to e os saldos restantes das verbas respectivas. Seré origináriam nte en-ceminhado a Comissão de Finanças que, se concordar co ma gres ação de contas, propora a sua aprovação em Projeto de Resolução a ser submetido no Pienário independentemente de pa-recer de outra Comissão...

Justificação

A emenda visa a fazer parficipar o Plenário das responsabilidades da aplicação das verbas destinadas ao S. nado.

Fala das Sessões, em 2º de janeiro de 1963. — Jefferson de Ayvur,

EMENDA Nº 2

Art. 1º. Acrescente-se unde convier:

Em seguida ao art. 47:

"Art. 47-A. Para os tabelhos do seu Gabinete o Presidente podetá te-n isitar dos serviços da l'ari os funcionários que julgar necacirios'.

Justificação

A emenda tem por fim assignmar ao Presidente da Casa os melos neces-sarios para o eficiente em rício das sucs funções.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1963. — Joaquim Parente.

o sr. jeffærson de agyiar:

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justica designe relator para prolatar o parecer da Comissão sobre o projeto e as emendas :

o er. jæffærson de águiar:

Sr. Presidente, avoco o pre etc para proferir parecer em none da Co-m.ssão de Constituição e Jutiça.

O SR. PHESIBENTE:

Tem a palavra o nobre Espador Jefferson de Aguiar, para relatar o projeto e as emendas pers Conksão Co Constituição e Justica.

(Não foi revisto pelo orador) - Se-(Não foi revisto pelo arutor) — Sethor Presidente, o projeto que rifo ma
o Regimento Interno do Senado Federal, de autolia do neore Cenador
Filinto Muller, celita de necelicat várico textos regimentais, aperescolado
e tramitação legislativa, estoblecendo cuadições e requisitos para as urginoses, estabelecendo o tempo e prate pera explicação permais tira o núm. o dequeles que, compriso as Ban.
crans particirias poderas criar as figuas de lier e vice-till, catalesco outras determinações a recuito da Cortasmo Diretora da ocien da le-gichatvo do Poder Ented do da Co-nardo do Distrito Foderal, como estatifice a competência le tertes Co-nes ces. Todos precelos no centido de-

nes ces. Todos preestos no centido del princitir a tramitegão rende e perfeito des projesções do Seando Federal. A ce se ver que os preentos previstes nos Projeto, sem alterar substance e mente aquilo que eniste na Le Interna permite à Mesa uma perfeite caboração das leisha disciplina dos trabalhos do Senado e evita a preelphação na concessão de unificias, com o condicionsmento da epresentação dos requerimentos e de sua atrezo dos requerimentos e de sua a-

cuja aprovação nenhum óbice encon-tro, do ponto-de-vista jurídico constitucional.

E o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

(Senador Moura Andrade) - A Presidênc.a avoca o processo para pro-nunciar parceer em nome da Comissão Direto.a.

O SR. MOURA ANDRADE:

(Não foi revisto pelo orador) Presidente, o parecer da Comissão Daretora é fovoravel ao Projeto de Re-

o Regimento interno ao nôvo regime presidencial de Governo, como ainda ficiui várias disposções altamento correlivas de anomalias, é melhor dis-ciplinacionas dos trabalhos da Casa no diplinato dos trabalhos do Casa no que diz respeito pricipalmeta à redução dis possibilidades de colociem, regime de urgência instérias em tramitação no Senado, estabelectado pelo menos, determinado periodo obligatório para apreciação de requerimento de sa natureza

Aumenta, por outro lado, o número de assinaturas necessárias a que ce requerimentos de urgência sejam considerados, e com isto cria realmente maiores dificuldades a que se lance mão de um procedimento que útil em determinadas ocasiões, mas via de re-gra, pernicioso à boa elaboração legislativa.

Os demais pontos constantes de Projeto de Resolução levam o mesmo sentido disciplinador dos trabalhos da Casa; regulando, inclusive, as alividades de varias das Comissões, estabelecendo- campo de competência e processo.

Quanto às erichdas, a Comistão Di-retora é favorável a primeira, que do-

"encaminhar, no final de cada semestre o balancete acompanha do documentação respectiva, dar desprets reclizadas no semestre anturior, à Comissão de Finances.

Considera a Comissão Diretora ex-tremamen e útil a emanda: mesenc

A Comizzao Diretora, entretrato, é contrarie- à segunda emenda, de autoria do nobre Senador Joaquim Pa-rente, pela qual S. Exi-prepée se acrese pie so Art. 447 e seguinte:

"Para os traballios de seu Gabinete o Presidente-poderá requi-sitar dos serviços da Cosa os funcionéries que julgar nécessários?.

Senhor Presidente, é contrário-à Co missão D'irctora a esta dispatilivo pela experiência que possui. O priviera de acquisição de funcionatois predictivo rectisição deles para servisos de Gân. mete. No Senodo, atualmento ocquire esta anomelia: embora sem pormisão de requisição, servem nos Cabinetes funcionarios em mantiro frequentemente metor do que aquile que eria de desejai.

Ora, uros autorização de tal natureza, pod.i. ia impilicar fluma scrie de construm imente, para o proprio Pre-sidente da Casa, quo se veria cons-taniom no colicilado a requisitar fun-cionários pera o seu gallificto.

portanto, não só o conhecimento da derel, não havendo, pois, razão para mente os funcionários realmente na matéria por parte dos Senhores, co- a exclusividade que se lhe quis dar, cessários ao seu Gabinete.

de requisitar ilimitadamente funcionários ao seu Gabinete.

Assim a emenda do nobre Senado fois de requisitar ilimitadamente funcionários.

Assim, salvo a emenda do nobre Senador Joaquim Parente o parecer da Comissão Diretora à favorável à emenda do nobre Senador Jefferson de Aguiar e ao Projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com emendas.

Tent a palavra o nobre Senador Filinto Muller.

Devo esclarecer ao Senado que me apressel em encaminhar à Mesa o Projero de Recolução porque entendi conveniente que, ao se instalar a nova legislatura já os Senrdores contem com um Regimento escolmado des disposições nele incroduziras em vircontem tude do estabelscimento do sistema de Cloverio parlamentarista. Voltando, como voltamos, no eletama presidencialista de Coverno, não poder an continuar no Regimento disposições que se chocam com esse sistema.

Aproveitti a oportunidade para incluir tumbém a grunas mondiciones no atual Regimento, e chi gri félias ja bustante conhecides da Casa e que nao podem continuar figurando na noca Lei Interna.

Ao mesmo tempo, procuret introdu-zir restrições ao sistemé de urgência, que vimo: aqui adotando. Temos na realidade recebido projetos num dia votado requerimentes de urgência es-postal no mésmo dia e aprovado asses projetes na mesma sisilo. Luic sistema pode crier grave: inconfedi-entes à glabojega 'egiclativa.

Ao pro eto de rescuir e ore ence minhei à Lesa, e nebre Genneer Jer-ferson de Agular ofereseu emenda, que Considera a Comissão Diretora ex- considero aliquem e merchi adora, retremamen e útil a emenda, mesmo force e prestação de comissão force e prestação de comissão force e prestação de comissão bareola, que dive ser sebpensabilidades na eplicação das verpensabilidades na eplicação das verpensabilidades na eplicação das verpensabilidades no Señado. Foderal.

A Comissão Diretora, entretento, é

Finances e, the first our not prio prio prio per a service de successivité au el contro de contro per a consider de contro per a consider de contro per a consider de contro de bem exerci a Eresidencia do Semaia e não tira, equile tempo, incendiora de currentes o percei do men Tabinate. Vertific mos atuairemes dio indicato perceito esta a la financia de contrata do Regimento e do Residente do Cara la financia de ser deima que se describir a la fire de contrata de con E' o mo ocorre em relação so Pre-sidente do Câmara des Estate des. O Gabinale do Prividente da Câmero do, Conutsodo tem determinada lota-ção, mas o Presidento tom a fechtdade de aumenta-la quando o serviço esim o cyigife. 🛫

Não me parece que o Presidente postá sentir-se constrangido peles so-licitações que venha a receber de Se-nadotes, e que venha a transformar o u Gabin te num depósito de funciotrção dos requerimentos e do sua aprovação por quorum especial

O projeto foi publicado, é do conhocimento da Casa e está em condições de ser aprovado. Sob o porto de
vista jurídico-constitucional nada há
que possa prejudicar sua transfação
que o Regimento sejam cumpridas e o Prelonga Justificação artigo por artigo, binete do Presidente do Senado Felonga Justificação artigo por artigo, binete do Presidente do Senado Fesidente, estamos certos, requisitará sòPresidente - Srs. Senadores, estor

Assim a emenda do nobre Senad Joaquim Parente parece-me intere mente accitável.

Senhor Presidente, vim à tribur não para discutir o Projeto de Ros-lução, que teve parecer favoravel o Comissão de Constituição e Justiça da Comissão Diretora, mas especia mente para dar uma satisfação i

Senado.

Koje, ao entrar na Casa, um em nente Senador me interpelou por quazão ismos votar, no final da sessi legislativa, de uma Legislatura, mod flutosas de uma certa profundidar em nosso Regimento. A razão já Into Muner.

O SE. FILINTO MULLER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidence a Casa cuviu, os dois pates retesen, da Comissão de Constituição de Jurtiça e da Comissão Diretora, favoraveis ao projeto de nou ficação do nos o Regimento, por mim encamination de govêrno. Voltando, ou mo voltamos, ao Presidencialismo, mister que essas disposições sejam retiradas do Regimento.

E já que vamos altera-lo neste fin fazer-li

de cessão legiclativa, afinal de Legi-latura, parcec-me oportuno fazer-li as correjões que a experiencia tem de monstrado colem necesaárias.

O Sr. Heritalio Vieira — Permit Eza um aparte? O SR. FILINIO MULLER — Po

nāo.

nno.

O Sr. Heribaldo Vicira — Data ve na do que V. Es vem expondo, con a sua longa experiência de legiclado critura-se-me que a matéria referer te a lolégões de Gabinetes é mais per te a lotrices di Carmiers e mois per tinente ao Regulamento do que a préprio Regimento. No Regulament é que encontromés o capitulo sélvi lotrices dos Gabientes, em que pre nes cer probitivo que se introduz temento, no Regimento una disposi ção nrule sentido. Mas, tenho a im par esto de que uma refroma do Re gulemanio é que se devem introduz exirs modificações referentes a lota ções. E' o mon pomo de vista.

O SR. FILINTO MOLLER - Agra OSR. FILINTO MOLLER — Agra deço o hypte do nedes Sonador He ribunto Visira. S. kar tyn internaces é, retimente, no Regulament do Synado que está limada a lotação des membros dos visitos Gabinetas de lima. É é no Regulamento que se está lima e a emenda de autori do narea que a emenda de autori do narea superar unamim Parent do narea. Segretar unamim Parent do narea superar una superar una superar a superar una superar una superar a superar una su nie parees que a emença de nutori do nibre Sencier Doquim Parent Lo nibre à burgis; abre una ere ça pora o Presidence da Casa, como re gru garel, pe publico que o Presi den a requeste muor número de fun de la casa de la casa de casa.

cicuários. In terio não considero a Euca I the titio, no considero a riuchi da de autoria do noma Sencio Jerema Parente fundamentel no modificações que o Sencio val exa nunar. Descrip padir à Gesa que es tudo es modificações propostas que as aprova, sobretido aquelas que po-devias cencidoras fundamentais de uns considerar fundementais, a cue restrincem de eminades facilidades que vém sendo utilizades na Casa e que d'open até contra o prestigio do préprio Senado.

Por isco, encântolat o Projeto de Recolução à mosa neste final de legis-latura e peço ao Senado que o apro-

de pleno acôrdo com as ponderações' que acaba de lezer o nobre Senador Filinto Müller, Lider da Maioria sobre a coordinade de reforma do Reginerio, pelo simples fato de que precisávimos readptar o estatuto da Cua ao regima presidencialista restenelecido.
55 agn.a. Sr. Presidente, tomei co-

nrecimento deste Projeto de Resclucto.

Não posso, entrefanto, deixar de apresentar, não a minha estranheza rus a minha oposição forma: ao Art. 57, que diz:

"Terão Lideres e Vice-Lideres as representações partidátas de, no mínimo, dois (2) membros".

Ora, Sr. Presidente, êste artigo al-tera, fundamentalmente, o critério que até aqui se vinha adotando para es lideranças de representações no Sepado.

Suponhamos que uma agremiação partidaria pujante, militando no País de itro do nosso processo eleitoral, po: ventura eleja uma grande ban-cuda de Deputados e um só Senador.

cada de Deputados e um só Senador. Mão compreendo por que esse Senacor não possa liderar o pensamento do seu Partido no Senado.
Aão é uma questão de liderar Se nadores — precisa ficar bom claro fose ponto — a liderança é da opulião purtidária, a liderança é mais profunda. Quando terros um lider sin plar, êste lider terr muito mais respunsabilidad.

g dar, êste lides tem muito mais responsabilidad ra defesa do pensaminuto de súa agremação partidêra do que o nuev de vários Senadores que posam êses trocar lucias e conducir a lideax do ca acolido com os princípios de a Partido, através de pina epinito y acial.

Alta, ar. Provide te pelo que dispons o Art. 57, o partidos que aqui so i crem um Sea dor, não podesão ter jic crança na Casa. O dispositivo parecieme antidemocrático e poço a V. 1834 oportunidade regimental para apriesentar uma emenda, que estarei en esentar uma emenda, que estarei renigindo, neste instante, no sentido de corrigi-lo Pego ainda, para este ponto, a atenção dos meus nobres coletas, sobretudo do nobre Senador le 2s, sobretudo do nobre Senador Ji into Müller, cujo espírito democrático não ponho absolutamente em dútico não ponho absolutamente em quivida, e a quem as razões que acabo de adurir devem ter passado despercibidos. Grandes representações particirars podem ocorrer, na Camara dos Deputados, e uma minoria descrirer escutarões no Senado esto é, um Pirido com grande númito de Contrações de um Pirido com grande númito de Contrações de um Poscado esto esto de um Poscado esto de Diputaces e 50 um Senador. Não é julio que êste não lídere o seu Partico nesta C. se.
da que senvo o critério previste no

an que senos o enterro previsa no enteso traime no, do bloco de pequanos pa tidos, não ha por que restingir a manifesteção de lide ança.

O Sr. élento Mülter — Permite V. Exa um aparte?

O SR. PAULO FIRTE: - Com

eduziu, o savdero Senador Attino Viya que, que conseguiu do Senado, há
z'i uns 1 nos, estabe ecer a lide anea
nas barcadas de um Senador. Alepara éle não se tri tar pròpriamente
de l'de er uma bancada, e sim de
d'alence as idrias sustentadas por um
Partido. Devo declarar a V. Exa que
ésse é um dos pontos incluidos na
relorma do Regimento que não cousidero essencial, fundamental, e não
teré a menor dúvida em conordar
com a exchisão do dispositivo.

O SR. PAt'I O FENDER — Ja espe ava êste pronunciamento de V.
Ext. porque jamais duvida do seu
espírito democrático sourein lo ante
dispositivo que viria retringir a liv re
menifestação do per amento de uma

minifestação do per amento de una compresentação partidária no Senacio que Assim, congratulo me com verto sa) por essa manife tação e encample a rei à mesa requerimento que agrada a recigir. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua em discussão o Projeto. (Prusa) Não havendo quem peça a palayra,

encerro a discusão Sibre a mesa requerimento le des-

taque que será li o plo Sr. 19 Secre áric.

E' lido o seguirio

Requerimento nº 38, de 1963

Nos têrmos dos arts. 212, letra "n" e 310, letra "a", do Regimento Interno, requeiro destaque para rejeição da seguinte expressão do astigo 57 do Projeto de Resolução número 2, de 1963: "no mínimo de 2 membros".

Sala das Sessões, 29 de janeiro de 1963. - Paulo Fender.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento

O SR. MEM DE SA:

(Para encaminhar a votação) (Sem rev.são do orador) — Sr. Presidente, serão duas palevras apenas. Estou de acôrdo com o destaque requesido e com as cons.derações expedidas pelo nobre Senador Paulo Fender. Parece-me acellável mesmo que, sendo uma bancada integrada de um só Senador, êle, so falar, o faça como líder, justamente por ser o único innter, justamente por ser o unico in-tegrante da bancada. Do contrário, éle fica no ar, não pertence a qual-quer bencada e não é lider. Parece-me, pois, perfeitamente razoável. Agora, o que ao meu ver deveria constar do Regimento — e se tivesse conhecimento de que a matéria seria

hoje votada tería apresentado emenda neste sentido - seria um dispoda neste sentido — seria um dispo-sitivo estabelecendo que só as ban-cadas com mais de cinco, seis, oito ou dez Senadores tivessem direito a zo para a posse do Serador será congabinete

Está havendo um excesso do Se-nado: bançadas com dois ou três Senadores, ou até com um só, têm gabinete com funcionários, servente, etc., quando se me afigura que é uma demasia.

Seria, assim, questão de critério da Mesa. Foi liberalidade da Mesa ce-der gabinetes para líderes de tôdas as bancadas. É verdade que a ban-cada do Partido Libertador nunca foi contemplada com gabinete, mas en nunca reclamel, apesar de ver que outras bancadas o fo am. Devia haver razão para essa discriminação, mas nunca incaguel qual era. Tanto mais nunca mosque, qual era. Tanto mais que, a meu ver, a bancada do Partido Libertanor, só com três Senadores, nem devia ter gaoinete, e muito menos bancadas de um só. Penso, assim, que as bancadas mecmo de um só Senador devem ter lides mas mesmo sem dispositivo.

lider, mas, mesmo sem dispositivo expresso no Regimerto, não devem zozar da vantagem de um gabinete, que onera o Sonado e distrai servi-dores de atividades muito mais ne-cessárias e úteis, (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam ; queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado. Em votação o projeto, salvo as emendas.

Os Srs. Senadores que o aproyam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.
Em votação a emenda de pareceres favoráveis da Comissão Diretora e da Comissão de Justiça.
Os Srs. Senadores que a aprovam minutos:

tora.

Os Senhores Senadores que a apro-

f: o séguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação.

Projeto-de-Resolução nº 2, de 1963

Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado (Resolução nº 2, de 1959, al-terada peras de ns. 45, de 1969, 12 e 76, de 1961 e 5, de 1962) passa a vigorar co mas modificações a reguir especificadas.

Art. 2º Nova redação.

b) a direção dos trabalhos caberá à Mesa que houver sido eleite para a sessão legislativa anterior, dela ex-cluidos, no inicio de legislatura, os QS. que tiverem tido o mandato de Senador extinto.

Art. 5º Nova redεção.

"Art. 5º A posse de Senador é ato público, que se realizara perante o Senado durante reunião preparatória, sessão ordinária ou extraordinária, sendo precedida da entreza do diploma à Mesa".

Art. 59 Acréscimo:

vocado o respectivo suplerte.

Art. 6-A. Acréscimo:

"Art, 6-A. Nos casos dos arts, 65 \$ 59 e 60, \$ 60, considerar-se-á concedida a prorrogação até que possa cedida a profregação até que posse, ser votada, se faltar número para a votação do respectivo requestmento, desde que êste haja sido entregue à Mesa antes de terminado o prezo."

1) Art. 10. Nova redação:

"Art, 10. Havera na Secretaria um livro em que o Senador inscreverá, los projetos e emendos a er mana de próprio punho seu nome parla- metidos à Câmara des los elementar, idade, estado civil e outras os projetos destinades a los proje declarações que julgue conveniente fazer

1820. § 19 Dêsse regia ro constará a de-claração de Partido, feita pelo Se-nador por constão da posse, devendo ser comunicada (. . . . aa, por escrito. e publicada no Dario do Congresso Nacional qualquer modificação possa, por escrito. terior.

Secretário expedirá a carteira de identidade do Senador."

Consequentementa - supressão 21 do Parágrafo único do art. 72.

Art. 15. Nova redação:

II - Na discussão da ata (ert 150, i 2?) pelo prazo máximo de cinco mínitos, para reflicação ou esclaregimento do que nela se conliver.

Art. 15.

TV

C - Acréscimo:

"e na discussão suplementer (artigo 275-A) ..."

Art. 15. IV - Nova redação:

IV _ Em explicação pessoal, uma vez, por tempo não excedente ao dez

OS STS. Senadores que a aprovam minutos:
queiram permanecer sentados. (Pausa) em qualquer fase da sassão, para
nº 1;
b) pelos Lideres das bancadas integrantes do bloco, na do nº 2
Em votação a emenda que tem pacurso ou aparte; não sendo a palavra
recer favorável da Comissão de Jusdada, com essa finalidade, a mais de 1 2º será encaminhada à Mesa nas

tiça e contrário da Comissão Dire- dois oradores durante a Ordem do

Dia:
b) na prorrogação da hora do Ex-Os Sennores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados,
(Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à Comissão de Redação.

Et o séguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Re-

3) supressão Art. 15

Acréscimo:

Acrescumo:

XI — Para interpelar Ministro de
Estado, observado o disposto no artigo 381, d-4.

Art. 29. Substituição

2) "tomar posse", por "... entrar
em exercício"

em exercicio.

Art. 31. (caput) Nova redação:

"Admitida, pelo voto do Plenário
(art. 30, § 3º) a representação, o
Presidente designará, observado o
disposto no art. 72, uma Con 1850,
composta de nove membros, para
instrução da matéria.".

Art. 40-A. Acréscimo: "Art. 40-A. Nos casos cos aris. 39 e 40, se não houver número para a votação do requerimento durante cinco sessões consecutives, esbená à Comissão Diretora decidir nôine a licença, o que fará no prozo de 48 horas

Parágrafo único. O disporto neste artigo se aplicará nos crsos em que o requerimento seja formuledo en período de recesso do Senado.

Art. 43. Supressão. Art. 47.. Nº 1. Nova redação:

Nº 1. Nova redação:
"1) exercer as atribuições precistas na Const. para o Presidente (artigo 70, §§ 3º e 4º, art. 71, § 16 do art. 79 e paragrafo único do artigo 2º8) e para o Vice-Presidente do Senado (parágrafo único do art. 210)."

Art 47 no 16) Acréscimo:

Art. 47
nº 21. Supressão da
alínea "b — ao Presidente do Conselho de Ministros."

Art. 51
C — Substituição de:
"letra n"
por: "n. 2"
Art. 51
-e) Supre-são:

Eunstituição por:

"designar e dispensar, e inclina es normas aprovadas pelo Santo:

Art. 57. Nova redação: Art. 57. Terão Lideres e Vice Lideres:

1 — as representações por dácias de. no mínimo, de dois mombres;

2 — os biocos em que se compresentações nor lideirs

para determinada Crientação politi-

§ 19 A constituição des bleços par-Mosa nas 24 horas que a ela se ne-ntirem ou no dia subsequente ? ins-talação da sessão legislativa ordirá-

ria. § 2º A indicação dos Líde-es e Vi-ce-Lideres será feita em documento subscrito:

a) pela majoria dos membros dos bincadas partidárias, na binólese do

24 horas que se seguirem à instaleção repercussão sôbre a receita ou a desde sessão legislativa ordinária.

\$ 4º As que não se filiarem nos plocos parcidides somo considerais
helacimente pera os efeitos do arlido 72.

Art. 61

Art. 81, nº 12. Actividades

Art. 81, nº 13. Actividades

Art. 81, nº 14. Actividades

Art. 81, nº 15. Actividades

Art. 820

Art. 61
Action of sould so item 37:
4 — do Micho Carrie (Cill), si-

Art. 61
a) Lept. 50 ds:
"67 — GB Plagmo dor Galania (C2G)".

Leciurio de:

"63 — do Pollogn des Ségs (CDS)".

Art. 63 3 10 Acriscimo, em sajuida a "Co-

"... on so lider da Meistia" ...

Art. 61 (Caput) Tiera r. 112

Art. 67. A Comiliato Decerce é
contitude uno managale, vios i re
siceme, secretarios. A de Finanças terá quinzo membrao; a la consultação o dustica e de Relacións Exteneres, onzo
c de Legidiquo bodá i la consumante, noto; a de la cultura, a do Distica rederal, a de Lidengão e fillure, e do Poligono das bálicas a de Rieguillaça Reponal e a da Sarve, i inbrao Civil, sete; as demais cinco munlico e la uma. . ou so Lider da Misiacia" lori et la nica.

Art. 76. Nova redação:

§ 3º - Sominte haverá dhivibulção de projeto a suplente para rea-

- nas substituições das a ineas h 2 — na ausencia de tiburtes, qui n-do se ticle de projeto de regime de urgence, a ser relatado oralmente em Para rio.

Art. 85 Almea "a".

Nº 2 - Acréscimo:

"... read_rtaclo".
Art. 85-A. Inclusão:
1 — Em sequita ao nº 6:
— "colonizacio". 2 — 212 saguido no nº 8; "to tas destinadas à socientura; — organização agrácia".

15 — Supressão das palavros "Prefeito do Distrito Federal". Art. 86 16 — Actéscimo:

"ou aval"

Art. 88

Nº 21 — Nova redação,

R.c. Mea.

24 — Sepressão,
Art. 88. Suprisão do Rem
"18 — Delitido Rivistita ao Poder Exceptio (E. Capia Constructo)
Lai nº 4, art. 22, parágrafo uniço").

Art. 50-A. Acréseimo:

"Art. 19-A. A Comissão do Distrito carral compete commar, privativa-Federal compete '', sĉ'-re

(1)

to Fed

Le ieral. Parameto único O prepureienta- b da Combalo do Distrito Facelal 1.0 to da Coma

1) nos casos da alinea "a", o da Art. 1:9-A. Acréscimo:

Comissão de Constituição e Justica ("Art. 1:9-A. Na organização das quanto aos aspectos constitueional e Comissões de Inquérito observar-se-ão jardico, quando no haja fião objeto exame pelo órgão correspondente 72".

Art. 1:59-A. Acréscimo:

Ministra Art. 1:59-A. Na organização das Comissão dos arts. 70 e 11 conter 12".

Art. 1:59-A. Acréscimo:

Art. 1:9-A. Na organização das Art. conter 12".

Art. 1:9-A. Acréscimo:

Art. 1:9-A. Na organização das Consciunidados das Art. 1:9-A. Na organização das Art. 1:

12 — Addictine, in fine in'a ream e و الله الله Aftinom ou aris du inform e des Consulto de Sept mitares da da mostic Et al Credit, clvo es minimos de Et alo, del nº 4.131, de 3 de allima de 1.121, art. 35/.

Art. 92. Lordscinic, in fine

"... het inités curative, e cul-turais, commongées e homéniques ewen.".

Art. 93
i) accidente, in jina:

"... on the land has realização".

Art. 93. Actazamo;

Paragrafo único. Compete à Como si o de Fianapas el concar a redativament de la compete de Poligono do Sacia actuação por:

Art. 91-A. A Comissão do Poligono do Sacia actuação oplar, privativamente, quanto ao mérito, sibre a proposição que digam respeito ao composição que digam respeito ao composição que digam respeito ao composição que digam respeito ao comp

posição que digam respeito ao com-nate as seças e aos sens cleitos, valo-rização das terras e fixação das po-pulações nas zonas por eias assola-

Foregrafo único. O pronunciamen-to da Comissão do Po gono das Sê-cas não enclui:

a) o da Comissão de Constituição e

a) o da Comissão de Constituição e Justica quanto ao aspecto constituição al projeto da Camera dos Deputados, não haja sido exemitado pela Consistão correspondente da Casa de ortica;
b) o da de Finanças quanto ao fi-

nanceiro. -Art. 96. Acrescimo:

5 - Organizações, trafados e acôrdos internacionals sôbre saúde, modicina e profissãos arins.

A.t. \$3

§ 1º Supressão da clausula final: "... salvo o disposto no art. 313".

Art. 1(2) § 5° — Nora reda: 10: 2° Serà distribuido somente à Cona capa de Finanças, projeto: a) de orçemento ou sua alteração;

b) exclasivamente de crédito soli-1.1.00 pelos pogêros Executivo e Ju-Nº 21 — Nova redação.

21 — organização dos Podères da lacitario ou destinado a Câmara dos lacitario ou despesa decorrente de lei.

2) Acresumo:
\$49 — Nos casos de que trata o \$ 30 m., o se aplicará o cu posto no artiro do litro do lacitario de lei.

ligo 83

· i.rt. 185. Acréselmo:

§ 1- Quenno se tre le do parecer sôbre materia etiaprec della no artigo edistro, a Comista de la será eta eledistro, a Comista de del le será, em escratimo secreto, e em seguida se compictará o farecer com o resulter frontial cu contaño, da votae) os parportition legislativas per-cionos no Distrito Francia; e) o Organizato do Distrito Is-em antanzado. em separado.

a esculha do Prefeito do Distri-Art. 148-A. Acréscimo: Art. — Não se admitira Comissão ve os do Prefeito do Distrito de Inquérito sobre materia pertinence:

a) à Câmera dos De mindes; b) a advidades do Poder Judiciá

c) nos Estados.

da Câmara (dos Deputados;
da Câmara (dos Deputados;
2) nos das alincas "a" e "b", o da
Camara (dos Deputados;
2) nos das alincas "a" e "b", o da
Camara (dos Deputados;
3 da Câmara (dos Deputados;
4) in 153
4) in 153 Art. 153

practice of a laborate haptento pour service constituit at a birconne et l'une art. 155.

Art. 163
3 2º Ac. Thro, in first:
"... selve per l'une independa de spelatione per a l'entriti".

Alt. 161. I'm l'une de item "4 — 03 1 0, 03 de itrebidica de l'edur Enimalies de l'edur et l'une response actai pi le un Containe.

Alt. 161
II — d) — Nova recordo.

d) de Pojero de lei organismissia de Distrito Ferent, not quiano d'esque anocede un o encaramento da sessão legisladira. sessão legislavita.

Art. 174. Supressão dos pelavias f... por deliberação do Florida rio..." Art. 173. Actêscimo de "ordinário"

em sagula a "sesalo"

Art. 161

Art. 161

"Farêgrefo único. Nova redação:
Parêgrefo único. O disposto neste
artigo não terá aplicacio se a Ordem do Dia for destinado a trabalho das Continsces"

Mova reda-Art. 167 (Coput)

Art. 167. Em sessão pública sò-mente serão admitidos no Plenário, além dos Semadares, os Deputados Federais, os Ministros de Estado, quando comparecerem nos térmos do art. 120 e os funcionários do Senado em objeto de serviço.

Act. 193 § 3º Supresão.

Art. 202
Pal-grafo único — Acréscimo
in fine:

... observado o disposto no artizo Arts. 211, II e III e 212, I, II, 3 e

Qude se dia:

"volação por 16 Senadores", ou "volação por 32 Senadores".
Diga-se, respectivamente:
"volação por 17 Senadores" e "volação por 31 Senadores".

Art 212. Nova redação: a) de inversão ou alteração da dis-posição das maiérias na Ordem do Dia.

Art. 212 v) Suprisifo

Art. 212 z+3 — A rt. 212
z+3 — Acrészirio, em
'especial'', de "interna''.
Art. 212
z+13 — Supressão seguida &

Art. 212

nº III — Acréscimo: z-10 — Prorrega do de prazo de Co-missão Especial.

g-11 — Desarquitamento de propo-

Art. 212
Acrescentar:
z-12 = 60 realectura de discussão.
Art. 218 Acrèscimo.

d) lido no expedente. O requeri-mento será desprehado depois de pu-blicado no "Diário do Congresso Nacional'

Art. 21,1 St., ressão das seguintes palayras:

a) interpretação ou aplicação de

h) alo de cuiro Poder ou de seus constantes das alíneas z-1 e z-2, ao seráns;

Projecto único Acréscimo:
"Projecto único Acréscimo:
"Projecto único. Quarto houver
vinas cucaçãos do mesmo sulos depuntado de juntificação oral, é heix jus nez-las em conjunto".

Art. 241 Nova redeção; "Art. 241 Não é permitir a proposi-ção que autoriza despesa illuncida". Art. 247

Art. 271
Predgrafo único. Acréscimo:
111 — a propodego para a qual go
Constituição ou este Ecgimento exictem número determinado de subscric-

tores; 1V — a proposição subscrita por Li-deres de bancadas compostas de cinco

Sonodores.

Art. 247-A. Acréscimo:

Art. 247-A — Se a proposição depender de justificação óral, o apoiamento pelo Plenário dar-se-á depoid dela'' Art. 252-A.

Art. 252-A,
a) Nova redação:
"a) requerimentos, salvo os constantes das letras h, y, z-3 e z-7 de
art. 212".
Art. 252-B. Nova redação:
"Art. 252-B. A deliberação do Pie-

nário será: I — n. mesma sessão, após a maté-ria de Ordem do Dia, nos requerimentos compreendidos nas seguintes letras do art. 212: d, t, r (nos casos previstos no n. 5.0 do art. 326);

z-1, z-5 e z-9. II — mediante inclusõo em Ordam do Dia, anunciada em sessão anterior.

quanco se tratar de a) projetos (ressalvado o disposio no art. 326 us. 10-a, 11-a e 11-b) a e d e 332, Ictra a).

b) perecetes:
c) requerimentes compreendides nes

c) recuerments comprehences and letras q do art. 211, r nn parts referente ao art. 325 nº 5-c.

y) instruído de parecer nes casod previstos no art. 335):
z, r-1, z-2, z-3 e z-10 e z-11 do artigo 312 e no art. 275-C, § 2º.

LII — Imediata, nos demáis requestados con a considerados con a considerado con a considera

rimentos dependentes de voto do Se-nado previstos nos arts. 211 e 3.214. § 1º Se a Ordem do Dia fôr desti-nada a trabelhas das Comissões. O re-querimento será incluido na que so lhe seguir.

§ 29 Quando algum Senador pedir a palayra, para discussio ou encaminhamento de votação, sôbre os requerimentes a que so refixem as letras r (no tecente às proposições de que trata a afícea e do art. 326), z, z-1, at2 z-3 x-3 c z-16 do art. 212, a matério, ficard aciada pâra a Ordem do Dia de sexão servinte, seivo se o frio ocurror na tiltima sessão do pefo o ocerror na última sessão do perricdo logislativo.

\$ 25 "Captor.

1 47 Tentor. \$ 50 Accessentar, depois de "Com's-sto": "Figedal interna ou". § 6º Acréscimo:

#Subsecretárics de Estado".

Art. 215 Supressão das palavras:

Art. 215 Supressão das palavras:

Art. 215 Supressão das palavras:

Art. 216 Supressão das palavras:

Art. 216 Supressão das palavras:

Art. 217 Supressão das palavras:

Art. 218 Supressão das palavras:

Art. 219 Supressão das palavras:

Art. 210 Supressão das palavras:

Art. 210 Gorganista seruinte à sur leitura, com ordinária seruinte à sur leitura, com ordinária seruinte à sur leitura. Ministros..."

Art. 222 A indicação não pederá tiver compaincia para opinar sobre a muléria, o quel poderá ser profesido ordinente em Plenário":

8 7º Acréscimo:

"3 79 Nos casos dos requerimentos

dede a polivia do Profidente da Co-missão da que se cobe o Florinio, nota so a anticaser siène o profide de re-

so handered since a profile of request that.

Art. 200-C. Eupperson.

Art. 201. Accepting:

Of Each Environment

Of Each in his accepting of a sequence of the continuous of the continuous art. Since A. Art. 1960.

Art. 201-A. Art. 1960.

Environment of the continuous of the continu

Art. 27. Articulto:

monthly of the state of the sta

#Art, 207. Anunciada a materia, serão Moda es carandes eximentes kobro a moro, os confe se for o com surão en ma idea à jurido afo crat e anderata cos orderos.".

Art. 208 Art D)

a polario des oridora".

Art. 203.
b) Nova redação:
"b) ribrinho para os timo previstos no art. 274".

Art. 271. Suprendio.

Art. 272-A. Arrestimo:
"Art. 272-A. Encalada a serior da discussão sem emendas, o profeto seré, dado nota Mosa como distribuemente aprovado, independentamente mente aprovado, independentemente de votara salvo:

e) se almum Emnder requerer que

a) se algum sangor requere, que seja submetido a votos;
b) se o projeto houver sido redigido do primeiro para o segundo turno.
Art. 273.
1) Tranformação do parágrafo

unico em § 2.º.

2) Acréscino;

"\$ 1.º Não será submetido a Pienario requerimento de dispensa de intersiscio para projeto cula tramitação
no isenada terha sido iniciada menos de cinco dias entes"

Art. 274. 2.º. Acréscimo in fine:

"Sie a data para a qual for pedido o aciamento ultrapassar o término da sessão leti etiva, a incurár da ma-téria em Ordem do Dia far-se-a na última se são ordinária nela compre-end da".

Art. 274.

8 6.º Mova redecho:

§ 6.º Não havando número para votaçlo de regierimento de edirmento previsto nas leiras a a e e d, ficata sobrestada a direussão da matéria. O mesmo ocorrerá nos requerimentos da leira m. qu' lat de autoria de Com e-são, ficando prejudicados os que não tenham sua procedência"

Art. 275. Supres do.
Art. 275-A.
Art. 275-A. Conut — Substituco's de "projeto da Câmara, bem co un o Profeto do Sonado em sogundo discursão ou em discussão única" por:

"profess de let ou de Decreto Les trivo de Cinera ou de Se-nede em samuéo tumo..."

1 — Sentingingo do "discursão" por "turno".

Art. 275-B. Subs Huiclo das ex-process:

"parte final"

commo a molária tá tritia de do chisto do deliberado no Pie nário".

Art. 278 n-8 — Aerinsimo:

"auxillos e isonobes tributóries".

Art. 278. Acrése'no:

Farágrafo único. A votação secre a dem de aprecimiente, en quolquer fase de dem de aprecimiente, en quolquer fase de proposicio excluída a sua existencia de asseso, ainda que, com in compensario sobre a constitución de discusso, discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende e e redeção final, quando de discusso do no casos do no constitucion de discusso do no casos do no constitucion de discusso do constitucion de discusso do constitucion de discusso do no consecue aurgência será submetida a ordem de discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende e e redeção final, quando será submetida a ordem de discusso. Acres não conceda urgência será submetida a ordem de apreciação de mesma sessão, anos do no conceda urgência será submetida a ordem de apreciação de mesma sessão, anos do no discusso do conceda urgência será submetida a ordem de apreciação de mesma sessão do incidende de apreciação de aurgência será submetida a ordem de apreciação de mesma sessão do incidende de apreciação de constitucido de discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende de constitucido de discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende de constitucido de discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende de constitucido de discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende de constitucido de discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende de constitucido de discusso discussão do votação da urgência, nos casos do incidende de discusso discusso discussão ou votação da urgência, nos casos do incidende de discusso discusso discusso discusso da urgência, nos casos do incidende de discusso da urgência, nos casos do incidende de discusso discusso discusso discusso da urgência, nos casos do incidende de discusso discusso discusso discusso da urgência, nos casos do incidende de discusso discusso discusso discusso da u

Art. 223.

§ 6.9. Nove reducto:

§ 6.9 Nove reducto:

§ 6.9 Nove reducto:

clometa, preductota de seu co
com a norma e i inda do ret. 201.

¿it. 294

§1 Forma de la noverna

... e preducto..."

Art. 201.

2) Emmarco o Char y Signist

Ast. 273. Am 🦯 o.

\$ 10. Se, succede la a vellação de l'imperial o ou con min des entain, nechum Sanadar y dir a pelitra mira menulinha-la com identifica como tanto o Eleminio e mentinho com 2 adentació do Persona da Comisión. A maiória da como des como de Jomeis constantes do aruan a que perioncer.

Art. 206

Parágiafo único. Eupreceso.

Art. 316-A. Accércimo.

"Art, 316-A. Se, financiado e reda-cão final na Ordem do Dia sorê con-ciderada definitivamente amounda se a sua discussão for encerrada sem emendas ou retificações ou se algum Sanagor não requarer seja submetida a votos.

Art. 321.

Parágrafo único. Surremeo.

Arts. 328 Nova redação:

"Art. 326 A urrência reger-se-á pelas somuintes normas:

I NORTIAS GENAIS

A urgência dispensa, durante, toda a tramitação da matéria, inters-tícios e formalidades regimentais, salvo parecer das Comissões e quorum de votação.

2 — A existência de matéria urgente na Ordem do Dia não implica prorro-gação automática da secção, salvo quando se tratar de materia constante do nº 5-a:

II — Iniciativa

2 - A urgência pode ser proposta:

3.a — Por Comissão em qualquer caso:

3.b — Pela Mesa, por Lideres que representem mais de um citavo da composição do Senado, ou, por nove Senadores, no mínimo, nos casos do nº 5-a;

3.e — por líderes que representem, no mínimo, dois térros da composição do Senado, ou por 44 Senadores.

3.d — por líderes que representem muis de um quarto do composição do Senado, ou, no mínimo, por 17 Senadores, nos casos do item 5-c.

3.e - Nos casos dos ns. 3-b. 3-c e 3-d o requerimento, só será conside-rado de Lideres currdo êstes o subs-creverem maccinando que o fazem nessa condição. Nesses casos, as demais assinaturas não serão considera-das para efeito de folmanto de rúmero regimental de subscriteres do recherimento, sendo, entretanto, pu-ll'endas. Na feita de des recho de l'al cape considerar-se do as essinatures dos Lidaies sem Est caráter.

$\mathbf{m} = \mathbf{m}_{\mathbf{m}}$

III.1 — Quanio à apresentação e 13:1: Ta

4. O requermento, aprisentado à Mila, strá ildo:

5. O requerience de un Ercle son ភាពិសាស្សី១ នៃ គឺ គឺ សែ:

6.6 — inclici muite, ctimin, c francida inclici muite, ctimin, c francida inclici muite, c cumi ou recello muite inclica e cumi ou recello muite, con considera cumi ou recello muite, con considera cumi ou recello muite, con considera

5 h - 20'3 0 O 12 1 60 Th com 1 1

The do begin to begin a long of the series o

urgência é admissivel medlante soll-c'ação escrita:

9.a — do primeiro signalário quando se trate de requeria ento contendo apenas assincturas incluidadas 9.b — do Presidente da Comissão, quando de autoria de um últica órgãos, observado o disposto na clinea bida em 153. de art. 253;

9.c — de Lideres dos mesmos Parti-dos que o houverem suoscrito, quando dêles fôr a autoria.

10.a.4 - eprevar on suspender st-

11 - A matéria para a nuel o Senado conceda urgância será submet da ao Plenário:

The 2 - Out the defibersed of a light - impositements offs the control of the con related o recommend by the .

400 J. 100 C. (44)

14.6 — Mo gallo eroll, emily no so commit to enough to enough to enough to so the solution of the enough to so the enough to so the enough to enou

The second of th or something មែ ដែលខែ ខានា។

necessary and the second control of the seco o uso da palavra no mestro p av...

15 - O parecer period ser oral nee cesos dos ns. 5.a e 5b 12.6 gra escrito podendo en'retan c proferido oralmente, em casos, in fa ficados nas hipóteces previrtos no ac-5. c.

VII — Proposições emended n. Sona discursão de matéria em roctas de urgência forem apresentadas emendas, proceder-se-a da seguir te forma:

10 — São consideradas urgentes, independentemente de requestanto.

10 — São consideradas urgentes, independentemente de requestanto.

10 a — com o rifo precisto no nº 5.a a matéria que tenha por fim:

10 a.1 — autorizar o Corêmo a decidar a guerra cu 1:27 a par;

10 1.2 — concider ou najor precisto no nº 5.a concerna a decidar a guerra cu 1:27 a par;

10 1.2 — concider ou najor precisa de concernamento da dispusado no no nº 10 a. 2.3 — deciarre em letade de sibo um ou mais pontes co território nacional;

10 a.4 — aprevar ou susantiar el-

10.a.4 — aprevar ou suspanier siito decretado pelo Presidente da Repuesta na aucencia do Pode. Levislativo (Const. a.t. 203);
10.b — com o rilo estabilicale no
nº 5.b, a natéria que objetivo aucuires casos previstos nos inclear su la
res como previstos nos inclear su la
res casos previstos

v = Deliberación do Pientido est plantas, ató ser anunciada a vo aparameteria un porte.

19 - Exingue-se a prgeneta; 19 a _ com o termino da costo e-

19 D — ccm a remessa da propod-cão à Câmara dos Deputidos, quando de iniciativa do Senado;

19.C — mediante deliberació do Senado, por dois têrços, no minimo,

20 — O requerimento de extinção de urgência pode ser formulado:

20.b — por Lideres representando 19, nº I, 20, 21, 22, 23 e 24).

mais de um quarto da composição do Senado. ou por 17 Senadores, no minimo nos casos do n. 5 c.

20.c — por Líderes representando mais de metade da composição do Senado. ou por 33 Senadores no minimo nos casos da alinea 5.b.

"Art. 343 - Deverão obrigatóriamente acompanhar o pedido de autorização:

a) parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Govêrno Federal;

b) publicação oficial com o texto a autorização do Legislativo Estadual para a operação.

Art. 344

h) Nova redação.

"b) Proferido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça a matéria estará em condições de ser submetida ao Plenário."

Art. 355

Art. 355
c) Substituição "de Comissão de Constituição e Justiça" por "Comissão do Distrito Federal."
Arts. 356-A. 356-B, 356-C, 356-D e 356-E — Supressão.
Art. 359 — Substituição de "eleita" por, "designada".
Art. 259 — Apréceir -

Art. 359 — Acréscimo:
"Parágrafo único — Integrarão a
Comissão Especial os membros titulares da Comissão de Constituição e
Justica."

Art. 372 Parágrafo único Substituição

Parágrafo único Para Projeto de Emenda à Constituição não se admit tirá requerimento:

1) de urgência;

2) de votação parcelada;3) de destaque.

TITULO XIV

Substituição pelo seguinte:

"TITULO XIV"

Do comparecimento de Ministros de

Art. 380 O Ministro de Estado poderà comparecer perante o Senado ou suas Comissões:

1) quando convocado, nos têrmos do art. 54 da Constituição, a requerimento de qualquer Senador ou Comissão, aprovado pe o Plenário;

2) quando o solicitar para exposição sôbre assunto inerente às suas atribuições;

Art. 38; Sôbre a matéria do arti-o anterior adotar-se-á a seguinte orientação:

a) Nos casos do nº 1 do mesmo at a) Nos casos do nº 1 do mesmo artigo, a Mesa oficiará ao Ministro de Estado, dando-lhe conhecimento da convocação e da lista das informações desejadas, a fim de que declare, no prazo que lhe estipular — não superior a trinta dias — e nas horas da sessão, quando comparecerá ao Senado.

nado
b) Nos de nº 2 a Mesa comunicará
marcar para c dia e a hora que marcar para c

comparecimento.

No Plenario o Ministro de Estado ocupará o lugar que a Mesa Inc Indicar.

d) Os pronunciamentos do Minis-tro de Estado reger-se-ão pelas seguintes normas:

d.1 - Nos casos dos ns. 1 e 2 do art. 380 será assegurado o uso da palavia to Monist. co Bolado na oportunidade combinada, sem embargo das inscrições existentes. Na Ordem do Dia não se incluirá matéria para deliberação do Senado. Se o prazo ordinário da sessão não permitir que se conclua a exposição do Ministre de Estado, com a correspondence se

d2 — Nos seus pronunciamentos, o Ministro de Estado fica subordinado

 Nos casos previstos nos ns. 1 e 2 do art. 380, terminada a exposi-ção do Ministro de Estado, abrir-se-á fase de interpeação, por qualquer Senador, dentro do assunto tratado. Disporá o interpelante de dez minutos, sendo assegurado igual prazo para a resposta do interpelado

Art. 382 O disposto nos arts. 380 e 381 aplica-se, quanto possível, nos easos de comparecimento de Ministro

a reunião de Comissão. Art, 383 Na hipótese de não ser atendida convocação feita de 2côrdo com o disposto no art. 380. nº I, o Presidente do Senado promoverá a instauração do procedimento legal cabível no caso.

A.t. 396 Nova redação.

"Art. 396 A Comissão Diretora fará manter a Ordem e o respeito indis-pensáveis no edifício do Senado e suas dependências.

Parágrafo único O policiamento dêsse edifício e dependências, no qual não intervirá qualquer outro poder far-se-á com o Serviço de Segurança da Casa, podendo, quando necessário, ser utilizada a colaboração de outros policiais, postos à disposição da Comissão Diretora, por solicitação

Art. 397 Supressão.

Art. 404. Acréscimo, em seguida a "Senado", de:

"Superintendidos pela Comissão Drtetora.

Art. 405 Substituição do "parágra-fo único do art. 307" por "art. 396". Art. 406 Nova redação:

Art. 406 Nova redação:
"Art. 406 Dependem de proposta da
Comissão Diretora as modificações no quadro do pessoal do Senado, as al-terações dos respectivos vencimentos, a concessão de vantagens especiais e tudo o mais que diga respeito aos ser-

Parágrafo único Dependerá de autorização do Penário, mediante pro-posta justificada da Comissão Dire-tora, a admissão de pessoal a título precário para qualquer fim, quando se torne necessário."

Art. 407 Nova redação:

2º Depois dêsse prazo, o projeto irá:

11 à Comissão de Constituição e

1) à Comissao de Constanção Justiça, em qualquer caso;
2) à Comissão Especial que o houver elaborado, ou à Comissão Directa, se de autoria desta, para pronunciamento sôbre as emendas, se as houver recebido;

3) à Comissão Diretora, se de au-toria individual de Senador, para efei-

to de parecer.

Art. 2º A Mesa providenciará a fim de ser desde logo publicado o texte do Regimento com o encaixe das modificações constantes desta Resolução e das de ns. 45, de 1960, 12 e 76 de

Parágrafo único Na consolidação prevista no art. 408 poderá a Mesa sem modificação do vencido, alterar a ordenação das matérias, para sua melhor apresentação e fazer as alterações de redação que se tornarem aconselháveis aconselháveis.

Art. 3º Esta Resolução entrará em igor a 1º de fevereiro de 1963 revigor vogadas as disposições em contrário.

Justificação

A revogação da Emerca Constitucional nº 4 (Ato Adicional) e da sua Primeira Lei Complementai com a consequente volta do país ao sis-

desde que não se trate de urgência se de interpelações, será prorrogada da Constitucional nº 6) tornou neprevista no inciso 5.a.1 e não esteja ou se designará outra sessão para êsse
a matéria em curso de votação.

20 — O requerimento de extinção
do urgência pade ser formulado:

Ministro de Estado fica subordinado

Ministro de Estado fica su tá-lo ao parlamentarismo.

Aproveitando a oportunidade dêsse trabalho, procuramos, numa revisão geral da lei interna da Casa, verificar as disposições ainda suscetiveis de aperieicoamono, não só do ponto de vista formal como no tocante à simplificação do prinesso legislativo.

Daí as modificações que ora pro-

pomos e que vão justificadas a pro-pósito de cada dispositivo.

Art. 29-b:

O sentido da alínea "b" do art. 20 é que a direção dos trabalhos cai. ba aos remanescentes da Mesa anterior, se houver.

É natural que os Senadores de mandato terminado, pertencentes à Mesa anterior, não devam participar da direção dos trabalhos de sessão preparatória da nova legislatura embora tenham tido o mandato renovado. Nessa oportunidade êles são, de fato, novos Senadores.

Art. 5º (caput):

Apenas se procurou melhorar o texto.

Art. 50, § 69:

A proposta tem o objetivo de evitar continue desfalcada a representação do Estado.

Art. 6.A:

Pode suceder que o prazo para a posse de Senador ou de investidura de suplente termine em periodo em que não haja quorum para votar requerimento de prorrogação apresentado em tempo hábil.

A hipótese já ocorreu.

Trata-se de reunir, no lugar mais adequado, disposições afins, que es-tavam separadas.

Art. 15 - II:

O prazo de dez minutos é demasiado para simples registro de observação à ata.

Art. . 15-IV:

O texto afual não faz referência à discussão suplementar. O acréseimo proposto é necessário e é êsse o lugar próprio.

Art. 15-VI:

Procurou-se, no novo texto, melhor regular as exp.icações pessoais, evitando que, formuladas intenpestivamente perturbem os trabalhos.

Art. 15.VIII:

O prazo de dez minutos, constante do Regimento atual para os fins do nº VIII do art. 15 e demas.ado. Bastam cinco minutos.

Art. 15-XI:

O acréscimo tem por fir consignar nesta parte do Regimento (uso da Palavra), o que já figura no art 381. d-4.

Art. 29-2:

A expressão "tomar posse" não se ajusta ao suplente. Por ocacião da primeira convocação ele presta o compromisso regimental — Em qualquer hipótese, quando convocado, êle entra em exercício.

Art. 31 (caput):

Amedificação tem por fim colocar o art. 31 (caput) em consmância com a orientação proposta quento às Comissões Especiais, no sentido de se-rem designadas pelo Presidente, mediante indicação dos lideres (art. 149-A) e não eleitas como as Comissões Especiais em geral.

Art. 40-A:

A matéria está contida no art. 415.

Art. 47-1:

A modificação é decorrente do novo texto dado ao § 1º do avo. 7º pela Emenda Constitucional nº 6.

Art. 47, nº 16: Trata-se de suprir omsisão.

Art. 47, nº 21;

Com o desaparecimento do cargo de Presidente do Conselho de Minis-tros desapareceu a razão de sei da alinea "b do art. 47.

Art. 51-C:

A retificação se tornou necessária deule quando os ltens do art. 51 passaram, na anterior siteração do passaram, ha amerior sueração do Regimento, a ser designados por números e não por letras.

Art. 51, e

Trata-se de simplificar o final do

processo legislativo.

Não há necessidade de que os autógrafos recebam outras assinaturas que não a do Presidente.

Art. 51, i, k: Trata-se de simples alteração de redação, para melhor.

Art. 52, c: Pelo mesmo motivo por que se pro-pôs a supressão da alínea e do arti-

go 51 Art. 57:

As alterações propostas têm por fim melhor definir a situação dos blocos partidários e dos pequenos par-tidos, evitando a anomalia de lide-ranças sem liderados.

Art. 61:

E' uma resultante da Resolução nú-mero 17. de 1962, que criou a Comis-sao do Distrito Federal.

Art. 61 — 83; A criação da Comissão dos Projetos do Governo resultou da Primeira Lei Complementar ao Ato Adicional. Re-vogado este, não se justifica que ela persista.

persista.

Em seu lugar, na enumeração constante do art. 61, se propõe uma neva.

Comissão — a do Poligono das Sêcas — destinada a ocupar-se das propesições que digam respeito ao com-pesições que digam respeito ao com-bate às sêcas e aos seus efeitos. Tra-ta-se de dar caráter permanente à Comissão Especial das Sêcas do Nor-deste, cujo prazo se extínguiu com a sessão legislativa de 1962, não sendo prorrogado.

Art. 66, § 19;

Sendo o lider da Maioria o orien-tador da tarefa legislativa da Casa, e razoavei se lhe assegure o direito de requerer prorrogação do prazo das

Comissões especiais.
Art. 67 (caput):
O papel do Senado em relação à nar política externa do país está a exigir da do órgão que dela se há de ocupar mais numerosa composição. No novo texto proposto se aumentou para 11 o numero de seus membros, igua ando-o ao da Comissão de Constituição e

Justica.

Alén disso se incluiram no artigo 67 a Comissão do Distrito Federal, lutimamente criada e a do Polígono das Sêcas, cuja criação propusemos em emenda ao art. 61.

Art. 76, \$ 32:

A modoficação consiste no que se contem no nº 2 e tem por fim atender às aventualidades em que, estandare às aventualidades em que, estandare às aventualidades em que, estandare a se aventualidades em que estandare estandare a se aventualidades em que estandare a se aventualidades em que estandare em que em que estandare em que em que estandare em

der às eventualidades em que, estando o Projeto em regime de urgência, para ser relatado em Plenário, não haja titular presente.

Art. 85, a, 2: A readaptação implicando no aproveitamento de servidor fora das fun-cões do seu cargo, deve ser objeto de deliberação do Senado, mediante

Art. 86 -- 15: E' natural que, havendo uma Co-missão com atribuição específica de opinar sôbre as matérias pertinentes ao Distrito Federal, a ela passe a de se man festar sôbre a escolha de Prefeito do Distrito:

préstimo, mas o aval. Art. 86, 21:

O nº 21 torna obrigatório o parecer da Comissão de Constituição e Justi-ça nas proposições em que digam respeito ao Poder Judiciário. Parece aconselhável que ésse pronunciamento seja exigido sôbre tudo quanto diga respeito à organização dos Poderes da República.

Art. 86, 24: O nº 24 do art. 86 diz respeito aos vetos do Prefeito do Distrito Federal incluídes na competência da Comissão

de Constituição e Justiça.

Com a criação da Comissão do Dis-trito Federal é natural que a ela passe a apreciação dessa matéria.

Art. 86 - nº 28:

A delegação legislativa ao Poder Execut.vo desapareceu com a revo-gação da Emenda Consti tucional nú-mero 4, que a instituira.

Art. 90-A:

Cogita-se de definir com maior clareza do que o fez a Resolução número 17, de 1962, o papel a ser desempenhado pela Comissão do Distrito Federal, deixando expresso que será o de se pronunciar, privativamente, quanto ao mérito, sóbre as proposições que digam respeito ao Distrito Federa, inclusive, tributos e orçamento, não excluído o exame—da Comissão de Constituição e Justiça, quanto ao aspecto constitucional e jurídico, quando tá não ha-Cogita-se de definir com maior cla-

cional e jurídico, quando já não ha-jam si lo objeto de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados; —da Comissão de Finanças, quan-

do a matéria tiver implicações sôbre a receita ou a despesa da União.

Ar:. 91, nº 3;

A matéria já figura, com maior pertinencia, nas atribuições da Co-missão de Finanças (art. 93, d).

Art. 91, no 12:

A Lei nº 4.137, de 10 de setembro A 1.61 hy 4.137, de 10 de setembro de 1962, em seu art. 9°, vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional, faz depender de prévia aprovação do Senado a nomeação de membro do Conselho Administrativo da Defesa Econômica. A de número 4.131, de 3 de março de 1062 cimão no mesmo sentido culan-1962, (ispôs no mesmo sentido quan-to aos titulares dos órgãos componenda Superintendência da Moeda e do Crédito.

Procurou-se completar o disposto no art. 92, incluindo na competência da Comissão de Educação e Cultura opinar sôbre as proposições que digam respeito a instituições educativas e culturais e homenagens cívicas. Ar: 93, i:

A proposta obedece ao mesmo objetivo da formulada para o art. 86,

Art. 93, parágrafo único: Trati-se de simples inclusão, na parte em que se define a competência da Comissão de Finanças, de atribui-ção que lhe pertence, em virtuae do

Art. 96.

evidente que as matérias enun.

Art. 86 -- 16:

Convem dispor igualmente sôbre os estudado a matéria entenda convecasos em que não é do Estado do Município ou do Distrito Federal o emporente préstimo, mas o aval vo por que o impedir.

Art. 102, §§ 2º e 4º: A redação do § 2º do art. 102 não está suficientemente clara. A fim de evitar dúvidas de interpretação procurou-se especificar os casos em que o projeto só deverá ir à Comissão de Finanças, a saber:

- os de orçamento ou sua modificação;

os exclusivamente de — os exclusivamente de credito solicitado pelos Poderes Executivos, Judiciário, pela Cámara dos Depu-tados e pelo Senado, ou destinado a pagamento de despesa decorrence da

Em casos dessa natureza torna-se desnecessário, quando receber emen-da em Plenário, ir à Comissão de Constituição e Justiça (art. 88).

Por vêzes tem surgido consulta à Por vezes tem surgido consulta a Mesa sóbre a orientação a seguir aos casos de pareceres a serem apreciados pelo Plenário em sessão secreta. O que se contém no acréscimo proposto ao art. 135 é a orientação geralmente seguida.

Art. 148-A:

O motivo do acréscimo é obvio: respeitar a autonomia da Camara dos Deputados, do Poder Judiciário e dos Estados.

Art. 149-A:

E' assim que se procede, porém não é demais para evitar flutuações de interpretação, que fique expresso no Regimento que — os membros das Comissões de Inquérito são de. signados pelo Presidente, mediante indicação dessas Comissões se há de assection de la comissões de la comissões se há de assection de la comissões de la comissão de la ção dessas Comissões se há de assegurar a representação proporcional dos partidos.

Art. 153: Art. 153; E' natural que, havendo atraso na abertura da sessão, seja éle compu-tado na Hora do Expediente e na duração da sessão.

Art. 155:

 \mathbf{E}' conveniente que a norma cons. tante do art. 66 se aplique às Co-missões de Inquérito. A nova redacão proposta para o art. 155 teve ésse objetivo, conservando como pa-rágrafo, o que se continha no arti-go, quanto à prorrogação do prazo.

Art. 158:

A experiência tem mostrado a conveniência de se admitirem, no expe-diente de que trata o \$ 2º do art. 158 (quando não há número para abertura das sessões) de proposições que ındependem de apoiamento pelo Ple nário. Isso torna possível a distri-buição dessas proposições às Comissões e o início do respectivo estudo.

Art 168*

Art. 168:

O item 4º do artigo 138 fôra incluido (Resolução nº 76.61), em consequência da adoção do sistema parlamentar de govêrno. Aliás, era desnecessário, porque o Regimento do Senado oferece, nos casos em que há necessidade de pronuncimento râpido, outras medidas mais ef cazes.

Art. 171, II, "":

que di põe o art. 313, nº II.

Art. 171, II, "":

Arc. 94-A:
A substituição resulta da proposta feita en relação ao art. 61 (supressão da Conissão dos Projetos do Governo e nelusão, entre as Comissões tem por evitar os incovenientes do incovenientes do incovenientes do la Presidência um prazo para prestor informatica do Distrito Federal incovenientes do gure à Presidência um prazo para prestor no prazo regimental;

Art. 85-A:

São atribuições que devem ficar previstas expressamente na competinir as atribuições do novo órgão.

Permanentes, da Comissão do Polígo atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de informa atropêlo dos finais de sessão legislade exame do requerimento de evitar o encum r

Art. 174;

A experiência tem mostrado que no mês que precede as eleições para o Congresso Nacional e para Presidente da Replace é difícil objer quorum para de iberações. E acon-selhável que a medida previsa no art. 174 fique a critério da Mesa.

Art. 178.

O acréscimo destina-se a deixar claro que a no ma se refere à sessão ordinária seguinte, uma vez que, para as sessões extraordinárias o § 2º do art. 192 adota orientação contrá.

Art. 181, parágrafo único: Trata-se de simples modificação de redação.

Art. 187 (caput):

O texto do art. 187 havia sido alterado (Resolução nº 76-61) em con-sequência do Ato Adicional, para permitir a presença no Plenario do Senado, em sessões públicas, do Pre-sidente do Conselho de Ministros e dos Subsecretários de Estado. Com a revogação do Ato Adicional, é ne-cessário restabelecê-lo na sua situacão anterior.

Art. 193, § 3°:

Não se compreende a possibilidade da realização de sessões simultâneas das duas Casas no mesmo local.

As sessões conjuntas, inclusive as destinadas a homenagear Chefes de Estado estrangeiros estão reguladas

no Regimento Comum. Art. 202, parágrafo único: E' simples remissão para facilitar a consulta.

Arts. 211 e 212: O aumento do número de Senado-

res em consequência da representa-ção do Estado do Acre torna neces-sário alterar os números até então correspondentes ao quarto da com-posição da Casa e à sua Maioria.

Art. 212 - "q":

Acrescentou-se: "ou alteração disposição das matérias na Ordem do Dia", hipótese que não estava prevista, mas ocorre, e não constitul inversão da Ordem do Dia.

Art. 212, "v":

De duas, uma: ou a audiência se refere a matéria da Ordem do Dia retere a materia da Ordem do Dia e nesse caso está prevista nas hi-póteses do adiamento da discussão ou votação (art. 212, "1"; art. 274, "d"), ou diz respeito a matéria não constante da Ordem do Dia e é ob-jeto da alinea "x" do art. 212.

Art. 212,2 — 3: O acréscimo proposto destina se a tornar claro que a alinea 2-3 se re-fere a Comissões Especiais Internas, vez que as externas são objeto uma da alinea 2-4.

encaminkar rito.

Art. 212, 2-10:

Não deve o Senado encaminhar documentos a órgãos estranhos.

Art. 212 — III — 2-10 e 2-11:

Na enumeração dos requerimentos do art. 212, não figura o de prorro. gação de prazo de Comissão Espe-cial, nem o de desarquivamento de proposições, a proposta visa a sanar a lacuna.

Art. 212, 2-12: O art. 275-C instituiu a reabertu. ra de discussão, mediante requiri-mento de 42 Senadores, ou líderes de bancadas perfazendo esse número.

quadrem nas normas regimentais.

Art. 214:

A inclusão dos Subsceretários de Estado entre as pessoas, cujo falce -mento justifica a inclusão em ata de volo de pesar resultou do status ene o Ato Adicional e a sea 18 f. i ti a-per entar davam a (13 f. i ti a-l'endo êles desaparecido per a terrecio do Ato Ameional, parce la supressão que ora se propia.

Art. 215.

A supressão é justificada pelo ca-saparecimento do cargo de Plesicalte do Conselho de Ministros.

Art. 222: Apenas se procurou melhorar a re.

dação. Art. 224-A:

Trata-se de corrigir êrro de rem.s-

são.

Art. 239-b:

Pera me hor ordenação dos trabalhos é aconselhável que antes de se abrir a discussão — que envolve pro-jeto e emendas sejam lidas e justi-ficadas, quando não o estejam por escrito, as emendas.

Art. 239, parágrafo único: A finalidade desta emenda e, a um tempo, poupar tempo e melhor or. denar os trabalhos...

Art. 241: Art. 241; Simples emenda de redação Art. 247, parágrafo único; Pretende-se, com este acréscimo santr emissão do Regimento.

Art. 247 — A: o o ortuno indicar o momente em que a proposição dependente de justificação oral e apolamen o, diva ser submetida a êste, a fim de se evitar a inversão da ordem desses

Art. 252-A.

A nova redação, que não envolve alteração no que se contém no tente substituido, tem por fim simplificar a compreensão da norma em aprêço.

Art. 252-B:

O novo texto envolve as seguintes alterações:

I - Restringem se os casos em que requerimentos, lidos na hora do Expediente, são objeto de deliberação, após a Ordem do Dia (mot.vo: evitar que o Plenário delibere sem conhecimento da matéria).

Passam a ser apenas os seguintes:

Art. 212 - requerimentos de: d) de Comissão, solicitando reu. nião em conjunto com outras; i) remessa a determinada Comissão de matéria despachada a outra;

r) urgância da letra b do art. 330; x) audiência de órgão estranho ao

Senado sobre matéria não constante da Ordem do Dia; 2-4 — representação do Senado por

Comissão externa;

2-5 — sessão extraordinária, especial ou secreta;

2.9 — prorrogação de prazo missão Especial, Mista ou de Inçué.

II — Consequentemente, pascam a depender de clusão em Ordem do Dias os requerimentos:

q — de Senador ou Comissão, no sentido de se solicitar de órgão tranho ao Senado a remessa de documentos.

r -- de urgência comum (art. 300, "c'): ·

y — de publicação do documento no Diário do Congresso Naciona, e trancrição nos "Anais do Senado".

z — de comperecimento de Ministro de Estado para prester informa-

2-2 — de retirada de matéria da Comissão que não tenha oferecido parecer no prazo regimental para remessa a outra;

de constituição de Comissão especial ou mista;

z-19 — de remessa de documentos a orgão estranho ao Senado;

Estabeleccu-se ademais:

III — Que o pronunciamento da Comissão Permanente em cuja com-petência esteja enquadrada a maté-ria sobre requerimento de criação de Comissão Especial Interna ou Mila para o estudo de determinado assun-to se faça em 48 horas, figurando o requerimento na Ordem do Dia em que se complete êsse prazo e podendo

o parecer ser oral.

IV — Que, no ser anunciado requarimento de urgência (art. 212, "r")

Comum e especial (art. 330, "b" e

— inclusão em Jrdem do Dia de matéria que não tenha recebido parecer no puzo regimental (art. 212-zi)

— de retirada de matéria da Co-missão que não tenha oferceido no prazo regimental, para remessa a ou-tra (art. 212-2-2); — ao Presidente da Comissão que

esteja com o projeto seja dada a pa-lavra para se manifestar sobre a pro-vidência requerida.

Art. 252-C:

A consulta obrigatória ao Minis-tro da Fazenda sôbre os projetos que da Fracenda sobre os projetos que envolvam alteracado da receita ou da despesa, com a interrupção do cuiso da proposição durante 15 dias, recultou da Primeira Lei Complementar Ato Adicional.

A experiência não foi favorável à inovação, porque em regra, a resposta do Ministro 5 chegava ao Senado muito depois de expirado o prazo o que acarretava retardamento no curso dos projetos. Ademais, sempre é possível fazer-se a consulta, quando julgada necedária, ou diretamento pelas Comissãos ou em valta de julgada necemária, ou diret menta pelas Comissões, ou em villa de deliberação do Piena io, por propirio de qualquer Senador.

Art. 264 - 3: Art. 264 — 3: Instituido peles Resoluções núme-ros 2-59 e 76-31 o turno suplemen para es subciliutivos aprovados em turno único ou em segundo turno, há neceridade de mencioná-lo no artgo 264.

Art. 281-A: Convé mesclarecer em que consisos terdos regimentais.

A alterate tem for fim viscular ac district in elines "a" do animo 255 os cases trei insues parágrifo. 29 e se do prince 89.

Art. 207: C art. 277, tal cor a está presenta que as comodos derendenda de justilla ficar a crat selant a con collega de quendo aos respectivos cutores tocor a roz de discutir a proposição primalidad. pal,

A official varios moracitos de fun-tificação e al de emendas, seguidos de discus, e do projeto com as emma-dos elá entro se reades, melhor sud: all entro "cerdes, melhor in gue se processem os traballos e faces proportis leitura das emendant fustificant. Il des one não estigado rem junificados nos escritos aporto mento de como de decentra e final mente, discussão do projeto com as

Quando à matéria do paragra?, unico do artizo 57, foi presenta a cha transferência para lugar mais adequacio (art. 47-A).

A experiência tem demonstrado a desnecessidade da discursão especial das emendas e subemenda...

Art. 272-A:

Trata-se de simp ticar o processo 'egislativo. O projeto 🚛 segundo turno já pas ou por uma votação. Se segundo a matéria desperta rmajor interesse, a votação poderá realizar-se a re-querimento de qualquer Senador.

No caso de ter havido edação do primeiro para o segundo turho deve-rá hayer votação, a fim de que o texa definitivo tenha apromeção do Plenário.

Art. 273:

Estabeleceu-se q e não será subme-tido ao Plenário rue reinculto de dis-censa de interstício ra e projeto cum tramitação no Sent o tenha sido / ciada menos de cinco das antes. medida tem o objetion le cultar o 14. Litto, que so val menoralis ndo, de se profindem que as Comferces se promemo de publicado on projetos, antes mesmo de publicado on projetos, a lim de forgar as deliberacion sem o fempo necessátio pa a que o Sanado tome conhecimento do que se valuntar. votar. Artigo 274 –

Artigo 274 — § 2°:

O acrescimo tem po firm regular

hipóteze, oue ji tem ecercido, de
se requerer adiamento para data posterior ao encerramento da sessão legislativa.

Art. 274 — § 6°:

E' a prientação em le vem ado-tando. Podemia, o into do \$ 5º do art. 274 não está claro.

Art. 2759

A norma constante do art. 275 se justificava quando não pavia a discussão erolementer do substitutivo aprivado em jundo turno ou em turno único (art. 275-A).

In tituida essa discussão suplemen-ir, cujas vantagers a experiência tem demonstrado a parmanência do est. 275 é preix es pela retarda-mento que acarreta na tramitação des proposições.

Art. 275-A:

A nova redação produza deixar ex-A district or replementar of the control of the con

A discress regionality se us-leica, non-caros i vistos no art.), parcardo 19, caro no tenta fá ti-v resido spicio de correctos do regio region o reco e tenha sido. Tentrice rode tower conbramento retificação na discussão ou antes

Art. 273. Il opp uma a esclerecer es a erdifenda da vitação secreta é no fora da Eparatica do mérito الايم 5-نس 8-نسوم

Ant. 273, d-Si
A alining 2-3 do crt. 2.3 preve votrio epercia pers as acceptances que
tram respeito à connecció de benalicios. Parece acono horel ampliarte a lista com os carba de cualisos e
traces tributerios.

da art. 274, mas a tôd as dêle consseido
i.es.
Quando o art. 275. a ripressão da
referência decone da eliminação
da norma nêle contida, adiante proposta.

Art. 271:
A experiência tem demonstrado a
despecia de substância des especial
despecia de substância des evitando-se dividas de interpretação.

evitando-se dúvidas de interpretação.

Art. 294, 2: O texto está truncado. Faltam-lhe, evidentemente, as palavras que ora se pretende acrescentar.

Art. 294. 2: No texto vigente, resultante da Te-colução nº 95-61, o art. 270 na ot. a paragrafo.

Art. 295, § 16:

O acriscimo proposte tem a finali-dade de evitar que o Flerário sala levado a volar destaques que não despertem interésse.

Art. 300, parágrafo único:

A removação do encaminhamento de votação etarda o pronunciamento do Picnário.

Art. 319-A: Trata-se Ce inovação tendo vista facilitar a elaboração legislativa na sua fese final. Pele texto proposto cere dispere de a otação de redação disten final, se, figurando esta na Ordem do Dia, a sua discursio for encerra-da sem emendas ou relificações. Isda sem ementos da retinizações. Is-so não exclui a votação, quando a le-deção final sela submetida ao Plená-ri, sem inclusão em Orden do Dia (casos de meté: em regime de un-rência cu em dispensa, remerida, de publicação da redação final).

Art. 231, pringrafo único: A altera ao proporta tem por fim simplificar os tiabalho.

smpunicar os trabalho.

Para der autenticidade cos autógrafes ceve leithe a assinatura do
Presidente é formalidade da colete
de assinatura de dois Secretirios (29) não rato retarda o en aminhamento dos autógrafos.

Art. 327 a "35; Supressio, em virtudo de hayer aldo a matéria luniuée no art. 326.,

Arts. 223 a 503:

Ne Capirdo Ki do Titulo IK. (Cla urgincia) precinou-se dur ao tento, reminio rum so cation or do ns. 313 a 338, apresentação de mais 1711 consulta.

Anger in the Margies forces inter-ดันวีเนื้อระ...

duzidos:

permitivo a promoração eutomática da sessão (nº 2) gurado reestiver tretrido de matéria que envolvo neriao para a segue ara nacional ou providencias para atendor a

colomidado riblica. calamidado zública;

veder se e rotação de requeri-mento de unidación

mento de unificata en social de lettra de la majoria, quando en cauna a unificade especial (o nº 5-0) ou esta intervolo de majoria en cauna de de boras:

— antes de muidado de primire entre de minero alt de minero alt de mineros (dois tênces da composição ao Ecnado nom respecimento de unificate especial (5.b);
— etiple como o necessidade de 32 votos finorás la para a comessão da urgencia especial, sendo esta desclassificação para a urgência comum se o feguermento for aprovado nom majoria singues.

majoria sintron.

determinate o requerita no de urgênes comum não seja rotado no messão dia ida apresentação mas no serão seguinte, incluido em

grande sidentes das Comissões em cujo poder aatéria: esiejam es projetos, a fim de se ma-E' ne-nifestarem sôbre a conveniência da dessa concessão da urgência (nº 7);

- incluiu-se entre as matérias automàticamente em urgneia o pedido de autorização do Vice-Presidente da República para se ausentar do país (n. 10.b..);
- suprimiu-se, entre es matérias automàticamente urgentes com o rito da urgência comum, as projetos tendentes a delegar ao Executivo poderes para legislar, os destinados a cance-lar delegação popuesida. lar delegação concedida a a revo-gar leis delegadas; — restabeleceu-se a referência ao

Presidente da República, no tocante à aprovação ou supressão do sitio decretado no recesso do Congresso (n. 10.a.41:

— sumentaram-se nos projetos em urgência comum, pera as sessões ordinárias, os intervalos;

— para inclusão em Ordem do Dia (13.b);

— para os pareceres das Comissões en callos de emandas (nº 15.b); — para as diligências (nº 17).

Art. 343:

A autorização do legislatico estadual é documento essencial no caro. Art. 344. b:

No texto atual se prevê que a Co-miçã, formulará o Projeto de Reso-Picho após o pronuciamento da C.C.J. Mas na alinea "a" se dippo que a materia o frá à Comissão C Constituição e Justiça denois de librariado o presto pelas C. F. A nova redação- corrige o defei-

to.

Art. 355, c:

Com a criação da Com. do Distrito Federal e natural que a ela se transfi-ra a competência, até entre afeta à de Const. e J. de se marifestar se-bro es vetes de Piefeito de Distrito Federal.

Federal.

Artigos 377-A — 356-1 — 353-C

France de dispositives reguladorés
de participação do Fenedo na Constituição do Conselho de Ministros.

Não se instition unis a sun Dresnea
no Resimento de Cer no, com a rolta do nais ao sistema providencial
de Governo.

Art. 359:

orientação ser da no autal Tiegimento é a de serem as Comissões Tinci de la de serem as Comissões Tinci de la de serem as Prodicente,

Convém que assim seja também com as destinadas a correparezer lo-bre Projetos de Emenda à Constitui-

norm in sylvaren finhalms. The man in the falls do mornim, para a constituição desces

Art. 230, por recto unico.

F a crierancia tradicional i a criemação tradigional no Sa-**ከ**ሶለባ.

Art. 379: C Residento na consideración con consideración de sugência para Projeto de Toencia à Cartiti so. Nacio pento o houve inovecto.

mio ren o arrait das emander a Made for the state of the second of a substitution of the second of the tarbém permitidos que requermen-to torbem posível a aprovação e a reic eso parcieis. Art. 380 a 383:

Foi readentada a exto em face a revoração do Ato Adicional e da sua primeira Lei Complementar.

unico do artigo II. foi presenta a cha transferência para lugar mais adequado (art. 47-A).

Art. 258:

Art. 258:

Ant. 25

foi suprimida, para ser incluida no competência e que dizem respeito à pleiamente o que se contém no pro-eri. 404, onde terá muior pertinên- Administração. €ia.

A expressão que se acrercenta ao art. 404 provém do art. 396.

Art. 405: A alteração resulta do novo texto proposto para o art. 396.

Art. 406:

ivo novo texto se introduziram as seguintes inovações:

.) fazer defender de iniciativa Comissão Diretora tudo quanto respeito a funcionários;

il) fazer detender de autorização do Plenário mediante proposta justificada da Comissão Diretora, a admissão de pessoas a titulo ecarlo, quando se tornar necessário.

Art. 407 não prevê todas as hipóte que po-dem ocorrer. Para completa lo é que se propõe o novo texto.

As Comissões de Constituição e Justica; - Diretora, observado o disposto no art. 407, parágrafo 1º, do Regimento "terno."

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento nº 36; de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1961, lido na hora do expediente.

O SR. MEM DE SA:

Para encaminhar a volação -Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, apreciei imensamente, ha pouco, justificativa do nobre Senador Flinto Müller sobre a necessidade de restringir os requerimentos de urgéncia em tramitação especial. Felicito-me com a Casa por haver o novo Regimento, que acaba de ser aprovado, estabelecido normas evi-tando ésse uso, transformado em abuso, de o Senado votar, sem co-nhecimento do texto, todas as espé-

if evidente que o regime de urgência, especial da letra b, do Art. 530, foi instituído prevendo-se a hipótese de situações excepcionais, de urgêncir. de um tal caráter, corresponden-do a um interésse público tão vivo que justificasse a supressão de tôda a tramitação do projeto.

Pela experiência que temos, real-mente ocorrem as hipóteses, que jus-tificam medidas excepcionais; me-dida excepcional para situação ex-cepcional No Senado entretanto a cepcional. No Senado, entretanto, medida excepcional passou a ser adotada para situações mais que normais e, às vêzes, mais que ordiná-ries. Se já estivesse em vigor o novo preceito, talvez o Senado não tivesse de votar como vai fazé-lo esse pro-

Nos sels anos e meio que aqui eston, tenho, sistemàticamente, pedido a audiência do Poder Executivo para que opine sobre matérias do interêsse público, do interêsse da Administração, do interêsse da re-pública, da co sa pública. O Legislativo, a meu ver, necessira dessas informações; não fica, evidentemente, adstrito, submetido passivamente as informações que o Poder Executivo prestar. Mas, não pode passar sem elas, porque o Executivo é que tem connecimento direto de inúmeros assuntos, e o Senado precisa saber conhecer o de acôrdo ou contrariamente, porém de sú — Muito grato das tem comissões técnios. Esta do ponto de vista do a V. Exa pelos excessos.

Executivo, das razões que éle exto O SR. VIVALDO LIMA — De tracentral do provento com o S Exa de que o coeficiente percentral do valor do provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes estudam as proposições. Eles sim mesma proporção do em que o acrossimantes estudam as proposições. Eles sim mesma proporção do em que o acrossimantes estudam as proposições. Eles sim mesma proporção do em que o acrossimante do para decidir, a de que o coeficiente percentral do provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes estadam as proposições. Eles sim mesma proporção do em que o acrossimantes estadam as proposições de sistema de provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes estadam as proposições de sistema de provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes estadam as proposições de sistema de que o coeficiente percentral do provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes estadam as proposições de sistema de que o coeficiente percentral do provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes estadam as proposições de sistema de que o coeficiente percentral do provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o coeficiente percentral do provento seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do seis mant do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do na mesma proporção do em que o acrossimantes do ponto de vista dele, o seu parecer, receber sua informação para decidir,

O caso vertente está, precisamen- S. dentro das considerações que ora fora. expendo. O projeto refere-se à apo-sentadoria de aeroviários ou aeronautas. Requeri a cutiencia do Mi-nistério da Aeronautica e as informa-ções vieram contrárias ao projeto.

O eminente Senador Vivaldo Lima, autor da proposição, assentou comi-go que se aprovasse, em primeira disgo que se aprovasse, em primera dis-cussão, o projeto, não obstante as in-formações contrárias, a fim de que, em segunda discussão, através de emendas, fôsse reformulada a maté-ria. Declarei, então, a S. Ex², que concordava plenamente mas que entendia necessária nova audiência co Poder Executivo sôbre as novas emen-das que reformulavam o projeto,

Durante a semana que passei em São Paulo, participando do Congreso para a definição de Reformas e Bases, o projeto foi aprovado em regime de urgência, sem a audiência do Ministério da Aeronáutica. E esse novo projeto corrige a omissão na proposição aprovada na semana pas-sada, em regime de urgência espe-cial: e agora, como está em regi-me de urgência, de acordo com a letra B do Artigo 330. do Regimento Interno, não será possível a audiência do Ministério, de modo que o Senado vai aprovar modificações, alterações ou suplementação de omissões da lei que votou na semana pas-sada, neste pénúltimo dia da Legis-latura, sem conhecimento do posto-de-vista do Poder que administra.

Devo declarar que não conheça o projeto, porque aqui não estava na semana passada. E não conheço este outro, como ninguém conhece, perque vai ser votado no regime de urgência urgentíssima. De modo que não estou entrando no mérito, nem posso entrar. O projeto pode ser bom. Deve ser muito bom, porque procede de um Senedor muito digno, competente e eficiente.

O Sr. Vivaldo Lima - Agradeço a V Exa.

O SR. MEM DE SA — Não entro no mérito, hem posso entrar, repito. Apenas quero justificar meu voto contrário à urgência dêsse carêter, porque entendo que o Senado não deve votar proposições que digam com a Administração sem conhecimento do ponto-de-vista do Poder Executivo, Poder Executivo do qual, sabe a Casa, estou completamente desvina uma Bancada que pretende fazer oposição viva e ativa aos detentores desse Poder. Mas, mesmo sem apolar es detentores atuais do Pode, Exe cutivo, entendo que não é possever votar nada que seja do interêsse de Administração sem audiência dessa Administração. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Para encaminhar a votação)

tendo ciência do ponto de vista do a V. Exé, pelos excessos.

Executivo, das razões que éle expende.

Não compreendo que, mesmo no regime presidencialista, o famoso princípio da harmonia seja de tal forma preconizado e suprimido:

Legislativo legisla sem saber qual a balhos desta Casa: o nobre Senador.

Legislativo legisla sem saber qual a balhos desta Casa: o nobre Senador.

Legislativo sobre matérias da sua tender que a Casa desconhece com-ronáutica foi perfeitamente exami
tas estudam as proposições, Eles sim natida da sua proposições, Eles sim natida foi se subtoma preposições, Eles sim natida foi se subtoma proposições, Eles sim natida foi proposições, Eles sim natida foi sua proposições, Eles sim natida foi proposições, Eles sim natida foi sua proposições da sua proposições, Eles sim natida foi sua proposições, Eles sim natida foi sua proposições, Eles sim natida foi sua proposições da sua proposições, Eles sim natida foi sua proposições da sua proposições da sua proposições da sua proposições da sua proposições en natida da autoridado na data de sua proposições da sua proposições en natida da autoridado na data de sua proposições da sua proposições en natida sua proposições da sua proposições en contrêrio proposições da sua proposições en natida da autoridado na data de sua proposições da contreva da natida da autoridado na data de sua proposições da contreva da natidado sua proposições da sua proposições sua proposições s

S. Ex², estêve mais de uma semana Senado não aprove esta proposiçaça, fora. Aliás, os jornais espalharam que se segue a outra que, aprovada pelo Brasil que, mercê do brilhandia, semana passado, não terá essêndiamo da sua inteligência. S. Exa, foi uma das vozes meis autorizadas de projeto cuja urgência especial ora um Coneresso que estudou prob emas que a Nação tanho espera ver solucionados, quais sejam as reformas, de base e outros. S. Ex2, foi um dos luminares daquele Congresso. Por jos gência, Os Srs. Senadores que o aprovama. so mesmo, não pôde estar aqui. semana passada, para ouvir defesa do projeto anterior, que foi publica-do no Diário do Congresso, Seção do do no Mario do Congresso, seção do Senado, edição do dia 23 do corrente, no qual examinei longamente o assunto e apreciei as informações do Ministro da Aeronáutica a respetto da proposição votada no fim da se-

mana passada.

O projeto atual consubstância assunto já estudado e examinado pelas Comissões específicas da Casa — a de Constituição o luctica as a de Los Constituição e Justica e a de Le-gislação Social. Ele pada mais faz do que repetir dois incisos que foran rejeitados, inadvertidamente, em virtude de emenda de minha propria au-toria, que sacrificaram o projeto na Silvestre Péricles.

sua essencialidade. (Não foi A Casa já examinou o que contem Presidente

secundado pela Assessoria.

O que eu pedi constasse como ar-O que eu pedi constasse como artigo passou a ser parágrafo, e ao formular emenda mandando escoimar da quanto aos Ministérios que devergustamente aquilo sôbre o qual apresentava restrições e reservas o nobre senador Mém de Sá, que era o que se requería, horas, tempo de vôo, e termo i seguindo o velho precesor ne meio contagem de tempo serviço fora da profissão, eu mesmo procurei retirar. Vou ler o Projeto, para os Senhores do meioto compresante sobre de compresante de medio virtus." contagem de tempo serviço fora da profissão, eu mesmo procurel retirar. do projeto essas possíveis inconveniências, para ser votado com conhecimento de causa e não sofrer quadouer embaraco na tramitação finej da atual legislatura. S. Exã. no entanto, nas suas considerações, dá a entender que ofereci ao Senado matário totalmento desembendo de Catalado d V. Ex⁸.

O SR. MEM DE SA — Não entro no mérito, nem posso entrar, repito. Apenas quero justificar meu voto que aqui se encontra está no Diário deve votar proposições que digam com deve votar proposições que digam com a Administração sem conhecimento do ponto-de-vista do Poder Executivo, Poder Executivo do qual, sabe a Casa, estou completamente desvinculado. Não pertenço às Bancadas que pietende fazer dispositivos que considero interestado pela a uma Bancada que pietende fazer dispositivos que considero interestado pela a considero interestado pela a considero interestado pela con teria totalmente desconhecida da Cadispositivos que considero interes-santes em beneficio da sofrida clas-se dos aeronautas do Brasil. interes-

Maioria e do meu par rido apresentei projeto para corrigir tuen equivoco. Dai por que apelo para a Casa no sentido de que conceda a urgência especial, porque as propria-

Presidente, não pretendia voltação — Si diência do Ministério quanto 20 ano de alterações legais posterior e que ribuna para versar esta matéria, já senador Mém de Sá em ponto do aumentem o valor do salário mínimo estudada e voltada nesta Casa, em critério pessoal senador Mem de Sá, a quem escutei com a atenção que me to nesta. Casa trin de depender de mercee, dado o gabarito de S. Exa menifestação do ministério compensario segundo, in fine os prometes dado o gabarito de S. Exa menifestação do ministério compensario segundo, in fine os prometes dado o gabarito de S. Exa menifestação do ministério compensario segundo, in fine os prometes dados parlamentares que respeito a tente. Estou em desagardo com o S. Exa de que o coeficiente percentual do Restou em desagardo com o S. Exa de que o coeficiente percentual do Restou em desagardo com o S. Exa de que o coeficiente percentual do Restou em desagardo com o S. Exa de que o coeficiente percentual do

pleiamente o que se contém no pro-jeto que há pouco apresente. tribuna. Assim, não vejo por que de S. Er.º, estêve mais de uma semana Senado não aprove esta proposição.

Os Srs. Senadores que o aprovam, que iram permanecer tentades (Pau-

Etá aprovado

Passa-se imediatamente à dis-cusão e votação do projeto de lei nº § A Presidência solicita ao Presidente da Comissão de Constituição e Justica designe relator para a matéria

O SR. JEFFERSON DE AGUIAR:

Sr. Presidente, designo o nobre Senador Silvestre Péric es pare profe-rir o parecer da Comissão de Cons-lituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Não foi revisio pelo orador) — Sr. A Casa já examinou o que contem esta proposição, Apenas procuro resta proposição, Apenas procuro resta belecer, uma vez que o Regimento da lo e 2º do art. 5º da Lei nº 3 501 de 21 de dezembro de 1958, desdoseja modificada, os dois artigos sa crificados por minha culpa embora estabelece.

Já se manifestaram sobre éles os eminentes Senadores Mem de Sa e Vi-

Senadores que talvez não o conheçam bem.

PROJETO DE LÉI DO SENADO

Altera os Paragrafos 1º e 2º do art, 5° da Lei n° 3.501, de 21 de dezembro de 1958, desdobrando se em 3 (três) com a redação reda.

táncias recebidas, a qualquer titulo, em pagamento dos serviços prestados, limifada a 17 (dezessete) vezes o sallário minimo de maior valor vigente Assim para aproveitar o final da sessão egislativa que é também filario mínimo de maior valor vecnte nel de legislatura, de acôrdo com a la lario mínimo de maior valor vecnte no país.

· § 2º. O provento de aposentadoria do aeronauta terá por base o salário de contribuição, não padendo ser in. ferior ao salário mulimo de comissões la apreciaram o projeto na brimeira discussão.

Quanto à parte em que se pede audiencia do Ministério quanto 80 ans

Estou em desacôrdo com o S Ext de que o coeficiente percentual do Coso tem comissão támicos Es valor do provento seis mant do na

o fim de situar, em bases mais justas, os processos de contribuição e de cal-culo de proventos do aeronauta.

As emendas propostas no projeto mais se justificam, vez que constituem suplementação às prescrições que se contém no projeto nº 38, de 1962, aprovado recentemente nesta Casa.

De fato, as providências ora pro-postas já se continham no projeto nº 38, de 1962, não tendo logrado integrar a citada proposição, apenas por um lapso de técnica legislativa.

Assim, a emenda que consubstan ciava as medidas ora propostas, ofere-cido, como artigo autônomo, mas no texto do art. 1º, foi erradicada do projeto, à vista de outra emenda que restringia o referido artigo a limites incompatíveis com o espirito da proposição.

Desta sorte, e por inexistir no Re-gimento disposição que repare tais lapsos na fase em que se ercontra o projeto nº 38, de 1952, e que se propõe o presente projeto, em atenção à cor-

reção que se impõe. Sobre seu mérito, já foram prestados os esclarecimentos necessários, na oportunidade em que se debateu o Projeto nº 38, de 1962, através da justificação oferecida ao mesmo e em discurso que proferimos no plenário desta Casa.

Sala das Sessões em 29 de janeiro

de 1963.

Penso que as Comissões que se marifestaram sobre a matéria, poderiam nifestaram sobre a matéria, poderiam ter ouvido os Ministerios. O que há no projeto — e é claro — é u'a me-lhoria para a classe dos aeronaulas. Embora seja mérito, devo afirmar que essa melhoria e necessária, pois se trata de trabalho especializado, executado por homens que constantemen-te arriscam a própria vida.

Com relação ae ponto de vista constitucional e a juridicidade do projeto, estou certo de que não há nenhum impedimento. Está perfeito e, acredito, em condições de ser aprovado. E' o parecer. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Consti-tuição e Justiça é favorável. Tem a palayra/o nobre Senador Lima Teixeira para designar relator pela Comissão de Legislação Social.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Não joi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Legislação Social avoco o projeto para da pa-

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira para emitir parecer em nome da Comissão de Legislação

O SR. LIMA TEIXEIRA:

(Fara emittr raiseer) — (Não 101 revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o nora Senador Vivaldo Lima oferecen a esta Case um Projeto sob número 28 no cuar procurou comple-tar e, em alguns casos, alterar dispo-sitivos da Lei numero 3.501, de 21 de dezembro de 1858

Há pouco fêz Sua Excelência una

exposição dos motivos que o teriam le-vado a amesentá le-Verificou Sua Excelência que upos ter sido aprovado o projeto inicial emprimeira duca sar havia nete daca falha que não pode ser cottigida em redação final. Ofereçen entag outra, proposição como suplementação, cor-rigindo aquela falha do projeto ini-

C que pretende o projeto ora sub-

aposentadoria à base de 17 vézes o sa-tario mínimo para civis e militares. Complementando o artigo 5º em seu parágrafo 1º — diz Sua Excelència:

"Denomina-se salário de contribuição do aeronauta a remu-neração efetivamente percebida, curante o mês, nela integradas tôdas as importâncias recubidas a qualquer título, em pagamentos dos serviços postados muttadas a 17 vêzes o salário minimo vigente no Pais".

Sr. Presidente, não é propriamente uma inovação porque a norma existe na legislação militar, O Exercito tem a mesma base de proventos para efeito de aposentadoria.

Ora, tratando-se de corrigir uma falha verificada no projeto aqui apre-sentado, a Comissão Legislação Social é de parecer favorável, uma vez que essa correção vem completar o Projeto nºº 38 aprovado por esta Casa.

Assim sendo, a Comissão de Legis-lação Social manifesta-se favoravelmente ao projeto. (Muito bem).

O SE. PRESIDENTE:

O Parecer da Comissão de Legisla. ção Social é favorável ao Projeto. Em discussão o Projeto.

O SR PAÚLO FENDER:

(Não foi revisto pelo orador) -- Sr. Presidente, o Trabalhismo tem a sua interpretação social mais nitida nos Institutos de Previdência Social.

Esse projeto, de autoria do nobre Senador Vivaldo Lima, é da mais pura concepção doutrinária em Trabalhis-

Ouvi os pareceres que emitiram os Srs. Relatores das Comissões Técnicas e verifiquei estarem em plena conso. nancia com todos os projetos que por esta Casa, ou pelo Congresso Nacional, têm tramitado a respeito de pensões e aposentadorias.

· Quando há pouco pedi a palavra para encaminhar o requerimento de urgência, meu pensamento era oferecontradita ao pensamento cer uma aqui expendido, de que devemos ouvir o Executivo sistemàticamente, em questões que lhe digam respeito. Não vejo por que se arguir com a neces-sidade dessa audiência em nome da harmonia dos Poderes, porque entendo que o Legislativo é soberano. Tódas as leis são elaboradas aqui, digam respeito ao Executivo ou ao Judiciário. Os três podêres da República tem no Legislativo, realmente, o Poder único capaz de elaborar leis. Seria um contra senso se o contrário fôsse.

Na minha opiniao, o Executivo tem o dever de fazer funcionar Assesso. rias Parlamentares, que devem estar atentas à elaboração legislativa. Essas Assessorias Parlamentares têm funcionado em inúmeros Ministérios. Não há por que, depois de uma proposição de lei, estudada pelas Comissões Técnicas do Senado ou da Câmara, fi. carmos à mercê de pareceres de orgãos do Executivo sôbre o que estamos legislando,

O processo de tramitação de um projeto legislativo colhe, nesta Casa, bas-tante tempo para que algum Senador, necessitando de esclarecimentos, proceda na conveniência da sua inteligência ou da sua consciência, solicitando as diligências que se fizerem neces. sáriag.

O que não posso compreender, Sr Presidente, é o que tem acontecido o que tem acontecido nesta Casa muitas vêzes, e contra o que sempre me tenho insurgido. È que um projeto em votação, às vezes na última discussão para votação, seja retirado da pauta a requerimento de um Senador, porque um órgão do Po-der Executivo não foi ouvido nêle Não compreendo!

Acho que o Poder Legislative abdimetido à Comissão de Legislação So- cará de sua autoridade se assim pronumero 3.501, de 21 de dezembro de nicas, titularmente, e se são técnicas,

1958, e o faz baseado na legislação devem entender de assuntos especiali. de Lei do Senado número 5, de 1963, ou certidão de casamento), permitida.

1958, desdobrandodo.os em três, para imilitar que já procede para efeito de zados. Ademais, o Congresso Nacio-ide autoria do Senhor Senador Vivalnal é a representação do povo em 10-dos os seus setores de atividade. Exis-tem técnicos de Previdência Social, na Cámara e no Senado. Modestia aparte, milito na Previdência Social há mais de vinte anos. Conheço tô-das as questões de aposentadorias e pensões e, como eu, muito mais do que eu, existem parlamentares também conhecedores do assunto.

Não é, portanto, de admitir-se que o Congresso esteja alheio ao que se passa no Executivo com relação à matéria do interêsse da Administracão Pública.

Estas as ponderações que trago à discussão do Projeto, para me solidarizar com a Bancada trabalhista, a que pertence o nobre Senador Vival-do Lima, nesta Casa, por tão humanitária medida esta que se apresenta através deste Projeto que vem beneficiar uma das classes mais despro-tegidas da comunidade brasileira, aeronautas.

Sou, por conseguinte, favorável ao Projeto (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa) Mais nenhum Senhor Senador de-sejando usar da palavra, decláro enperrada a discussão. Psssa-se à votação.

Nos térmos do Regimento Interno, a votação é secreta e se lará pelo processo eletrônico (Pausa)

Em votação. (Procede-se à votação).

O SR. PRESIDENTÉ:

Votaram vinte e oito Senhores Senadores, sendo: 21 Senhores eSnadores "Sim", — 6 Senhores Senadores "Não"; 1 Abstenção.

Não há número.

Via-se preceder à chamada.

Procede-se à chamada. Respondem à chamaga es Senhores

Senadores:

Vivaldo Lima - Paulo Fender, Sebastião Archer, — Joaquín Parente. — Fausto Cabral. — Fernandes Távora. — Sérgio Marinho, — Reginaldo Fernandes. — Argemiro de ginaldo Fernandes. — Argemiro de Figueiredo. — Novaes Filho. — Jar-bas Maranhão. — Barros Carvano. bas Marainac. Barros Sarvanos.

- Silvestre Péricles. — Lourlyal Fontes. — Heribaldo Vieira. — Ovidio
Teixeira: — Lima Teixeira. — De
Caro. — Ary Vianna. — Jefferson
de Aguiar. — Arlindo Rodrigues de Aguiar. — Arlindo Redrigues — Gilberto Marinho. — Nogueira da Gama. — Milton Campos. — Moura Cambas. — Millon Campas. — Molta Andrade. — Padre Calazans. — Coimbra Bueno. — Filinto Muiler. — Gaspar Velioso. — Nelson Maculan. — Saulo Ramos. — Daniel Klieger. — Mem de Sá. (33).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 33 Senho-

res Senadores.

Há número regimental. A volação será repetida nelo pro-cesso eletrônico. Em-votação. (Pausa) Procede-se a votação

O SR. PRESIDENTE:

Votaram "sim" 31 Senhores Sena dores: "Não", 9; abstenção, 3. O projeto foi aprovado Voltaga na

próx ma sessão para discussão em seguado turno

Sectiones Lembro aos nue amanha é o último dia da convi-nicão extraordinária, realizando-se, em consequência, as últimas sessões dêste período e, tambem. da Legislaama.

Ni da mais havendo a tratar, vou enferrar a sessão, cestanado para a de amanhā a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 30 de janeiro de 1963 (QUARTA-FEIRA)

do Lima, que altera os parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei número 3.501, de 21 de dezembro de 1958, desdobrando-se em três, com a redação que estabelece (em regime de urgência, nos térmos do artigo 330, letra "b", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento número 36, de 1963, aprovado na sessão anterior) tendo-pareceres favoráveis, proferidos oralmente na mesma sessão, das Comis-sões — de Constituição e Justiça de Legislação Social.

Discussão, em turno unico, do Pro-jeto de Lei da Câmara número 44, de 1962 (número 2.011-B-60, na Casa de origem), que desincorpora do Pa-trimônio da União e devolve à plena propriedade da Sociedade Filarmoni- : ca "Lyra" o imóvel situado na Rua São Joaquim 239, na Capital do Estado de São Paulo (incluido em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Schhor Senador Guido Mondin) tendo Pa-receres (números 42 e 43, de 1963) das Comissões — de Constituição e das Comissõe_s — de Co Justiça e — de Finanças.

Está encerrada a sessão.

.....

(Levanta-se a sessão às 23 horas e 35 minutos).

UNIÃO INTERPARLÁMENTAR GRUPO BRASILEIRO

De ordem do Senhor Presidenté, convoco a Comissão Executiva co-Grupo brasileiro da União Interpariamentar, para uma reunião a tealizarse quarta-feira, dia 30 do corrente, às 16h. 30m., na sala da Comissão de Transportes e Obras Públic/s da Câ-mara dos Deputados. (as.) A Lazary Guedes, Secretário Geral.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Concurso Público para Taquígrafo de Debates

De ordem da Comissão Diretora do Senado Federal, faço público que tien prorrogado até 31 de ianeiro de 1963 o prazo de inscrições para o concurso de provas e títulos destinado ao ore-enchimento de 11 (onze) vagas nos cargos iniciais da Carreira de Taqui-grafos de Debates, padrão PL-4.

O novo periodo de inscrições terá inicio a 15 de janeiro de 1963 e terminará a 31 do mesmo mês.

Secretaria do Senado Federal, 12 de gezembro de 1962 — Evandro Mendes Vianna, Diretor Geral.

EDITAL

CONCURSO PÚBLICO PARA TA-QUIGRAFO DE DEBATES

REQUISITOS:

1º, ser brasileiro;

29 ter 18 anos completos à data do encerramento das inscrições e 35 in-completos à data da abertura das ins-orições, exceto se já for funcionário publico;

3º apresentar requerimento de ins-crição, no Palácio do Congresso, em Brasilia, ou no Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, dirigido ao Diretor-Geral, om qualquer dis átil das 14 às 16 by-ras, exceto aos sábados, assinado neio proprio candidato ou por procurade;; 4º juntar ao requerimento de inseri. cao, que obedecerá a fórmula propria

os seguintes documentos: a) certificado de conclusão de curso universitário, no ciclo colegial, ou

rmado por duas pessoas idoneas (fir-as reconhecidas);

d) atestado médico, negativo de moa) atestado medico, negativo de mo-stia infecto-contagiosa e de defeito-sico que impossibilite o candidato ara o exercício da função; e afirma, vo de perfeito funcionamento do pareiho auditivo (firma reconheci-

a);
e) atestado de vacinação ou revaciação antivariólica, fornecido por auridade ranitária competente;
f) três exemplares iguais de foto,
rafia recenie do candidato, tirada de
ente e sem chapéu (formato 3x4
entimetros), trazendo no verso, a
nta, o nome do interessado;
5º exibir no ato da inserição;
a) carteira de identidade ou profis-

a) carteira de identidade ou profisional

ionar; b) título de eleitor; c) prova de quitação com as obri-ações militares, no caso de candi-ato do sexo masculino.

CAPITULO !

Da inscrição

No momento da entrega do re-uerimento, o candidato assinará o vro proprio, devendo preencher as

vro próprio, devendo preencher as ichas de inscrição.

2. O candidato cuja inscrição cor considerada em ordem e que conidado por edital a completá-la, não o izer no prazo concedido, terá a inscrição car celada.

3. Encerradas as inscrições, organizar-se-á em ordem aitabética uma ligar-se-á em ordem aitabética uma ligar-se-á em ordem aitabética uma ligar-se-á em ordem aitabética uma receptição.

3. Encerradas as inscrições, orgaigar-se-á em ordem altabética uma
elação dos candidatos, que receberão
nedlante a exibição de carteira de
elentidade ou profissional, cartões de
elentidade com a fotografía e a indiação do seu número de chamada
em os quais não terão ingresso no
ecinto or de se realizarem as provas
4. O candidato que não procurar o
artão de identidade no prazo deterninado pelos avisos publicados no
olário do Congresso Nacional, terá a
nscrição sancelada.
5. Tôdas as instruções, chamadas
visos e resultados serão publicaços
no Diário Oficial. Não há justificativa
jara o não atendimento dos prazos
eterminados O candidato deve estar
empre em contacto com o Senado
Pederal para não perder os prazos.

.CAPÍTULO II

6 Havera provas de habilitação e écnicas, assim distribuidas:

De habilitação

1º Exame escrito de idioma pátric onstante de duas partes:

a) correção de discurso ou trecho e discurso com um minimo de 30 inhas impressas ou mimcografadas. orteado no momento e no qual te-tham sido propositadamente incluidos

b) pontuação de um trecho com um ninimo de 20 linhas, sorteado no mo-nento da prova.

Duração de prova — duas horas.

Grau minimo — 60 (sessenta).

2ª Exame escrito de Francês e Inlês, constante de versão para o diona pátrio sem auxílio de dicionário.
le trecho de linguagem corrente, de 5 a 30 lit has

Duração da prova — duas horas.

Grau minimo — 50, (cinquenta).

3ª Prova escrita, na, forma de (eses, sobre História Gerat História do
Brasil, Geografía e mais materias do
urso de humanidades, bem como de
conhecimentos gerais e de (atos nalionais e internacionais da rida coidiana idiana

Duração da prova — duas noras Grau mínimo — 40 (quarenta).

Técnicas

fotocópia autenticada ou pública-rma; c) atestado de bom comportamento rmado por duas pessoas idôneas (fir-Prazo para decifração — duas ho-

Grau minimo — 50 (cinqüenta). Limite de erros — 120 (cento e vinte)

6º Apanhamento taquigráfico, durante cinco mínutos, de ditado feito na velocidade de 130 palavras por mi-

nuto.
Prazo para decifração — uma hora.
Grau mínimo — 60 (sessenta).
Limite de erros — 80 (otienta).
63 Apanhamento taquigráfico de discurso pronunciado no Plenário do Senado Federal, no total de vinte minutos, distribuidos em "quartos" de cinco e dez mínutos, e realizada a prova em um ou mais días, como se tornar necessário.

Prazo de decitração de cada 5 mi-

nutos — uma nora.

Grau minimo — 60 (sessenta).

Limite de erros — 10% (dez por

7. A obtenção de nota inferior ao minimo estabelecido para qualquer das provas inabilitará desde logo e totalmente o candidato.

8. Em se tratando de concurso de provas para primeiro investimento em cargo de carreira, a todas elas se sub-meterao os candidatos, independentemente de titulos ou diplomas que pos.

CAPITULOS III

Titulos

9 Os titulos apresentados nelo s. Os tículos apresentados pelo candia to e Juigados idôneos, vaierão pontos, a critério da Banca Examinadora, que cerão computados para a nota finai

Considera . - se títulos, para éste efeito:

 Certidão passaga por autorida. de competente, em capel timbrado da repartição e com firma reconhecida, de que o candidato exerceu ou exerce o cargo de taquigrafo em: .

a) Assembléia Legislativa federal ou estaduai do Pais;
b) Tribunal ou órgão co egiado federal estaduai ou autárquico;
c) Assembléia Legislativa municipal das capitais dos Estados;

II - certidão, com firma reconhecida, de que o candidato exerceu ou exerce o professorado de taquigratia em estabelecimento de ensino devida mente licenciado pelo Poder Público

III - certificado de aprovação em

concurso público para o exercicio de cargo de taquigrafo.

IV — trabalhos publicados sobre

aquigrafia; V - outr V — outros títulos cujo valor será livremente arbitrado pela Banca Exa minadora.

11 Das certidões deve constar o tempo de exercicio no cargo 12 Não tera valor de título o diploma de concuisão de curso de taquigrafia, seja quai fôr sua origeni

CAPITULO IV

Dos criterios de julgamento

13. O juigamento da prova de idio

ma patrio opedecera ao seguinte cri tério:

a) a prova está dividida em dua-partes: a 1º consiste na correção de trecho errado e a 2º na bontiação de ditado A 1º parte vaierá 60 pontos e a 2º 40.

0) o candidato que corrigir todos os erros incluidos no treche a que se refere a la parte optera 60 pontos por êrro não corrigido ou cometido-perdera tantos pontos quantos resultarem da divisão de 60 pelo número de erros incluidos no texto, musti-plicado o quodente pelo número de erros não correidos ou cometidos;

4º Apanhamento Laquigráfico, du. c. a 2º parte vaiera 40 pontos sen ante dez minutos de ditado feito na do levados em conta, sobretudo, os elocidade de 110 a 125 palavras por erros de pontuação.

d, paiavras sôltas, erradas, sem formar sentido -- um ério por paiavra;
e) erros de Português conforme a ravidade, a criterio dos examinadoces -- nicio erro, um érro ou doi. erros:

7) no caso de concorrência de erros (por exemplo; omissão ce cinco pa-avras e substituição por três erradas: completar-se-á o número maior de erros:

g) os erros em mais de uma pa tavra contar se áo uma vez, desde que consequentes, a critério da Banca examinadora.

15 Para o juigamento final observar-se a o seguinte criterio:

to, dobrar-se-a êsse numero e acres centar-se-a o total das notas das provas de ditado; multiplicar sela entac por dois essa soma, a que se adicio-nara a media da prova de nacilita ção A nota finai será o quociente da divisão dessa soma por nove, acres-

divisão dessa soma por hove, acrescido da media da prova de titulos. A nota fina, interior a 60 (sessen ta) importara em desclassificação. Apos o juigamento pela Banca, e antes da identificação, as provas fica (ao à disposição dos candidatos para vista, pelo praz, de 48 horas a fim de possibilitar formulem recursos, se cabiveis

O recurso constará de petição diri jida ao Diretoi Gera, sem queora de sigilo. O recurso iormulado peto can-didato, deverá sob pena de indeteri, mento in imme sei fundamentado e indicar, com precisão as questões e is pontos objeto de revisão Se acei-tar o pedido de recurso o Diretor-Geral podera mundar proceder tom iem a revisão de têda a prova

Dem à revisão de tôda a prova
A Banca, depois de connecer das
tazoes apresentadas pelo recorrente
lara a revisão geral ou parcial da
prova e emitira parecer fundamenta do, mas so pocera propor a alteração da nota atribuida anteriormente, se ticar evidenciado erro de tato na apir ação do criterie do juigamento. Não cra apreciada a reclamação es não redisida em tamos convenientes de redigida em térmos convenientes de não indicar, com absoluta cialeza falos e circumstâncias que a justifi-

nuem e permitam pronte apuração.

Depois de apreciados os recursos pela Banca, cape a decisão final ao 1º Secretário do Senado Federal, re présentando a Mesa.

Os limites minimos escabelecidos erão rigorosamente obedecidos Apurar-se-ão as frações até milésimos.

CAPITILO V

Da reulização das provas

Da reutzação das provas

16 Será obrigatório, em têdas os provas, o uso da ortografia oficiai. Pequeno Vocabulano Ortografico da Lingua Portuguêsa, da Academia Brasileira da Letras — edição do Imprensa Nacional — 1943.

17 As provas de nabilitação cidioma patrio, Francês, Inglês e testes sobre Historia Geral, Historia, do Brasil Geografia e mais matérias do curso de bumanidades bem como de conhecimentos gerais e de fatos nacionals e internacionais da vida cotr nais e internacionais da vida coli-diana: serão manuscritas a tinta diana) serao manuscritas a tina azul preta, devendo o candidato com carrege munido de caneta-tinteiro carregada. O emprézo de lápis-tinta acarretará a desclassificação do candidato

18 A conversão do apunhado le quigráfico à escrita usual fer se à obrigatoriamente a magiuna fortieri Sectetaria do Senado Federal 30 de oituar de 1962 Evou trazida pelo candidato. As fólhas Mendes Vianna Diretor Geral.

14. Para a contagem de errot mas provas técnicas usar-se-a a seguinte norma;

a) cada palavra omitida acrescida ou substituida com alteração de sentido — um êrro;

b) cada palavra omitida acrescida ou substituida sem alteração de sentido — meio erro;

c) palavras sóltas, certas sem formar sentido — meio êrro por palavra;

d) palavras sóltas, erradas, sem formar sentido — um êrro por palavra;

e) erros de Português conforme a provincia de contento, processo que impeça a identificação das provas, as quais deveraços — meio erro, um êrro ou dois do material con material ces — meio erro, um êrro ou dois 22 Atribuir-se-á a nota zero à pro-

22 Atribuir-se-á a nota zero à pro-va que apresentar sinai expresso ou convenção que possibilite a sua identificação.

23 Os pontos, os temas e os textos serno sorteados e os impressos respectivos preparados na presença dos andidatos

24 O candidato que se retirar do recinto durante a realização da prova estará automáticamente excludo concurso Sera também excludo cor ato da Bança Examinadora o candidado que se tornar culnado que in. indalo que se tornar culpado de incorreção ou descortesia para com os examinadores, seus auxiliares ou quatquer autoridade presente Identica, penalidade sera aplicada ao candidato que, durante a realização de forma for coinido, em flagrante de comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, verbaimente por fecrito ou por qualquer outra torma pu de utilização de notas livros ou impressos, salvo os expressamente pormitidos a ata dos magainos devera registrar qualquer ocorrência jessa natureza. aidato que se tornar culpado de in.

lessa natureza

25 Nao naverá segurta chamada para qualquer das procas, seja quatro o motivo alegado para justificar lausencia do candidato Tai ausencia importar na sua desisiência da concurso, considerados sem efeito os examos porventura la prestudos

26 As provas técnicas de taquiriefia serao realizadas em orimeiro ilugar, seguindo-se as de nabilitação na ordem de numeração deste Editul.

27 Os casos omissos serão resolvidos pela Banca Examinadora

CAPÍTULO VI

Disposições Gerais

28 A inscrição do candidato, com a assinatura no nivre apropriado im-plicará reconnecimento destas instru-jões e compromisso tácito de aceitar as condições do concurso nos térmos

em que se acham estabelecidas 29. E' de dois anos o prazo de val ndade do presente concurso, a contar da data da nomologação da classiti-cação final pela Comissão Diretora do Senado Federar

30 Serão publicados apenas os resultados que permitam a habilitação do candidato

31 As nomeações obedeceião rigo-rosamente á ordem de ciassif.cação. 32 Tôdas as provas serao realiza-das em Brasília

TABELA PARA O JULGAMENTO DAS PROVAS DE DELADO

1º Ditado (4º prova)

Gran

N^c de erros

5
b
4
8
.)
1.7
Ornu
3
1
n
9
10:

Secretaria do Senado, freseros fera Evandra